

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
(outubro de 2013 – março de 2016)

Comissão interna de avaliação do Departamento de História

A Comissão de Avaliação instalou-se em outubro de 2013 e encerrou seus trabalhos em março de 2016.¹

A missão precípua desta Comissão de Avaliação era realizar um diagnóstico de diversos aspectos atinentes ao curso de História, com vistas a fundamentar avaliações e, eventualmente, realizar sugestões para o conjunto do Departamento. Para este fim, estabeleceram-se as seguintes subcomissões, correspondentes aos principais aspectos a serem diagnosticados:

- 1. Estrutura física e administrativa do prédio**
- 2. Perfil dos estudantes**
- 3. Perfil dos professores**
- 4. Memória das reformas curriculares (1978-2011)**
- 5. Estrutura e dinâmica curricular (2004-2014)**

Não foram contemplados os seguintes aspectos, atribuídos pela plenária departamental à Comissão de Avaliação: (a) avaliação da pós-graduação (por haver comissão própria para este fim, no âmbito da CCP; todavia, diversas matérias relativas aos estudos pós-graduados foram integrados nos trabalhos da Subcomissão “Perfil dos alunos” e “Perfil dos professores”); (b) avaliação – permanência, adaptação, desempenho – dos alunos que fizeram a reescolha do vestibular 2013 e 2014 (essas questões também foram englobadas pela Subcomissão “Perfil dos alunos”, sem, contudo, discriminar os alunos oriundos do processo de reescolha).

As minutas das atas de reuniões encontram-se disponíveis para consulta.

¹ A Comissão de Avaliação era composta, inicialmente, por seis professores e seis estudantes. Na instalação da Comissão, eram representantes docentes: Maurício Cardoso, Karen Macknow Lisboa, Carlos Augusto Ribeiro Machado, Eduardo Natalino dos Santos, Stella Maris Scatena Franco Vilaradaga e Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron; e dos estudantes: Paula Mikami, Grazieli Batista, Larissa Carvalho, Luan Digo, Mário Simões, Luís Gustavo [sobrenome?], Joice Ferreira, Roberta Estimado, Luiz Fernando [sobrenome?], João Luís Santos. Durante o período de funcionamento da Comissão, alguns dos professores tiveram que abdicar de sua participação, por motivos variados, bem como todos os estudantes acima nomeados, os quais foram substituídos de maneira mais continuada por Daniela Ferrari, Matan Ankava, Lauro Fabiano e Marília Bogon. Todos os nomes e respectivas presenças constam nas atas. Isso posto, foram numerosas as contribuições do conjunto do Departamento – funcionários docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes – no levantamento de dados que subsidiaram os trabalhos da Comissão; especialmente, as responsáveis pela Comissão de Graduação, professoras Sylvia Bassetto e Ana Paula Torres Megiani. Marcos Oliveira, técnico do Lemad, digitalizou o material concernente às reformas curriculares. O estagiário Fernando Dizzio secretariou os trabalhos da Comissão entre o final de 2013 e o início de 2015. Concluíram os trabalhos desta Comissão, entre o último trimestre de 2015 e março de 2016, o professor Carlos Zeron e o estudante Matan Ankava.

Os resultados dos trabalhos desta Comissão de Avaliação apresentam-se em três camadas, as quais refletem a sua metodologia de trabalho: a) coleta de dados; b) descrição e análise do material coletado; c) síntese final dos resultados obtidos.

a) Uma primeira camada diz respeito à coleta de dados. Pareceu-nos fundamental empreender uma coleta de informações empíricas, após constatarmos as enormes lacunas na memória de nosso Departamento: a sistemática de registros históricos e administrativos é errática e os arquivos encontram-se incompletos e mal organizados. Cada uma das Subcomissões acima discriminadas gerou as seguintes bases de dados:

a.1) Estrutura física e administrativa do prédio: reunião das plantas originais e das várias reformas sofridas pelo prédio (documentação disponível para consulta), além de informações, aqui sintetizadas, sobre o seu processo de tombamento, sobre a dinâmica concreta do uso e vivência do seu espaço, sobre o estado atual de conservação do prédio, com um repertório de suas necessidades atuais (projetos em execução ou suspensos).

a.2) Perfil dos alunos: questionários diferenciados foram enviados a estudantes ingressantes, em curso, formados e evadidos. No total, obtivemos 112 respostas de estudantes ingressantes (de um total de 270), 361 respostas de estudantes em curso (de um total de 1.376, no segundo semestre de 2014), 268 respostas de estudantes egressos (foram convidados estudantes formados desde o ano de 2004) e 106 respostas de estudantes evadidos (da mesma maneira, buscamos estudantes desistentes desde o ano de 2004). Além disso, obtivemos diversas estatísticas junto à administração da Faculdade e da Universidade, cobrindo o período 2001-2012, relativas ao número de alunos ingressantes, ativos, concluintes, evadidos, migrados e falecidos. Toda esta documentação encontra-se, igualmente, disponível para consulta.

a.3) Perfil dos professores: procedemos a uma descrição temática da produção docente (aqui apresentada, em anexo), mas, também compusemos uma tabela com dados completos (documentação disponível para consulta) que discriminam a atuação na graduação e na pós-graduação; o ano de ingresso na graduação e na pós-graduação; o regime de trabalho; o ano previsto para a aposentadoria; a nacionalidade; a função; a formação; a experiência docente pregressa; colaborações em outras unidades e departamentos; laboratórios a que pertencem ou coordenam; os projetos de pesquisa; a área de atuação predominante; as linhas e temas de pesquisa; as orientações.

a.4) Memória das reformas curriculares anteriores: procedemos à coleta, reunião e organização das várias propostas de reforma curricular, desde o ano de 1978 até o ano de 2011 (documentação igualmente disponível para consulta). O material, bastante volumoso, tem origens e autorias diversas. A partir deste material, lacunar e heterogêneo, foi necessário e possível elaborar um quadro sinóptico, aqui apresentado (em anexo ao texto de síntese).

a.5) Estrutura e dinâmica curricular: construímos tabelas das disciplinas obrigatórias e optativas oferecidas no curso de graduação em História entre

2004 e 2014 (documentação também disponível para consulta), as quais discriminam: o docente; a área do docente; a disciplina; o tipo de disciplina; o ano e o semestre em que foi ministrada; o semestre ideal; o tema geral; o tema específico; o recorte temporal; o recorte espacial; o período de oferecimento. A massa de informação é significativa: as tabelas, elaboradas com a colaboração de vários integrantes da Comissão, foram uniformizadas tanto quanto possível, mas subsistem algumas variações e lacunas.

- b) Uma segunda camada, ou etapa de trabalho desta Comissão de Avaliação, concerniu à descrição e análise do material empírico coletado. Devido ao volume e à desigualdade qualitativa das informações acumuladas, pareceu-nos necessário apresentar resumidamente ao Departamento o material empírico reunido por cada Subcomissão, descrevendo-o sucintamente e propondo as suas principais linhas de força respectivas – sem, contudo, deduzir ou avançar em proposições. Essa segunda camada apresenta-se sob a forma de sínteses parciais, atinentes a cada Subcomissão, e vem anexada a seguir (p.6 e seguintes).
- c) Uma terceira camada, enfim, é esta que aqui se apresenta: um descritivo do método de trabalho da Comissão de Avaliação, do material coletado e dos resultados obtidos. Sobre este último aspecto, alguns pontos devem ser ressaltados (sem, contudo, visar proposições), com vistas a orientar as discussões e eventuais deliberações sobre reformas da estrutura física do prédio e dos seus equipamentos, da grade curricular, da política de contratação de docentes, da permanência estudantil etc.:
- c.1) “O corpo de professores do Departamento de História tem, em seu conjunto, uma produção marcada por grande **diversidade** e ampla **abrangência** no que se refere às linhas de investigação, bem como às **interfaces** com outras áreas do conhecimento e com diferentes linguagens artísticas. Tais características – diversidade, abrangência e inter-relações – não impedem, contudo, que possam ser identificadas amplas **afinidades**. Por exemplo, na área de história cultural, no entrecruzamento entre cultura e política, na abordagem historiográfica dos respectivos objetos de investigação etc. Para além dessas convergências, que potencializam interações entre os docentes e suas disciplinas para além das usuais proximidades temporais e espaciais, vale destacar a pluralidade das temáticas centrais das pesquisas. Destacamos este ponto, pois, a esta Comissão, pareceu que o chamado “gigantismo” do nosso Departamento, detraído em

certas situações (por exemplo, nas avaliações da CAPES), é antes uma **riqueza** que pode ser ainda melhor explorada, para além do que já constitui a qualidade certificada de nosso curso.”²

c.2) Quanto aos alunos, eles manifestam uma demanda por uma formação **simultaneamente técnica** (sobretudo, com vistas à formação de professores), **teórica e crítica** (“formação humanística e crítica”). Suas avaliações, com vistas a estes fins, reportam-se tanto à estrutura material oferecida pela universidade quanto aos professores – isto é, aos equipamentos e aos recursos humanos que possam viabilizar simultaneamente um e outro aspecto da sua formação como historiadores.

c.3) Apesar da “diversidade”, “abrangência” e “interfaces” dos cursos oferecidos no Departamento, e das “afinidades” potenciais entre professores e programas, há uma crítica consistente dos estudantes à **fragmentação da grade curricular**. Esta Comissão de Avaliação entende que tal aspecto poderia ser combatido levando em consideração outra crítica recorrente dos estudantes, relativa à **falta de ênfase na formação metodológica** (a qual vem complementada, na visão dos estudantes, pela crítica à **excessiva ênfase na historiografia**). Nesse sentido, concordamos com a pertinência e atualidade de duas propostas elaboradas pelo Grupo de Estudos criado em 1978 (o qual propôs a primeira reforma curricular após a extinção do sistema de cátedras), quais sejam: a criação de **eixos temáticos impermanentes** (isto é extinguíveis e substituíveis) e a **articulação dos programas das disciplinas em torno do ensino da metodologia da pesquisa em história**.

c.4) Algumas dessas críticas foram endossadas pelos docentes do Departamento em diferentes ocasiões, quando das avaliações que precederam propostas de reformas curriculares (em 1978, 1984-5, 1994-6, 1999, 2003, 2006-9 e 2011³). De fato, são recorrentes nos documentos reunidos pela Subcomissão de “Memória das reformas curriculares” as noções de **fragmentação**, de **compartimentação** e de **heterogeneidade** dos programas. A elas se opuseram propostas de

² Comissão de Avaliação. “Relatório da Subcomissão Perfil dos Professores”, p. 1; reproduzido adiante, p. 43.

³ Não há documentação disponível para 1982. Menção é feita em documentos de 1984-5.

convergência, de **interdisciplinaridade** e de **centralidade da metodologia**. Entre os professores, mas também entre os estudantes, surgiram diversas propostas que visam a sanar alguns destes problemas: para ambos os corpos, a **integração opõe-se à fragmentação**. Esse é o par diagnóstico/solução mais recorrente em todo o período analisado. Dele derivam diversas propostas concretas: desde a (re)criação das turmas até o ensino de línguas estrangeiras, entre outras.

c.5) Outra crítica recorrente dos estudantes no que diz respeito à sua formação, e que de resto constitui um truísmo de nossa grade curricular, concerne ao seu **conteúdo eurocêntrico** e – o que poderia atenuar esta última característica – à **falta de disciplinas optativas** e as **limitações para cursá-las fora do Departamento de História**. “Podemos tomar como exemplo o currículo do primeiro semestre (obrigatório e pré-determinado): das quatro matérias iniciais que cursará o aluno ingressante, três tem como foco a Península ibérica e/ou a América em processo de colonização. Assim, a entrada do curso para os alunos de primeiro ano faz-se em história moderna, conduzindo-o especificamente para o estudo da colonização do Brasil e da América pelas Coroas ibéricas, com vistas aos **debates historiográficos predominantes na década de 1970**: a transição do feudalismo ao capitalismo, os limites de nossa formação nacional e da revolução burguesa no Brasil, as características da nossa identidade cultural... Ora, muitos desses debates foram abandonados, ou não foram continuados pelos professores contratados desde então: por assim dizer, **ficou a forma e foi-se diversificando o conteúdo**.”⁴ Paralelamente, é evidente que as novas gerações de estudantes adotaram novas pautas de discussão, voltadas sobretudo para **questões de gênero e de diversidade cultural**. Se não cabe ao Departamento de História colocar-se a reboque destas pautas, não seria inoportuno nem descabido desenvolver, justamente, uma **reflexão crítica** sobre elas, assim como sobre o eurocentrismo.

c.6) Outro aspecto ressaltado pelos estudantes que também surge na avaliação de diversos docentes é aquele relativo à **estrutura material de ensino e pesquisa**. De fato, o prédio Departamento de História, projetado em 1961 e inaugurado em

⁴ Comissão de Avaliação. “Relatório da Subcomissão Estrutura e dinâmica curricular (2004-2014)”, p. 2, (negritos apenas aqui); reproduzido adiante, p. 82.

1964, não foi concebido para a **massificação** pela qual passou a partir de 1967-1968, quando saltou de 30 entradas por período para 100 entradas (hoje, são 130 no vespertino e 140 no noturno). Tampouco é condizente o **equipamento** da Faculdade. Um primeiro exemplo (diversos outros são problematizados na síntese proposta pela Subcomissão de “Estrutura física e administrativa do prédio”, reproduzido adiante) é a nova biblioteca Florestan Fernandes, que já foi inaugurada com deficiências de espaço, não possui verbas suficientes nem para a manutenção da sua estrutura física, nem do seu acervo, quanto menos para a sua desejada ampliação. Apesar de a FFLCH responder pelos melhores indicadores da USP (da internacionalização à qualidade dos seus programas de pós-graduação) e de ter demandas materiais comparativamente de baixo custo, nem a sua biblioteca tem a atenção que merece para sustentar aqueles padrões de excelência anteriormente atingidos, nem as condições das salas de aula correspondem às suas atuais necessidades. Outro exemplo diz respeito à **capacitação dos funcionários técnico-administrativos**, quanto à sua formação em línguas estrangeiras e em competências para apoiar a submissão de propostas às agências de financiamento e para responder às exigências burocráticas e administrativas da própria Universidade de São Paulo. Destacamos estes dois exemplos porque nos parecem os mais urgentes, neste quesito.

Em apertada síntese, a esta Comissão de Avaliação pareceu que não é possível dissociar a estrutura física do prédio e dos seus equipamentos, das condições de ensino e pesquisa. E que há uma convergência histórica na crítica à fragmentação do curso, contra a qual foram propostas diversas medidas de integração. Uma coisa e outras são discriminadas nos textos de síntese de cada Subcomissão, a seguir, e amplamente descritas no material empírico recolhido (disponível para consulta em suporte digital).

Seguem, em anexo, as sínteses parciais referentes às cinco subcomissões, nesta ordem:

1. Estrutura física e administrativa do prédio (p. 8)
2. Perfil dos estudantes (p. 32)

3. Perfil dos professores (p. 44)
4. Memória das reformas curriculares (1978-2011) (p. 62)
5. Estrutura e dinâmica curricular (2004-2014) (p. 83)

São Paulo, 28 de março de 2016.

Para esta síntese final,⁵
Carlos Zeron (representante docente)
Matan Ankava (representante discente)

⁵ Ver nota 1, acima.

1. ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA

Introdução

Este relatório integra a documentação produzida pela Comissão de Avaliação do Departamento de História (FFLCH/USP), composta por estudantes e professores, entre 2014 e 2015. Trata-se de uma análise preliminar das condições arquitetônicas e dos atuais usos do edifício da Geografia e História, especialmente da parte ocupada pelo Departamento de História e áreas comuns. O objetivo principal dessa análise preliminar é levantar informações e apontar deficiências relacionadas a esse espaço, tendo em vista os diversos usos e necessidades do curso de graduação em História, tais como aulas, atividades de pesquisa, eventos acadêmicos (seminários, congressos etc.) e eventos de natureza cultural ou política (assembleias, apresentações artísticas, celebrações festivas etc.).

Os dados foram produzidos pela própria Comissão ou coletados de relatórios anteriores, especialmente do documento “Solicitação de Reconhecimento do Curso”, escrito em 2014 pela Comissão Coordenadora do Curso de História.

O edifício, que abriga os cursos de História e Geografia, projetado em 1961 pelo arquiteto Eduardo Corona (1921-2001), foi inaugurado em 1964. O projeto arquitetônico inseria-se num grande plano de remodelação das unidades do campus Butantã da USP, sob inspiração da chamada Escola Paulista de Arquitetura, cujo representante mais célebre foi João Batista Vilanova Artigas (1915-1985), autor do projeto do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, inaugurado em 1969. Os dois edifícios, os únicos efetivamente construídos do plano inicial, caracterizam-se pelo uso de concreto sem revestimentos, a criação de grandes vãos e de lajes em balanço que propiciam uma circulação ampla entre os andares.

O prédio está em processo de tombamento desde o ano de 2004, no Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – Conpresp – (processo de tombamento nº 26/Conpresp/2004, publicado no Diário Oficial do Estado de 28/12/2004, p. 31-33; republicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 9/7/2014, p. 29), juntamente com alguns prédios da Escola Politécnica e do Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo. Não foi

possível averiguar se se trata de processo de tombamento histórico e/ou arquitetônico.

Esse relatório se estrutura em três partes. A primeira delas apresenta uma descrição geral dos três pavimentos do edifício e seus principais usos. A segunda parte aborda as principais instalações utilizadas pelo curso de História (salas de aula, laboratórios, salas administrativas, espaços de estudo etc.), apontando também seus principais usos e problemas. A última parte trata das reformas em andamento e sugere algumas soluções para os principais problemas anunciados nas partes anteriores.

I – Descrição geral dos três pavimentos e de seus principais usos

O edifício onde está alocado o Departamento de História possui três pavimentos e está circundado por ampla área verde, com cobertura de grama e bem arborizada. Por essa área verde, especialmente nas laterais do edifício, circulam poucas pessoas a pé e sua utilização para convivência é bastante reduzida. Além disso, dois estacionamentos integrados ao prédio configuram o uso do espaço circundante e separam o edifício das demais instalações da Universidade. Esses estacionamentos estão situados à frente (reservado a funcionários e professores) e ao fundo do prédio (de uso livre) e são as áreas de maior circulação de pessoas, pois servem de entrada e saída para carros e pedestres aos Departamentos de Geografia e História e de passagem para muitos pedestres que se dirigem à Biblioteca Florestan Fernandes e aos outros dois edifícios da FFLCH (Filosofia e Ciências Sociais, Letras).

No piso térreo, há um grande vão livre, vasado para os dois estacionamentos, dois anfiteatros (um da História e outro da Geografia) e dois auditórios ou grandes salas de aula (um da História e outro da Geografia), recém-construídos. Além disso, o piso térreo abriga também o espaço de convivência dos estudantes (Aquário, onde estão também duas copiadoras), a lanchonete (atualmente alocada em um container, pois o espaço da antiga lanchonete será reformado para abrigar a Seção de Alunos da Geografia e História), dois banheiros de uso comum, a zeladoria, a sala da equipe de limpeza, a Sala Pró-aluno, a Seção de Alunos da Geografia e História e os seguintes centros de pesquisas, laboratórios e associações:

- Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH), que assumiu a função do depósito legal de teses e dissertações da Faculdade, extrapolando sua missão original e para a qual é necessária uma grande área;

- Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil-África (NAP Brasil-África), instalado em uma das salas do CAPH;
- Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD);
- Laboratório de História das Ciências, Tecnologia e Sociedade (LABCITE);
- Cátedra Jaime Cortesão;
- Programa de Educação Tutorial (PET);
- Laboratório de Estudos do Império Romano (LEIR);
- Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER);
- Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos (CEMA)
- Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA);
- Laboratório de Climatologia e Biogeografia (LCB), que pertence ao Departamento de Geografia.

Além desses centros e núcleos, também ocupam o andar térreo as seguintes entidades que não pertencem aos Departamentos de História e Geografia:

- Associação Nacional de História (ANPUH), sede nacional e regional;
- Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), que funciona junto com a ANPUH;
- Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC), que funciona na mesma sala que o LEHA.

Ao fundo da Cátedra Jaime Cortesão e desses laboratórios, há um amplo espaço ajardinado com árvores frondosas, circundado pelas paredes de sustentação do edifício, com acesso restrito por meio de alguns desses laboratórios ou centros de estudos. A proximidade com os espaços de leitura e pesquisa dos laboratórios e da Cátedra tem colaborado para que o jardim permaneça isolado da comunidade acadêmica. Estuda-se deslocar um desses laboratórios para a área da antiga lanchonete, no intuito de viabilizar o acesso público e livre a esse jardim.

O andar intermediário caracteriza-se como um grande mezanino que ocupa parte das duas laterais do prédio. Nesse andar, encontram-se quase todos os laboratórios do Departamento de Geografia, as saídas de emergência dos dois anfiteatros, três banheiros (dois de uso comum e um para deficientes) e inúmeros acessos ao prédio (pela lateral, frente e fundo). Não há, portanto, atividades administrativas ou acadêmicas do Departamento de História. Esse mezanino possui amplos espaços vazios e interligados com as áreas verdes em torno do edifício, ambos pouco utilizados como espaço de convivência ou estudo.

O andar superior está dividido assimetricamente entre os Departamentos de História e Geografia, sendo que este último ocupa um pouco mais da metade do andar. Enquanto o andar térreo tende a ser um espaço de convívio, de atividades políticas, de eventos universitários abertos e comércio informal, o andar superior está voltado para as atividades acadêmicas e administrativas do Departamento.

Na ala destinada ao nosso departamento, encontram-se todas as salas de aula e a sala de vídeo, os gabinetes dos professores, as secretarias do Departamento de História e dos dois Programas de Pós-graduação (História Social e História Econômica), a sala da Chefia, a copa-refeitório, cinco banheiros (dois para funcionários e professores, dois para uso comum e um para deficientes), a sala de apoio audiovisual, a sala dos alunos da pós-graduação e a sala de qualificação. Também estão alocados nesse piso os seguintes centros de estudos, laboratórios e órgãos do Departamento de História:

- Revista de História (RH);
- Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL);
- Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO);
- Laboratório de Estudos Medievais (LEME), na mesma sala que o LABTEO e NEA;
- Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LABTEO), na mesma sala que o LEME e NEA;
- Núcleo de Estudos Africanos: cultura e historiografia (NEA), na mesma sala que o LABTEO e NEA;
- Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (LUDENS)
- Laboratório de Estudos da Ásia (LEA).

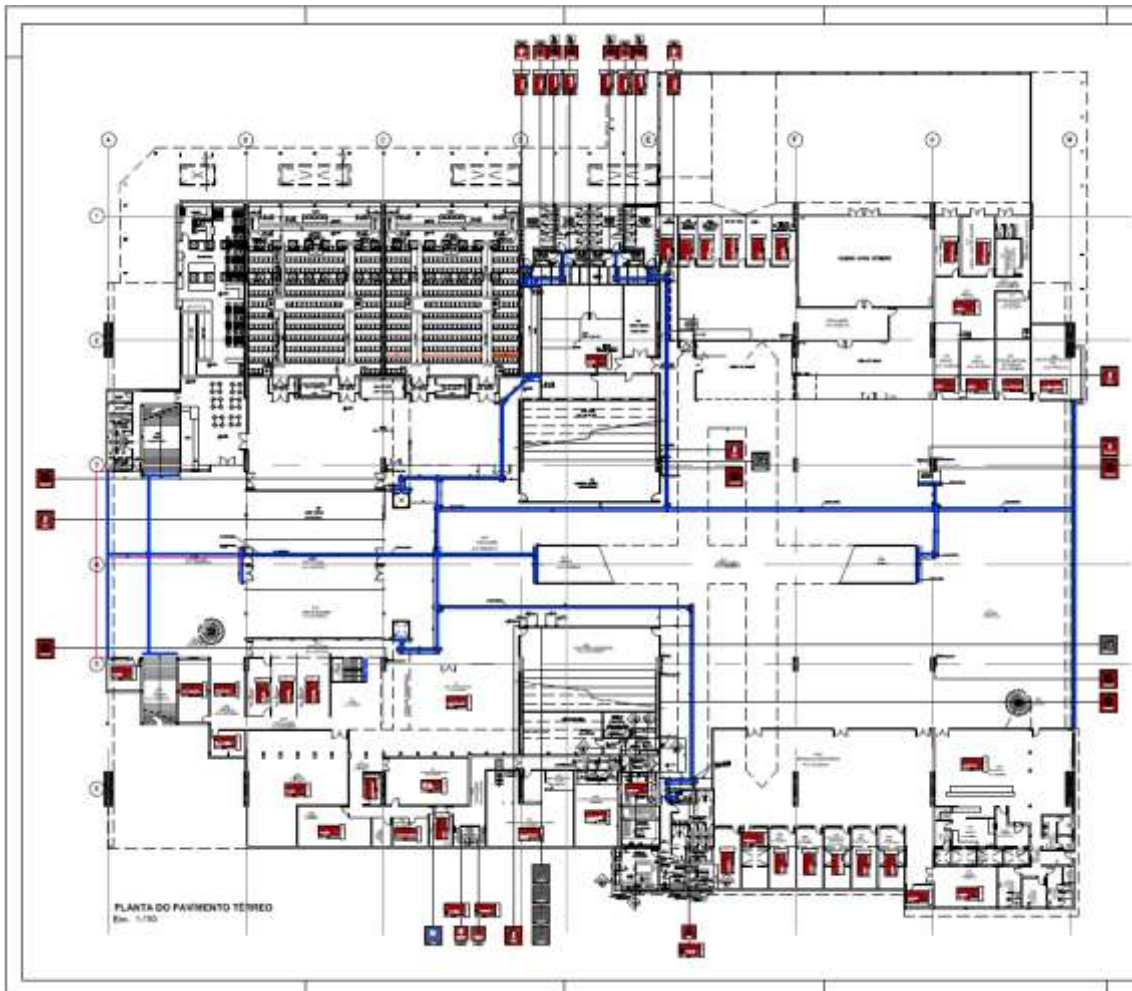
O Departamento conta com mais dois laboratórios: Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LAB-MUNDI) e Laboratório de Teoria e História da Imagem e da Música Medievais (LATHIMM), que não possuem sala ou funcionam nos gabinetes dos professores e desenvolvem suas atividades em salas de uso comum, como são as salas de aula da pós-graduação ou sala de qualificação.

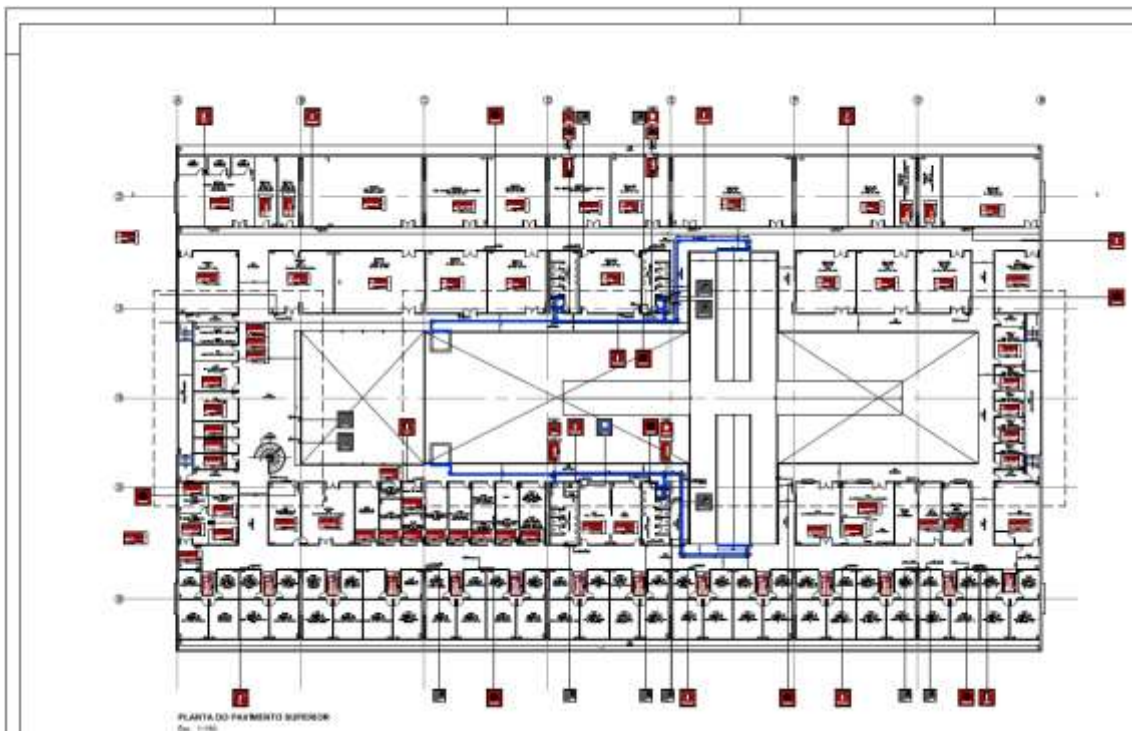
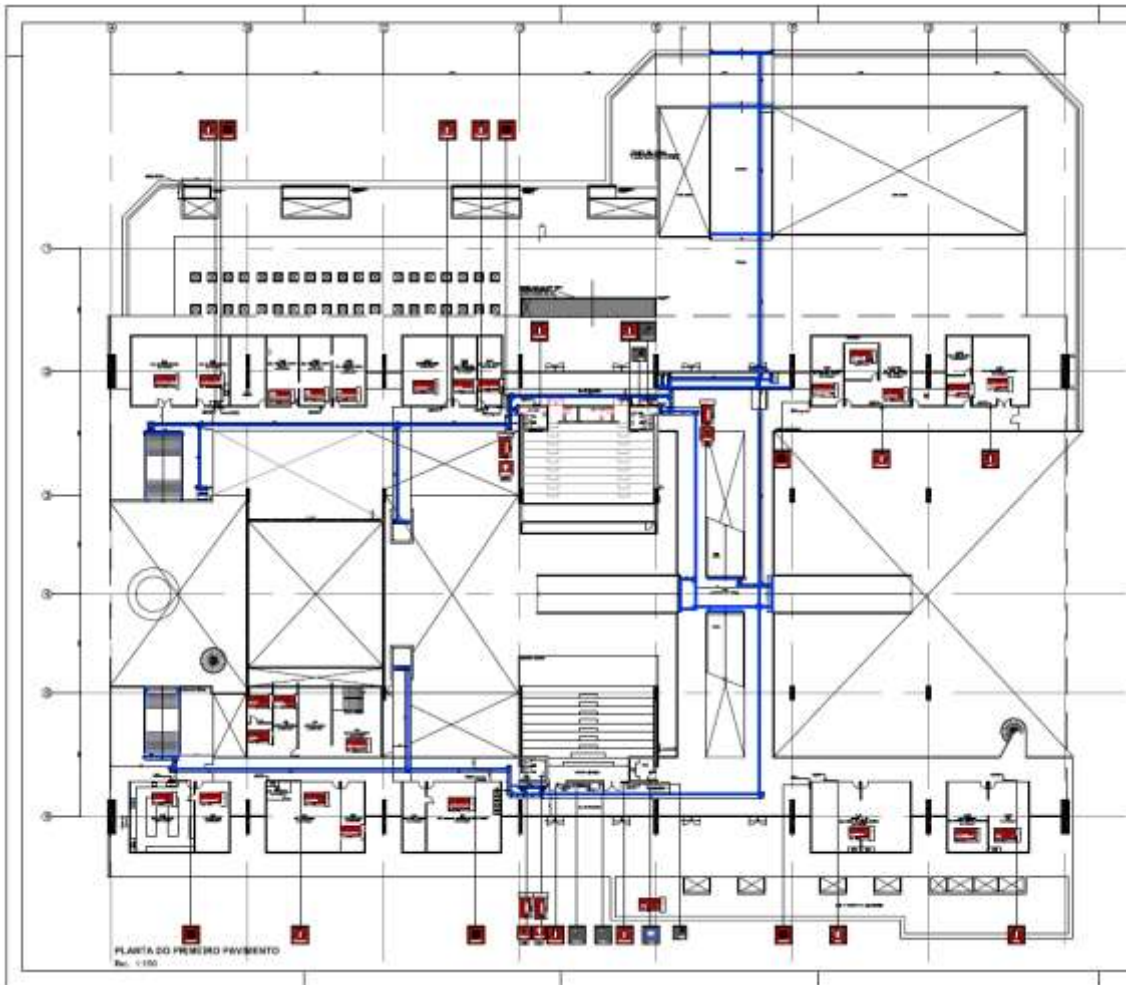
A tabela abaixo apresenta todos os Laboratórios, Núcleos, Centros de Pesquisa e demais entidades de pesquisa e/ou ensino que compõem ou estão alocadas no Departamento de História com sua área em metros quadrados (m²) e o tipo de construção (alvenaria ou divisória) em que estão constituídos.

Nome	Área (m²) e tipo de sala
Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP)	interior da ANPUH, de alvenaria, com aproximadamente 135 m ²
Associação Nacional de História (ANPUH)	de alvenaria, com aproximadamente 135 m ²
Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC)	compartilhada com o LEHA, de divisória, com 16,6 m ²
Cátedra Jaime Cortesão	de alvenaria e divisória, com 162,71 m ²
Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH)	de alvenaria, com aproximadamente 886 m ²
Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL)	de alvenaria e divisória, com 70 m ²
Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos (CEMA)	de divisória, com 16,6 m ²
Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD)	de alvenaria e divisória, com 91 m ²
Laboratório de Estudos da Ásia (LEA)	de divisória, com 12 m ²
Laboratório de Estudos de História das Américas (LEHA)	de divisória, com 16,6 m ²
Laboratório de Estudos Medievais (LEME)	de divisória, compartilhado com LABTEO e NEA, com 11,02 m ²
Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER)	de divisória, com 16,6 m ²
Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LAB-MUNDI)	sem sala
Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR)	de divisória, com 16,6 m ²
Laboratório de História das Ciências, Tecnologia e Sociedade (LABCITE)	de alvenaria, com 60,31 m ²
Laboratório de Teoria da História e Historiografia (LABTEO)	de divisória, compartilhado com LEME e NEA, com 11,02 m ²
Laboratório de Teoria e História da Imagem e Música Medievais (LATTHIM)	sem sala própria
Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil-África (NAP Brasil-África)	sem sala própria, funcionando no interior do CAPH
Núcleo de Estudos Africanos: cultura e historiografia (NEA)	de divisória, compartilhado com LABTEO e LEME, com 11,02 m ²
Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO)	de alvenaria, 12,75 m ²
Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (LUDENS)	de divisória, com 35,3 m ²
Programa de Educação Tutorial (PET)	de divisória, com 16,6 m ²
Revista de História (RH)	de alvenaria, com 11,16 m ²

A configuração atual do prédio, deve-se notar, é bastante diferente do projeto original. No piso superior, por exemplo, os departamentos de História e Geografia ocupavam posições invertidas; só estavam previstas cinco salas de aula para a Geografia e quatro para a História (hoje, são onze); as salas com janelas voltadas para o exterior eram quase todas destinadas a atividades coletivas (e não a gabinetes de professores); distinguam-se os espaços de catedráticos, professores e assistentes; havia previsão de ocupação de salas para mapotecas, fototecas, material didático, Sociedade de Estudos Históricos, Revista de História, Associação de Geógrafos, Centro Capistrano de Abreu e Centro Affonso de Taunay, sala de estar comum de professores etc. No térreo, além dos dois anfiteatros e de uma sala de reuniões/grêmio, os demais espaços eram todos destinados a salas de seminários, o que supunha uma dinâmica de estudos bem diferente do atual ensino massificado e, evidentemente, uma outra relação numérica e qualitativa entre professores e alunos. Vale dizer que o projeto arquitetônico original sofreu alterações tanto na sua execução (o que foi estudado na tese de doutoramento do Prof. Simões) quanto, sobretudo, diversas reformas, desde a sua inauguração. Uma coisa e outra podem influir, inclusive, no processo de tombamento do prédio (já recusado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat – pelo primeiro motivo).

A planta atual do prédio encontra-se assim:





II – Infraestrutura física geral, seus usos e principais problemas

Salas de Aula

O curso de graduação conta com nove salas de aula de tamanhos diferentes, que comportam de 39 a 131 lugares, com cadeiras escolares de estrutura metálica e prancheta de apoio para escrita, parte delas com assento e encosto almofadados e outra parte com assento e encosto de plástico. As nove salas possuem a mesma configuração espacial: as cadeiras são organizadas em filas, voltadas para frente, onde se encontra a mesa e a cadeira do professor, uma lousa verde de madeira para giz que se estende por toda a parede e uma tela de projeção. Cinco dessas salas possuem projetor multimídia e caixas de som amplificadas.

As salas voltadas para a parte externa do edifício possuem amplas janelas de vidro com cortinas. As salas da parte interna não possuem janelas, apenas claraboias no alto da parede e duas portas de entrada e, por isso, são abafadas e quentes, obrigando o uso de ventiladores que acrescentam ruídos aos que provêm das salas contíguas, dos corredores e do vão livre. A condição climática destas salas (e de todo o piso superior) foi atenuada desde a instalação de uma cobertura, no teto. A condição acústica será melhorada com a execução de algumas reformas previstas: substituição das bandeiras das portas feitas em treliças de madeira por alvenaria e instalação de portas antirruído.

As aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, no período vespertino, entre 14h e 18h e no período noturno, entre 19h30 e 23h. É frequente, mas não obrigatório, que haja um intervalo de 15 a 20 minutos no meio do período. As nove salas são utilizadas intensamente durante os dois períodos, à exceção da sexta-feira, quando o oferecimento de disciplinas é significativamente menor e há salas vazias. No período matutino, as salas são utilizadas de modo parcial e especialmente por atividades extracurriculares (como palestras ou cursinhos pré-vestibulares sociais e gratuitos) ou por disciplinas de pós-graduação com muitos inscritos.

A estrutura e os recursos de multimídia das salas de aula são basicamente os mesmos e direcionam primordialmente para aulas frontais e expositivas (com ou sem recursos audiovisuais) e seminários, comprometendo outras formas de trabalho pedagógico. Entre outras limitações, a ocupação de praticamente toda a sala de aula por cadeiras individuais dificulta a organização de atividades em grupos ou em círculo;

a ausência de mesas de trabalho impede o manuseio de documentos, fontes e mapas, assim como a realização de atividades que utilizem cartazes, painéis ou outros materiais.

Há apenas duas salas de aula menores (com 18 lugares cada) destinadas às disciplinas de pós-graduação ou a reuniões de grupos de pesquisa. Conseqüentemente, essas atividades são realizadas também nas salas de aula maiores (destinadas à graduação) e basicamente no período matutino, por causa da ocupação quase total dessas salas à tarde e à noite.

Em virtude da falta de salas de aula, há outras instalações no edifício que são eventualmente utilizadas para essa finalidade: a sala de vídeo (50 lugares), o Anfiteatro (200 lugares) e a sala do CAPH (45 lugares).

A tabela abaixo apresenta as salas de aula, sua capacidade em lugares e área.

Sala	Lugares	Área em m ²
Sala 19 (pós-graduação)	18	24
Sala 21 (pós-graduação)	18	26
Sala 10	39	60
Reinaldo Xavier Carneiro	47	70
Sala 16	54	74
Joaquim Barradas de Carvalho	63	70
Sala 12	66	63
Ilana Blaj	70	68
Edgar Carone	112	94
Nelson Werneck Sodré	131	88
Sala Caio Prado Jr.	133	140
Total	751	777

Auditórios

O Auditório Fernand Braudel possui 174 lugares, ar condicionado, projetor multimídia, instalações de áudio e cabine de som. Ele é utilizado diariamente para a realização de atividades acadêmicas ou de caráter político, organizadas pelo

Departamento, por outras unidades da USP e por instituições e grupos da sociedade civil. Mesas redondas e seminários, assembleias e fóruns de debate ocupam o auditório durante a maior parte do ano letivo. Trata-se de um espaço de reconhecida importância para a universidade, ponto de referência para reuniões do movimento estudantil e das entidades sindicais (ADUSP e SINTUSP).

Em 2015, foi inaugurado outro auditório, Nicolau Sevcenko, com capacidade para 240 lugares, hall de entrada, palco, equipamento para projeção multimídia, som estéreo e ar condicionado.

Salas especiais

O Departamento dispõe de duas salas para pequenas conferências e palestras e que, eventualmente, são utilizadas como salas de aula da graduação e da pós-graduação. Trata-se da Sala de Vídeo (62m²), com capacidade para 58 lugares (cadeiras fixas dispostas em formato de anfiteatro), ar condicionado, uma pequena lousa branca, equipamento de projeção multimídia e caixas de som; e do pequeno Auditório do CAPH, com capacidade para 40 lugares (cadeiras escolares com braço lateral), equipamento de projeção multimídia, lousa digital.

As duas salas apresentam problemas de acabamento na instalação dos equipamentos e de estrutura física. A sala de vídeo, recentemente reformada para atender a exigências de acessibilidade, apresenta problemas de distribuição e inadequação dos móveis e da tela de projeção (mesa e tela de projeção junto à porta de entrada, cadeiras sem prancheta e lousa pequena e avariada). O pequeno auditório do CAPH possui pouca circulação de ar, pé-direito baixo, um ventilador com alto nível de ruído e portas de acesso estreitas. No entanto, as duas salas são utilizadas continuamente para a realização de diversas atividades acadêmicas, organizadas pelo Departamento ou por outras instituições.

A tabela abaixo apresenta todas as instalações que abrigam as atividades didáticas e científicas do Departamento de História, com suas respectivas capacidades totais.

Instalações	Quantidade	Capacidade
Salas de aula convencionais	11	771
Laboratórios, Centros e Núcleos	14	138
Sala de estudos e pesquisas	01	60
Sala de conferência (CAPH)	01	40
Sala de Vídeo	01	58
Sala de qualificação	01	10
Sala alunos de Pós-Graduação	01	10
Auditório Fernand Braudel	01	174
Auditório Nicolau Sevcenko	01	240
Sala Pró-aluno (compartilhada com Depto. Geografia)	01	43

Espaços de estudo

O único espaço de estudo encontra-se na área do CAPH, onde um conjunto de mesas e cadeiras foi disponibilizado no andar térreo (172m²) e no mezanino, compondo dois ambientes integrados. Há cerca de 30 mesas e 60 cadeiras para atender, diariamente, alunos que pretendem estudar no edifício. O espaço permanece aberto das 9h às 21h, de segunda a sexta-feira e é de responsabilidade dos funcionários e da direção do CAPH. O uso de internet é precário, visto que o sinal da rede sem fio da USP-NET é intermitente na maioria das mesas. Mas, trata-se de um lugar efetivamente reservado para estudos, onde prevalece o silêncio e a atmosfera de introspecção necessária à leitura e à escrita acadêmicas.

No período de provas e entrega de trabalhos, isto é, nas últimas semanas de cada semestre, a sala de estudos do CAPH costuma estar inteiramente ocupada. Devido à escassez desse tipo de espaço, a área livre que se encontra no piso superior, entre a Secretaria do Departamento e a sala de qualificação, tem sido regularmente ocupada por estudantes para ler e realizar outras atividades de estudo. O espaço possui cadeiras fixas e não é adequado ao estudo, pois essa área é a principal passagem entre o corredor das salas de aula e o corredor dos gabinetes dos professores e a Secretaria.

No âmbito da FFLCH, há um importante espaço de estudo na Biblioteca Florestan Fernandes, onde são disponibilizadas mesas, cadeiras e internet sem fio. No entanto, a oferta de espaço é menor que a demanda, especialmente no período de realização de provas e entrega de trabalhos.

Assim, pode-se constatar que nem o Departamento, nem a Faculdade oferecem instalações adequadas para que os alunos tenham possibilidades de estudar ou se reunir na instituição. Isso reduz a permanência dos alunos no edifício e o tempo de convívio e aprendizado da vida acadêmica, ou leva os estudantes à procura de espaços alternativos de estudo, como apontado acima.

Espaços de convívio

O Espaço Aquário, com 310m² de área total, é destinado ao convívio estudantil, integrando atividades culturais, políticas e algumas oportunidades de lazer e descanso. O Aquário é gestado por um fórum dos coletivos e entidades estudantis, entre os quais possuem espaço físico os dois centros acadêmicos (História e Geografia), a Atlética, a Rádio Várzea (extinta) e a Bateria Manda-Chuva. Além disso, há duas fotocopiadoras, dois livreiros (um deles ocupando, desde há poucos anos, o vão livre, ao lado da rampa, face à antiga lanchonete) e duas barraquinhas de lanches.

Há acordos para o pagamento de aluguel pelos comerciantes que atuam no espaço Aquário, mas os pagamentos não têm sido regulares, seja por dificuldades na gestão administrativa ou por razões políticas. As condições de trabalho nas copiadoras são visivelmente inadequadas (falta de ventilação face à concentração de ozônio) e não há controle sanitário sobre a venda de alimentos. Além disso, não há medidores de energia elétrica e o consumo dessas empresas ou comerciantes fica a cargo da FFLCH.

A despeito da destinação do espaço Aquário para o convívio estudantil em geral, ele é frequentado majoritariamente por alunos militantes ou integrantes dos coletivos e das entidades estudantis. As condições dos materiais e equipamentos são inadequadas para um convívio estudantil amplo, o que é agravado pelo espaço ser fechado por uma parede de armação de ferro e vidro, sem janelas, ar condicionado ou ventiladores e com pé-direito baixo.

Na vida cotidiana, o vão livre do térreo é o principal espaço de convívio estudantil e acadêmico, seja pelo uso dos bancos fixos de madeira, das mesas da lanchonete ou simplesmente do chão, onde rodas de estudantes se reúnem informalmente. O uso desse espaço é bastante diversificado e tem alta circulação de pessoas, principalmente de estudantes.

O vão também é utilizado para a realização de manifestações políticas, como as assembleias do SINTUSP, do DCE e dos centros acadêmicos. Frequentemente, faixas, cartazes ou instalações ocupam as paredes, a rampa e as colunas de sustentação do prédio. Nos últimos anos, esse espaço tem sido utilizado para as mais diversas formas de pichação: desde manifestações políticas de rebeldia às mais boçais expressões, com uso de palavrões e ofensas pessoais.

Durante as últimas décadas, o vão livre tem sido o cenário de festas estudantis, realizadas predominantemente às sextas-feiras e, em geral, contam com o uso aparelhos sonoros ou de música ao vivo. Até o ano de 2014, as festas cresceram em frequência e em quantidade de público. As mais numerosas chegaram a ter 5 mil pessoas, que se espalharam pelo andar térreo, pelos estacionamentos e pelas áreas verdes. Organizadas por diversos coletivos (com finalidades políticas, culturais e/ou comerciais), e costumeiramente realizadas sem autorização da Faculdade, as festas no prédio da História e Geografia têm acarretado, entre outros problemas, danos ao patrimônio público e incompatibilidade com as atividades acadêmicas. Por exemplo, as instalações dos banheiros são frequentemente quebradas, paredes pichadas, vidros quebrados e, no que diz respeito às atividades acadêmicas, as disciplinas obrigatórias ministradas às sextas-feiras foram suspensas.

A partir do segundo semestre de 2014, principalmente por questões de segurança (roubos, assédios sexuais e morais e até estupros), reduziram-se significativamente o número e o tamanho das festas, por decisão dos coletivos estudantis. Apesar de todos esses problemas, ressalta-se que não há diálogo entre os coletivos estudantis e a administração da Faculdade.

A acústica do edifício prejudica as atividades acadêmicas, pois favorece a propagação do ruído produzido no vão livre até as salas de aula dos Departamentos de História e Geografia, especialmente as salas voltadas para o pátio interno.

Gabinetes dos professores

O edifício conta com um conjunto de pequenas salas de trabalho para os docentes. Cada sala comporta entre 1 e 4 professores e está equipada com computadores (com internet a cabo), mesas, cadeiras e estantes.

Nesses gabinetes, os professores realizam parte de suas atividades acadêmicas e recebem alunos para tirar dúvidas, oferecer orientações específicas ou organizar alguma atividade pedagógica.

As variações de tamanho e de organização dos gabinetes influem nas possibilidades de trabalho pedagógico e científico de cada professor. Nos gabinetes individuais, o espaço é pequeno demais para receber um grupo de seminário; nos gabinetes compartilhados, uma reunião com alunos impede que outro docente permaneça no local lendo ou escrevendo.

No entanto, é preciso destacar que, em comparação com as condições materiais de outras universidades públicas brasileiras, estes espaços ainda permitem que muitos docentes organizem a maior parte de suas atividades na própria universidade, ampliando o convívio com os colegas e a comunicação com os alunos.

Secretaria e funcionários

O Departamento de História conta com uma secretaria, que responde pelos serviços de graduação e pelos dois programas de pós-graduação (História Social e História Econômica). O espaço é suficiente para o número de funcionários e equipamentos, mas a parte destinada ao atendimento ao público é pequena e desconfortável, sem nenhuma cadeira para a espera. Contígua à secretaria, há uma sala destinada à Chefia e à guarda de material de consumo. A secretaria, aberta ao público das 9h às 21h, exige dois turnos de trabalho, com mais funcionários no período da tarde, entre 13h e 16h, quando há maior fluxo de atividades e atendimento ao público.

De toda a equipe de dezessete funcionários, oito trabalham diretamente com os serviços da secretaria, incluindo a graduação e a pós-graduação e os trabalhos da Comissão Coordenadora do Curso de Graduação. Os demais estão envolvidos com as atividades de suporte, como o CAPH, o apoio audiovisual, os Núcleos e Centros de pesquisa, distribuídos conforme a tabela abaixo:

Área de atuação	Funcionários
Secretaria	8
Centro de Apoio à Pesquisa em História (CAPH)	4
Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD)	1
Centro de Estudos de Democracia Histórica da América Latina (CEDHAL)	1
Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (LUDENS)	1
Revista de História	1
NAP Brasil-África	1
Total	17

Com este quadro de funcionários, as demandas de rotina da Secretaria são atendidas com normalidade, mas raramente são resolvidos problemas estruturais, controlados protocolos de rotina ou criados novos serviços. Destaca-se, por exemplo, a ausência de um arquivo da memória institucional, a produção regular de dados acadêmicos e administrativos informatizados, a criação e manutenção de uma plataforma digital dinâmica e interativa, a produção de um informativo que reúna e organize a divulgação das diversas atividades do Departamento, a gestão dos vários murais espalhados pelo edifício, o acompanhamento sistemático dos serviços terceirizados de limpeza e segurança.

Esses problemas resultam de dois fatores articulados: a ausência de uma eficiente gestão administrativa, capaz de planejar o uso dos recursos humanos disponíveis, e a ausência de mão-de-obra em constante formação profissional e motivada por um plano de carreira transparente e estável. Para minimizar esses problemas, o Departamento tem recorrido à contratação de monitores (estudantes de graduação ou pós-graduação), atualmente em número de quatro (três alocados na pós-graduação e um na secretaria de graduação). Um dos problemas resultantes da contratação de monitores é que hoje toda a gestão da secretaria de pós-graduação encontra-se na mão de estudantes (três monitores e um funcionário, que atualmente é doutorando do programa de História Econômica).

Para historiar as origens mais recentes desses problemas, cabe mencionar que até a gestão do reitor João Grandino Rodas (janeiro de 2010 a janeiro de 2014), os programas de pós-graduação eram partes integrantes dos departamentos, mas, com as modificações no regimento da pós-graduação (Resolução Nº 6542, de 18 de abril de

2013), esses programas passaram a estar diretamente vinculados às Unidades, agravando a situação existente. A mudança do regimento não previu a contratação de funcionários nem espaço físico para a pós-graduação, potencializando conflitos administrativos e políticos. No início de 2015, o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), promovido pela gestão de Marco Antônio Zago, resultou na aposentadoria de dois funcionários do Departamento, agravando a situação ao reduzir o quadro de técnicos sem expectativa de reabertura de vagas. Particularmente, foram prejudicados de modo imediato a secretaria de pós-graduação e o setor de apoio audiovisual, que passou a contar com apenas um funcionário para atender os três períodos de atividade do Departamento.

Acrescem-se ainda as seguintes dificuldades:

- inexistência de sequer uma vaga (claro) de funcionário de nível superior;
- o crescimento exponencial do número de estudantes ingressantes desde a década de 1970 sem a contrapartida da expansão proporcional do espaço físico, do corpo docente e da estrutura administrativa;
- dificuldade de realocação de funcionários para atender demandas do Departamento quando estão vinculados a centros ou núcleos de pesquisa;
- historicamente, o CAPH assumiu funções que extrapolam sua missão de apoio à pesquisa, como o depósito legal de teses e dissertações, acima referido.

III – Reformas, principais problemas e sugestões para a melhoria das condições de infraestrutura e de uso do edifício

Na gestão do reitor João Grandino Rodas, havia um amplo projeto de reforma e revitalização do prédio em andamento (processo nº 2013.1.4293.8.2). No entanto, a reitoria atual (Marco Antônio Zago), em virtude da crise de financiamento da Universidade, paralisou essas reformas.

No estágio em que a reforma aprovada pela Superintendência de Espaço Físico (SEF) foi interrompida, ficaram pendentes:

- a transferência da Seção de Alunos para o espaço da antiga lanchonete (hoje sem ocupação, ociosa);
- a ampliação da Sala Pró-aluno (que passaria dos atuais 106m² para 183,6m²);
- a realocação da livraria da Edusp;
- a cobertura da passarela do eixo de ligação entre os prédios de História/Geografia e Ciências Sociais/Filosofia;
- a reforma geral da parte elétrica do prédio (esta, em curso, todavia).

Em reunião do Conselho Departamental de maio de 2015, foram aprovados e encaminhados os seguintes pedidos à Direção da Faculdade e ao setor de Serviços Gerais:

Item	Concluído (em azul), em andamento, ou recusado (motivo)
1. CAPH: avaliação das estruturas e dos <u>caixilhos</u> pela Superintendência de Espaço Físico (SEF), visando a substituição eficaz destes caixilhos e dos vidros partidos, considerando o acomodamento da estrutura do prédio	Vistoria feita por engenheiro: a estrutura está ok; a substituição dos caixilhos se fará por trabalho de serralheiro. (em andamento)
2. Revisar as placas do <u>forro acústico</u> das salas de aula: colar ou repor (há risco de queda sobre os usuários destes espaços).	Salas de aula: Vistoriamos as salas de aula solicitamos à seção de manutenção que retirasse as placas que estiverem soltas O.S. nº 11014/2015, informamos ainda que o processo nº de 13.1.5672.8.7, está em andamento e contempla a reforma das salas de aula do prédio. (em andamento)
3. Colocar <u>grama</u> na entrada principal do prédio, à esquerda, visando impedir erosão do terreno e acumulação de barro no estacionamento, com prejuízo aos usuários e ao sistema de escoamento de águas.	Erosão: contrato de conservação e manutenção de áreas verdes está em andamento no serviço de compras processo nº. 14.2.988.8.4; Documento da Compra: 232544; Requisição nº: 198046; Vistoria agendada para os dias 23 e 25/06/15 e pregão dia 26/06/2015, e encontra-se junto à SEF um protocolado nº 12.5.1124.8.1 – DVFI-82 em 24/03/15 emissão de laudo técnico acerca de preocupante erosão nas entradas do prédio de História e Geografia desta Faculdade, solicitamos à seção de manutenção a retirada da terra do meio fio O.S. nº 11015/2015. (em andamento). É necessário trocar de lugar a rampa de acesso de deficientes, para depois da boca de lobo.
4. Colocar <u>prismas</u> de cimento no estacionamento “ferradura”, junto à entrada principal do prédio, visando impedir estacionamento irregular na ilha central.	Prismas: estacionamento “ferradura”, Av. Lineu Prestes; solicitamos à PUSP-C os prismas para instalação junto ao meio fio da ilha do estacionamento. Aguardando a produção dos prismas e a posterior instalação, solicitação nº 6798/2015. (em andamento, mas depende da Prefeitura)
5. Banheiros de funcionários e docentes do primeiro andar: solicitar liberação de fechaduras e chaves para os usuários	Chaves dos banheiros: A solicitação das cópias foi feita pelo Departamento de História, a fechadura está em poder dos Serviços Gerais para instalação.

<p>masculinos e femininos do prédio.</p>	
<p>6. Colocar <u>tomadas fora das salas</u> (consultar a secretária do Departamento de História, Andreia Piva, e/ou o Prof. Carlos Zeron, Presidente da Comissão de Qualidade de Vida, para que sejam apontados os locais).</p>	<p>Tomadas nos corredores: A solicitação de serviço de instalação de tomadas foi realizada através da O.S. nº 11018 e está programada para início do 2º semestre de 2015. (em andamento, até fevereiro de 2017; possibilidade de colocação de bancos de metal semelhantes ao do prédio de Letras, dependendo de verbas)</p>
<p>7. Salas de aula, primeiro piso: trocar os novos <u>ventiladores</u> que foram instalados (marca <i>Tron</i>), devido ao ruído que causam, por outros que gerem um número máximo de decibéis compatíveis com as atividades didáticas, quando em uso em potência máxima.</p>	<p>Ventiladores: Fizemos a vistoria nas salas de aula e constatamos que alguns ventiladores estão com ruído excessivo; solicitamos à seção de manutenção ajustar os ventiladores e/ou substituir, caso tenha necessidade; solicitado através da O.S. 11017. (em andamento; marca recomendada <i>Ventisilva, 75dB</i>)</p>
<p>8. Salas de aula do meio do prédio: instalar aparelhos de <u>ar-condicionado</u>.</p>	<p>Ar condicionado: Demanda de projeto para instalação dos equipamentos e a atual rede elétrica não suporta; a elaboração do projeto executivo completo para reforma dos quadros elétricos e suas infraestruturas no Edifício da História e Geografia está em processo de Tomada de Preços nº 51/2012. (em andamento: preparação das instalações elétricas para fevereiro de 2017; ar-condicionado, apenas depois)</p>
<p>9. Salas de aula do meio do prédio, primeiro piso: substituir as <u>treliças de madeira</u> por construção fechada em alvenaria e substituir as portas de madeira que se abrem para o pátio interno por <u>portas antirruído</u>. Idealmente, substituir todas as portas das salas de aula por <u>portas antirruído</u>.</p>	<p>Reforma das salas de aula: Será atendida pelo projeto do ProEd que está em fase de atualização de preços, conforme aprovado na última reunião do GT; esta implementação está prevista para o período de férias de dezembro 2015 até fevereiro 2016. (em andamento: depende de liberação de verba “PROED” – antiga denominação – pelo Diretor)</p>
<p>10. Salas de aula: recolocar número nas portas das salas que possuem apenas nome, visando à melhor orientação do público usuário.</p>	<p>Identificação: Solicitamos os números para instalação nas portas.</p>
<p>11. Verificar e reparar os pontos de infiltração e <u>goteira</u></p>	<p>Infiltração: Aguardando a resposta da empresa para reparo. (em andamento; aumentando,</p>

no telhado; verificar e reparar os pontos de ressecamento e/ou de encolhimento da <u>manta</u> protetora.	depende de mão-de-obra da manutenção, que viu seu quadro reduzido de 12 para 5 funcionários após o PIDV)
12. Comprar uma bobina para substituir a que ficou ressecada, no anfiteatro Nicolau Sevcenko (solicitar à secretaria do Departamento de História, Andreia Piva, o número de patrimônio do aparelho de <u>ar-condicionado</u>).	Bombas de sucção: solicitamos a compra da bomba de para o escoamento da água do aparelho condicionador de ar. Requisição nº 343399/2015. Foi feita solicitação de reparo de todo o aparelho, mas ainda falta patromoniá-lo. (em andamento)
13. Pintar a parede do fundo dos dois novos anfiteatros.	Paredes dos anfiteatros: Vistoriamos o local, solicitamos à seção de manutenção a realização do serviço de pintura do local e de outros locais afetados por pichações O.S.11019.
14. Instalar e testar os equipamentos de <u>som e vídeo</u> dos dois novos anfiteatros.	Sistema de sonorização dos anfiteatros novos: em processo de patrimoniação para que possam ser devidamente instalados. Até 31 de agosto de 2015 encerra-se também o da Geografia (História ok). Falta vídeo: há que saber optar por mesa de edição ou computador. (em andamento) Nota: não convém que sejam usados para aulas: risco de degradação; equipamentos caros; necessidade de senha e operação do som: desviar aulas para anfiteatros antigos, usar os novos apenas para eventos.
15. CAPH, sala de estudos: colocar tomadas múltiplas nas colunas que sustentam o mezanino, no andar térreo, e no chão do mezanino, no ponto em que as colunas ali se encaixam.	CAPH tomadas: Solicitamos à seção de manutenção a realização do serviço através da O.S. nº 10998/2015; programada para mês de julho.
16. CAPH, sala de estudos, mezanino: trocar lâmpadas por outras mais potentes e substituir as luminárias por outras que possuam espelho, visando aumentar a capacidade de iluminação.	CAPH iluminação: Solicitamos à seção de manutenção a realização do serviço através da O.S. nº 10999/2015; programada para mês de julho.
17. CAPH, porão após a sala de acervo: cercar o <u>acesso às galerias pluviais</u> por meio de construção em alvenaria, de forma a isolá-la do aterro que se encontra sob a laje do prédio.	CAPH porão: Solicitamos à seção de manutenção a realização do serviço através da O.S. nº 11020/2015; programada para mês de julho.
18. CAPH: <u>isolamento de todo o</u>	CAPH divisória: Vistoriamos o local aguardamos

<p><u>andar superior</u> do CAPH por meio de vidros (como foi feito na sala da direção do CAPH).</p>	<p>a solicitação via ofício que será enviado pelo interessado com as definições do serviço para elaboração de projeto para execução do serviço terceirizado. Utilizar vidro ou madeira? Em aberto.</p>
<p>19. CAPH: abrir acesso à sala de estudos pelo mezanino.</p>	<p>CAPH acesso ao mezanino: Do ponto de vista técnico é inviável, pois teríamos que garantir a norma de acessibilidade com rampas de acesso de quase 4 metros devido à diferença de nível entre os ambientes, causando considerável redução no espaço para alocação de mesas. Cancelado.</p>
<p>20. <u>Buracos:</u> tapar buracos e rachaduras na escadaria que dá acesso à Av. Luciano Gualberto; tapar buracos na calçada que dá para o estacionamento do fundo; tapar buracos na lateral do prédio, no lado da Travessa 12; buracos no pátio.</p>	<p>Buracos: solicitamos à seção de manutenção a realização do serviço de fechar buracos no pátio através da O.S. nº 11035; emissão de laudo técnico acerca de preocupante erosão nas entradas do prédio de História e Geografia desta Faculdade, protocolado nº 12.5.1124.8.1 – DVFI-82 em 24/03/15.</p>
<p>21. <u>Hidrantes:</u> instalação de automático para ligação das bombas dos hidrantes (urgente); reformas dos hidrantes; troca das mangueiras.</p>	<p>Hidrantes: fizemos uma vistoria no local e constatamos que é um trabalho específico e nossa manutenção não tem capacidade técnica para executar o serviço, contrataremos uma empresa especializada para realização dos serviços. Depende da SEF. (em andamento)</p>
<p>22. <u>Pintura geral do prédio,</u> devido ao acúmulo de pichações.</p>	<p>Pintura: Solicitamos à seção de manutenção a pintura das pichações através da O.S. nº 11036/2015, programação para mês de julho. A pintura geral requer projeto de execução para realização do serviço. Falta pintar rampa e muretas, mais a entrada (cancelado, porque é inútil).</p>
<p>23. <u>Poda das árvores</u> do entorno.</p>	<p>Poda de árvore: solicitação realizada junto ao serviço USP-atende serviço Ambiental em 10/06/2015 sob nº 6777, aguardando execução; Conservação e manutenção de áreas verdes, Documento da Compra: nº 232544; Requisição nº: 198046; Vistoria agendada para os dias 23 e 25/06/15 e pregão dia 26/06/2015. Ok paramato: serviço contratado. “Poda leve de limpeza” (em andamento, mas depende da Prefeitura)</p>
<p>24. Instalar <u>“linha de vida”</u> no prédio.</p>	<p>Linha de Vida: Processo em andamento para atender todos os prédios do complexo; requisição de compra realizada em 28/01/2015 nº 43328/2015. Engenheiro SESMT: Guilherme.</p>

	(em andamento desde 2007; prioridade por causa do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB)
25. <u>Canalizar água dos aparelhos de ar condicionado</u> que foram instalados no 1º andar.	Canalizar água: vistoriamos o local e constatamos que necessitamos comprar duas bombas de drenagem para instalar nos aparelhos de ar condicionado; estamos providenciando a compra.
26. Instalar <u>parapeito no 1º andar</u> , nos extremos do prédio (o local alto e sem segurança, oferecendo risco).	Instalar parapeito: altera o projeto original e requer projeto e autorização para execução da obra; será encaminhado ofício para SEF para a devida autorização. (em andamento; mas depende do processo de tombamento)
27. Instalar duas bombas de água, para uso nas caixas de retardo, para lavagem do prédio.	Caixas de retardo: o projeto das duas caixas que recebem águas pluviais não é para o fim de cisternas e não está previsto para este fim. Cancelado.
28. Substituir as <u>carteiras quebradas</u> .	Carteiras: Verificamos a necessidade de compra e estamos elaborando pedido para substituição das carteiras. (em andamento)
29. Recuperar e instalar a <u>porta antiga</u> do Anfiteatro de História Fernand Braudel.	Porta original: reforma de Anfiteatro de História com reinstalação da porta original; substituição do carpete por manta vinílica e rebaixamento do piso de entrada, visando à acessibilidade, e refecção da parte elétrica no local. Protocolado nº 12.5.628.8.6 encaminhado à divisão de projetos. Ver com a Direção da Faculdade. (em andamento, mas sem previsão; portas guardadas; previsão de gasto: 300 mil; sem verba)
30. Conclusão das obras relativas à <u>Seção de alunos</u> (mudança para a antiga lanchonete), Sala pró-aluno (ampliação para o espaço ocupado pela Seção de alunos) e Livraria Edusp (caso ela ainda confirme interesse)	Conclusão da reforma: Verificamos o projeto, que está na lista de prioridades da faculdade, sem previsão.
31. <u>Cobertura da passarela</u> do eixo de ligação entre os prédios de História/Geografia e Ciências Sociais/Filosofia	Cobertura da passarela: Elaboração de projeto para cobertura do calçamento de ligação entre os prédios de História e Geografia e Ciências Sociais, buscando minimizar as dificuldades de acesso em dias de chuva, protocolado nº 12.5.627.8.0. (sem previsão)
32. Reforma geral da <u>parte elétrica</u> do prédio	Reforma da parte elétrica do prédio: Encontra-se em poder da SEF para execução do serviço Elaboração do projeto executivo completo para

	reforma dos quadros elétricos e suas infraestruturas no Edifício da História e Geografia - Tomada de Preços nº 51/2012. Houve vistoria das empresas para troca e instalação dos Distribuidores Gerais. (em andamento; substituição dos D.G.'s)
33. Substituição de toda a iluminação do prédio por <u>luminárias padrão PUREE</u>	Substituição da iluminação por padrão PURE: Retomamos o projeto anterior em 25/05/2015, encaminhamos a SEF para atualizações. (em andamento)
34. Elaboração de projeto e instalação de <u>condicionadores de ar</u> para todo o prédio, nos locais ainda desprovidos desse tipo de equipamento	Instalação de condicionadores de ar: A elaboração do projeto depende da reforma da rede elétrica do prédio... Ver com a SEF ou com os Serviços Gerais. (em andamento)
35. <u>Bancada em madeira</u> no anfiteatro de História Fernand Braudel, em madeira semelhante à porta.	Ver com Serviços Gerais. (em andamento: ver com a marcenaria)
36. <u>Vidros no espaço Aquário: abrir janelas?</u>	Não: basta abrir as janelas que dão para fora. Cancelado.
37. <u>Piso e ralos</u> no espaço Aquário.	Ralos desentupidos. (em andamento)
38. <u>Mesas e bancos</u> no mezanino.	(em andamento; solicitar verba ao Diretor)
39. Edital de <u>licitação da lanchonete.</u>	Finalizado. Mesas antigas, no pátio, pertencem ao proprietário do trailer.
40. <u>Tomadas da Seção de Alunos</u> , que se encontram instaladas no chão.	Ver com Serviços Gerais (em andamento)
41. <u>Equipamentos faltantes do anfiteatro.</u>	O Elson receberá a lista de todos os equipamentos que estão faltando, ou seja, as especificações técnicas para uma eventual compra.
42. <u>Tomadas no auditório.</u>	O projeto do auditório não contemplou as tomadas para a instalação das câmeras (já instaladas), os Serviços Gerais vão verificar.
43. Verificar, com urgência, os <u>afundamentos/solapamentos causados por erosão, nos dois estacionamentos do prédio.</u>	Comunicar a SEF. No aguardo de providências em 2016. Provisoriamente: tapumes desde baixo da escada até a metade do vão. Também foi solicitada a troca de lâmpada no poste da escada.
44. piso da Pós Graduação	Solicitar reforma por meio de verba de contingência.

Na mesma reunião, foi rejeitada a regulamentação do espaço térreo para atividades comerciais não autorizadas, inclusive as que se realizam dentro do Espaço Aquário. Entendeu-se, por fim, que cabe à Direção da Faculdade a responsabilidade pela fiscalização trabalhista e sanitária nas empresas que atuam no Espaço Aquário.

Quanto a outras questões pendentes, ainda não foi proposta nenhuma solução para os inúmeros acessos ao prédio que dificultam a vigilância e fragilizam a sua segurança. Tampouco há propostas sobre a acessibilidade às entradas e circulação entre os pisos, salas de aula, banheiros e demais ambientes (não há soluções para acesso de deficientes visuais); para a manutenção dos banheiros; para o acesso ao jardim de inverno (que poderia oferecer alternativas de convívio e lugares para leitura ou reuniões de grupo ao ar livre).

2. PERFIL DOS ESTUDANTES

(ingressantes, matriculados, egressos e evadidos)

Foram elaborados questionários para 4 categorias de estudantes: **INGRESSANTES**, **EM CURSO**, **EGRESSOS** e **EVADIDOS** (desistentes do bacharelado e/ou da licenciatura), que fizeram parte do curso entre 2004 e 2014.

I – QUESTIONÁRIOS

As questões apresentadas aos estudantes **INGRESSANTES** visavam traçar um perfil socioeconômico, obter informações sobre a sua formação e sobre suas primeiras impressões e expectativas relativas ao curso de História e ao mercado de trabalho. Eis as questões:

- *Ano de Ingresso no Curso de História da USP*
- *Período*
- *Idade*
- *Sexo*
- *Estado civil*
- *Você tem filhos?*
- *Se sim, quantos?*
- *Lugar de origem*
- *Reside atualmente*
- *Renda familiar*
- *Procurou algum programa de permanência estudantil?*
- *...ou foi beneficiado por programa de auxílio?*
- *Se sim, qual (is)?*
- *Trabalha?*
- *Se trabalha, qual a sua carga horária semanal?*
- *Quais os meios de transporte que você utiliza para vir à USP?*
- *Escolaridade do pai*
- *Escolaridade da mãe*
- *Escola de origem (ensino médio)*
- *Ano de conclusão do ensino médio*
- *Frequentou cursinho?*
- *Concluiu ou está cursando outra faculdade?*
- *Se sim, qual?*
- *Lê em algum idioma estrangeiro?*
- *Se sim, qual(is)?*
- *Onde acessa internet?*
- *Pretende fazer licenciatura?*
- *Pretende atuar em que área*
- *Tem preferência por um ou mais campos de investigação na História?*

- *Sabe o que é uma pesquisa de iniciação científica?*
- *Como você enxerga o mercado de trabalho para a sua formação?*
- *Você se sentiu acolhido pelo Departamento de História em seu ingresso?*

As questões apresentadas aos estudantes **EM CURSO** visavam obter informações sobre o percurso de sua formação acadêmica, bem como sobre sua avaliação do curso, das condições de estudo e pesquisa e das instalações do prédio. Eis as questões:

- *Ano de Ingresso no Curso de História da USP*
- *Período*
- *Idade*
- *Sexo*
- *Concluiu ou está cursando outra faculdade?*
- *Se sim, qual?*
- *Lê em algum idioma estrangeiro?*
- *Se sim, qual(is)?*
- *Pretende fazer licenciatura?*
- *Se sim, você já está cursando?*
- *Pretende atuar em que área?*
- *Tem preferência por um ou mais campos de investigação na História?*
- *Pretende cursar pós-graduação?*
- *Como você enxerga o mercado de trabalho para a sua formação?*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a maior nota, a contribuição do curso para sua formação como professor?*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a maior nota, a contribuição do curso para sua formação como pesquisador?*
- *Você cursou, cursa ou pretende cursar disciplinas fora do Departamento?*
- *Se sim, em quais Departamentos / Institutos?*
- *Você acha que as disciplinas de outros departamentos são (essenciais, complementares ou desnecessárias)*
- *Quanto tempo você permanece na Universidade por semana, além do tempo em sala de aula?*
- *Neste tempo extraclasse, quais desses espaços você frequenta?*
- *Você frequenta algum grupo de estudos e/ou laboratório de estudos?*
- *Tem conhecimento do que é uma pesquisa de iniciação científica?*
- *Você realiza / realizou iniciação científica?*
- *Se sim, você realiza sua iniciação com bolsa?*
- *Você é bolsista da Universidade ou de algum outro programa?*
- *Se sim, em qual desses espaços você exerce atividade?*
- *Onde acessa a internet?*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a nota mais alta, os serviços oferecidos por: [Secretaria]*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a nota mais alta, os serviços oferecidos por: [Seção de Alunos]*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a nota mais alta, os serviços oferecidos por: [Biblioteca]*

- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a nota mais alta, os serviços oferecidos por: [Sala Pró-Aluno]*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a nota mais alta, os serviços oferecidos por: [Banheiros]*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a nota mais alta, os serviços oferecidos por: [Lanchonete]*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a nota mais alta, os serviços oferecidos por: [CAPH]*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a nota mais alta, os serviços oferecidos por: [Salas de Aula]*
- *Como você avalia, sendo 5 (cinco) a nota mais alta, os serviços oferecidos por: [Espaço Físico do Prédio]*
- *Na sua opinião, quais estão sendo os aspectos positivos do curso para a sua formação e atuação profissional?*
- *Na sua opinião, quais estão sendo os aspectos negativos do curso para sua formação e atuação profissional?*

As questões apresentadas aos **EGRESSOS** (formados) visavam obter sua avaliação sobre a sua formação em função de sua inserção profissional. Eis as questões:

- *Ano de Ingresso no Curso de História*
- *Período*
- *Idade*
- *Sexo*
- *Ocupação Atual*
- *Na sua opinião, quais foram os aspectos positivos do curso para a sua formação e atuação profissional?*
- *Na sua opinião, quais foram os aspectos negativos do curso para a sua formação e atuação profissional?*

Finalmente, as questões apresentadas aos **EVADIDOS** (desistentes da licenciatura e/ou do bacharelado) visavam identificar as razões do abandono do curso (sem deixar de inquirir sobre a sua inserção profissional). Eis as questões:

- *Ano de ingresso no curso de História*
- *Período*
- *Ano de Desistência do Curso*
- *Sexo*
- *Idade*
- *Ocupação Atual*
- *Qual/Quais razão/razões contribuíram para sua desistência do Curso de Bacharelado em História?*
- *Qual/Quais razão/razões contribuíram para sua desistência do Curso de Licenciatura em História?*

No total, obtivemos 112 respostas de estudantes ingressantes (de um total de 270), 361 respostas de estudantes em curso (de um total de 1.376, no segundo semestre de 2014), 268 respostas de estudantes egressos (foram convidados estudantes formados desde o ano de 2004) e 106 respostas de estudantes evadidos (da mesma maneira, buscamos estudantes desistentes desde o ano de 2004). O ano de 2004 foi adotado como parâmetro devido ao impacto de duas conquistas da greve de 2002: a contratação emergencial de 18 novos professores e a implantação de um sistema de “gatilho”, por meio do qual professores que faleceram ou se aposentaram foram automaticamente substituídos por novas contratações, mantendo numericamente o quadro de docentes do curso. Em 2011, uma reforma estatutária dirigida pelo Conselho Universitário e pelo reitor João Grandino Rodas inviabilizou o gatilho automático para a reposição de professores; em 2014, o reitor Marco Antônio Zago limitou drasticamente a contratação de novos professores.

As respostas aos questionários (assim como os demais documentos reunidos pela Comissão de Avaliação) estão disponíveis para consulta local dos interessados na Secretaria do Departamento de História.

II – PONTOS EM DESTAQUE PARA ORIENTAR UMA DISCUSSÃO

O presente texto visa sintetizar alguns aspectos extraídos das respostas aos questionários, os quais a Comissão de Avaliação estimou mais importantes para serem compartilhados e analisados com os três corpos que compõem o Departamento de História: estudantes, funcionários e professores.

Aqui, são apontados os temas mais *recorrentes* expressos pelas diferentes categorias de estudantes, extraídos das respostas aos questionários. O tratamento estatístico de alguns deles podem ser consultados nos dados diretamente tabuláveis sob a forma de gráficos.

Com relação aos estudantes **EVADIDOS**, ressaltamos as seguintes *críticas ao curso*, por sua constância: desistência por falta de **maturidade** pessoal, por falta de **auxílio da instituição** (incluindo a política de permanência estudantil), por **críticas a professores e colegas**, por identificarem problemas na **grade curricular** (com destaque para a falta de optativas e de interdisciplinaridade), em menor grau, por causa da **constância das greves ou falta de reposição de aulas** subsequente a elas.

Fatores externos ao curso também justificaram a desistência: incompatibilidade com o **trabalho profissional**, falta de **tempo**, a **distância** do campus.

Por fim, no entrecruzamento de *fatores externos e internos*, também foram repetitivas as críticas à realidade do **mercado de trabalho** do historiador e do professor de História e à sua baixa remuneração, ensejando a opção por outro encaminhamento profissional (há que se notar, todavia, que em cerca de 15 casos, num universo de 106 estudantes, o curso de História era uma segunda graduação).

As desistências parciais, apenas da *licenciatura* (32 casos explicitamente manifestados), também se verificaram, sendo muitas vezes imputadas à **baixa qualidade do curso** de licenciatura, e à sua **inadaptação à realidade do mundo escolar, críticas que também se estendem ao curso de bacharelado**.

As respostas dos estudantes **EM CURSO** e **EGRESSOS** serão tratadas em conjunto porque, além da recorrência de certos temas, os aspectos mais importantes de tais respostas são comuns a ambas as categorias.

Ambos avaliam como *ASPECTOS POSITIVOS* do curso:

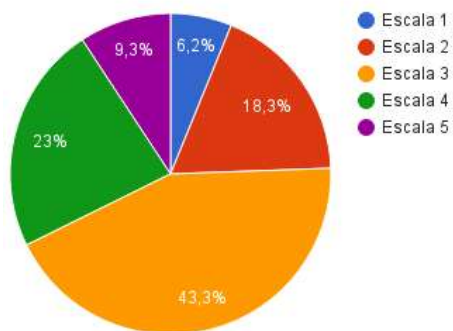
- A **formação humanística e crítica** (incluindo exercícios de leitura, escrita e interpretação).

- A qualidade e a amplitude da **bibliografia** (com algumas menções aos textos *clássicos*) e a alta carga de leitura (elogiada de maneira mais pontual pelos egressos).

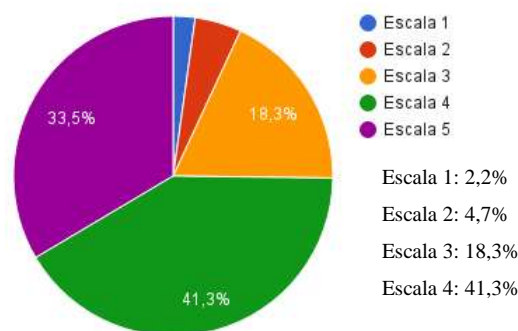
- A **qualidade da maioria do corpo docente**.

Os gráficos a seguir representam duas avaliações dos alunos em curso a respeito da contribuição da graduação para sua atuação como professores e/ou pesquisadores, em uma escala de 1 (avaliação negativa) a 5 (positiva).

PERFIL DO ALUNO EM CURSO - AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PARA PROFESSOR



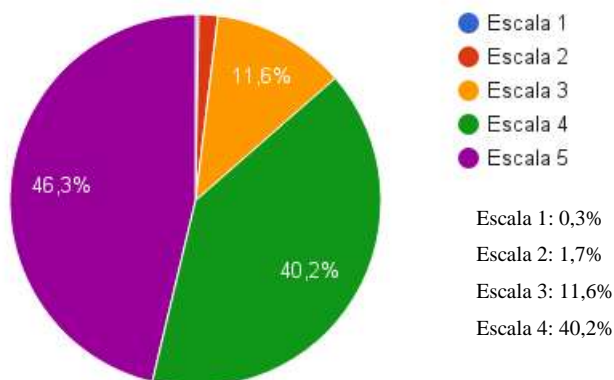
PERFIL DO ALUNO EM CURSO - AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PARA PESQUISADOR



Encontram-se ainda os seguintes pontos positivos, mas com menor ocorrência nas respostas:

- A qualidade das nossas **bibliotecas**; aspecto que também surgirá, deve-se notar, dentre as críticas negativas, conforme o gráfico a seguir.

PERFIL DO ALUNO EM CURSO - AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA BIBLIOTECA



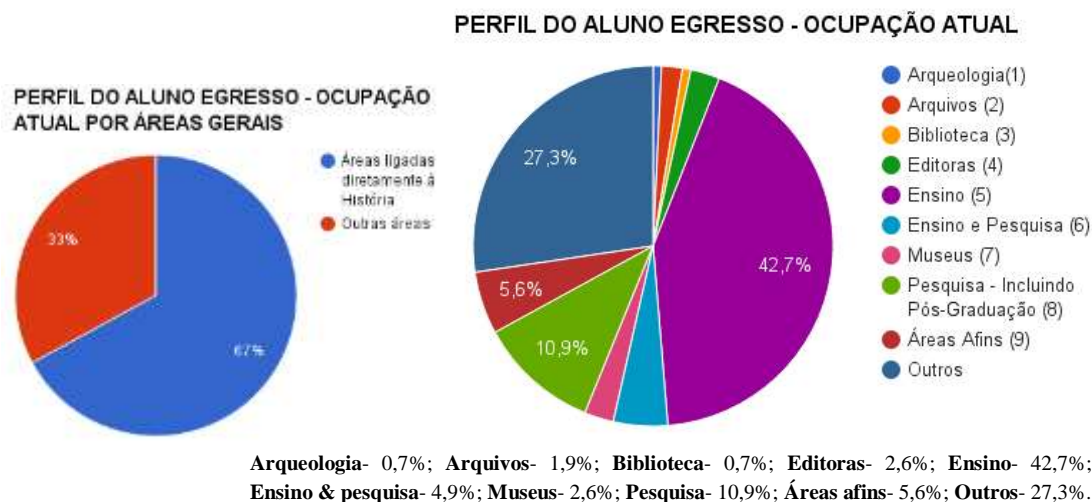
- A **convivência** com colegas e professores, algumas vezes especificando os debates acadêmicos e a participação política dentro da universidade (mas, como no caso das bibliotecas, a politização também é mencionada como elemento negativo).

- A liberdade para frequentar as disciplinas em qualquer um dos **dois períodos** (vespertino e noturno) e a **ausência de pré-requisitos**.

Ambos avaliam como *ASPECTOS NEGATIVOS*:

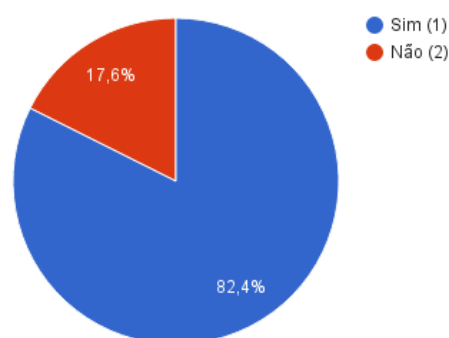
- Em primeiro lugar – e com grande destaque devido à recorrência da crítica –, o fato de o curso ser excessivamente teórico, **desconectado da realidade do mercado**

de trabalho, sem prever estratégias de inserção por meio de estágios e, sobretudo e com grande ênfase, sem uma preocupação com a **formação profissional dos futuros professores**. Esta crítica deve ser considerada à luz da distribuição profissional dos formados, conforme apresentada nos seguintes gráficos. Nota-se que a atuação na área docente contempla cerca de 48%, dentre o conjunto das respostas.



Dentre o conjunto de respostas, destacam-se algumas afirmações relativas à relação entre o Curso de História e o mercado de trabalho, visto pelo alunos em curso: “baixa empregabilidade, remuneração e reconhecimento social”; “não ter formação específica para nenhuma outra coisa em que o historiador também poderia trabalhar”; “o curso não parece ter preocupação (com raras exceções) em preparar os alunos para o mercado de trabalho, seja para aqueles que pretendem seguir a carreira de ensino ou para aqueles que pretendem seguir a carreira acadêmica”.

PERFIL DO ALUNO EM CURSO - PRETENDE FAZER LICENCIATURA?



Tendo em vista o descontentamento com o preparo para o mercado de trabalho, e também o notável interesse em atuar na área de ensino – conforme mostra o gráfico acima – esta comissão interpretou que há uma demanda expressiva por uma formação *técnica*, com vistas à formação de professores. Todavia, entendemos que tal formação técnica não é demandada em detrimento da formação teórica: uma mesma pessoa pode ter elogiado a “formação humanística e crítica” que recebeu e, ao mesmo tempo, ter-se ressentido de falta de aprendizado de técnicas pedagógicas para o ensino de história nos graus fundamental e médio.

- O segundo conjunto de críticas, em termos de recorrência, é dirigida a alguns **professores**. Criticam-se as disciplinas focadas na pesquisa do professor (“o fato de os professores normalmente lecionarem apenas aquilo que é sua especialidade”); os professores sem preocupação didática; a dificuldade de comunicação e acesso aos professores; e, em menor proporção, o esquerdismo e o viés ideológico. Diante dessas críticas, muitos estudantes sugeriram a aplicação de um sistema continuado de avaliação dos professores.

- O terceiro conjunto de críticas diz respeito à **fragmentação da grade curricular**, presentes nas respostas dessas duas categorias de estudantes, mas, ressalte-se, *também na avaliação de vários professores* que se engajaram em tentativas de reforma curricular desde 1978. A percepção dessa fragmentação é vivenciada e externada, por exemplo, das seguintes maneiras: “dificuldade de o corpo docente operar coletivamente”; “ausência de interdisciplinaridade dentro do Departamento”; “descontinuidade entre as disciplinas”; “o currículo que não possui muita organicidade e lógica”; “os professores não deveriam ensinar o que quisessem”.

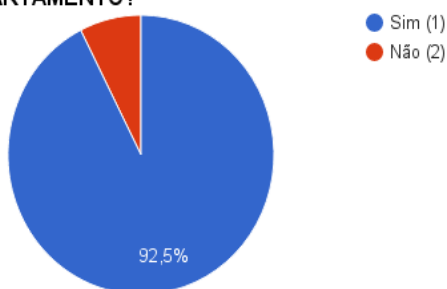
- Ainda sobre a grade curricular, também é relevante, pela recorrência, a crítica ao **conteúdo eurocêntrico** e às lacunas dele decorrentes. Dentre estas, são apontadas, nessa ordem, História da África, História indígena (para “colocar em prática a Lei nº 11.465/08 e a Lei nº 10. 639/03”) e, em menor número, História antiga, especialmente da Grécia. Além disso, são mencionadas também arquivologia, museologia, paleografia, línguas estrangeiras, História do extremo oriente, História árabe, História do Egito, História oral e História de gênero.

- Outra crítica à grade, apontada tanto pelos estudantes como pelos professores em propostas de reformas curriculares, diz respeito à falta de ênfase na **formação metodológica**. Algumas respostas dos estudantes expressam as várias dimensões desse problema: “minimiza-se no currículo a dimensão empírica/metodológica do trabalho do historiador e professor de história”; “falta de ênfase nas metodologias tanto de pesquisa quanto de ensino”; “muita historiografia e pouco método”; “que a metodologia de cada professor seja de fato explicada e incluída no programa do curso”; “falta de disciplinas de análise textual”.

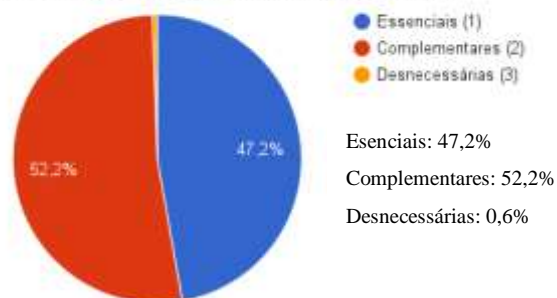
- Derivada ou relacionada à crítica anterior, questiona-se a **ênfase na historiografia**: “é um curso de crítica historiográfica”, no qual, frequentemente acrescenta-se, há “pouco uso de documentos”.

- Ainda com relação à grade, a **falta de disciplinas optativas e as limitações para cursá-las fora do Departamento de História** surgem como uma crítica reiterada, conforme apresentada nos gráficos a seguir. Nas palavras de um estudante em curso, há “pouca opção de optativas [sic], poucos créditos podem ser feitos fora do DH”. Os gráficos a seguir demonstram a procura por cursar as chamadas “optativas livres” – hoje limitadas a 18 créditos – e a importância que lhes atribuem os alunos.

PERFIL DO ALUNO EM CURSO - VOCÊ CURSA OU PRETENDE CURSAR DISCIPLINAS FORA DO DEPARTAMENTO?



PERFIL DO ALUNO EM CURSO - AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS DOS OUTROS DEPARTAMENTOS



- Outro aspecto que *recobre a avaliação de professores* concernidos por tentativas ou projetos de reformas curriculares em anos passados diz respeito à **ausência de turmas**.

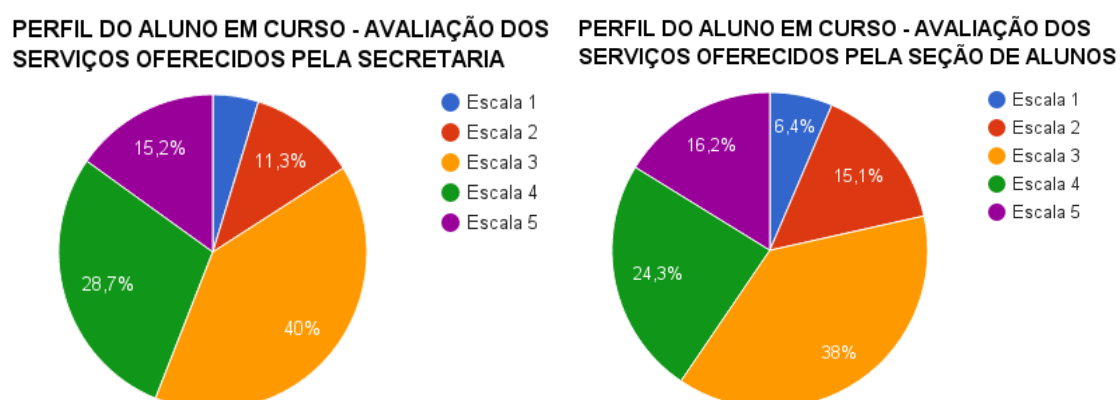
- Também é *tema comum de estudantes egressos, em curso e professores* a proposta de uma **atenção especial aos estudantes ingressantes**; esta se desdobra, eventualmente, nos temas da **recepção dos novos estudantes**, na criação de um **ciclo básico e na tutoria**.

- Em ambas as categorias de estudantes surgiram queixas quanto à democratização do acesso à **iniciação científica** (por falta de clareza do que ela seja ou sobre as formas de realizá-la e, algumas poucas vezes, acusando professores de “clientelismo”).



Nota-se que, de acordo com os gráficos, 20% dos alunos do departamento realizam, ou realizaram, uma Iniciação Científica remunerada.

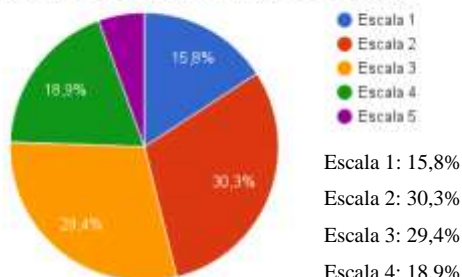
- Quanto à **estrutura de funcionamento administrativo do curso**, critica-se tanto a “desorganização administrativa”, a “burocracia e lentidão da administração da USP”, quanto a “falta de informações claras”. Os gráficos, apresentando a avaliação do apoio administrativo, em uma escala de 1 (avaliação negativa) a 5 (positiva), expressam esta insatisfação:



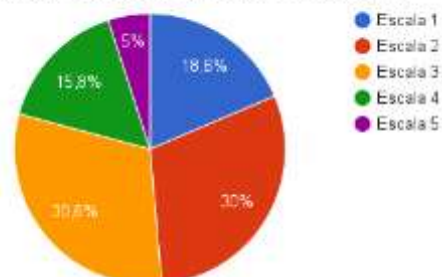
- Critica-se também a **estrutura física** do prédio. São constantes as reclamações quanto ao “barulho, ventilação”, aos “banheiros”, às “infraestruturas das salas, superlotadas e quentes, espaços vandalizados, quebrados, lanchonete cara”, às carteiras. Algumas respostas fazem críticas também à biblioteca. Os seguintes gráficos

sintetizam algumas avaliações dos estudantes a respeito da estrutura física e serviços associados:

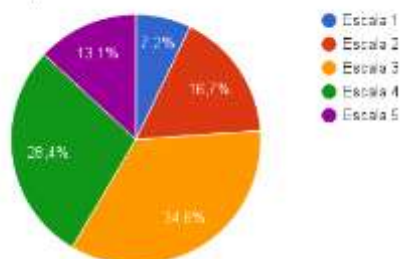
PERFIL DO ALUNO EM CURSO - AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO ESPAÇO FÍSICO DO PRÉDIO



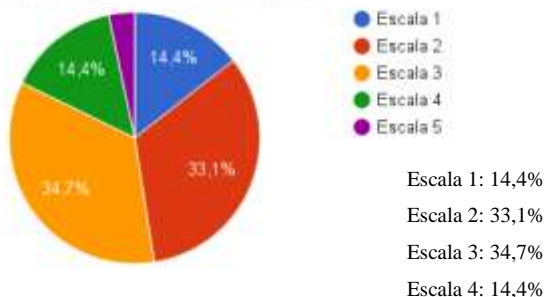
PERFIL DO ALUNO EM CURSO - AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELOS BANHEIROS



PERFIL DO ALUNO EM CURSO - AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO CAPH



PERFIL DO ALUNO EM CURSO - AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELAS SALAS DE AULA

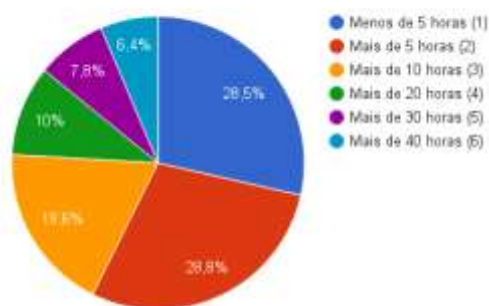


- Quanto ao **convívio acadêmico**, vários egressos e estudantes em curso criticaram as “greves” (mas também as “greves que nunca foram repostas” pelos professores) e as “atividades políticas”.

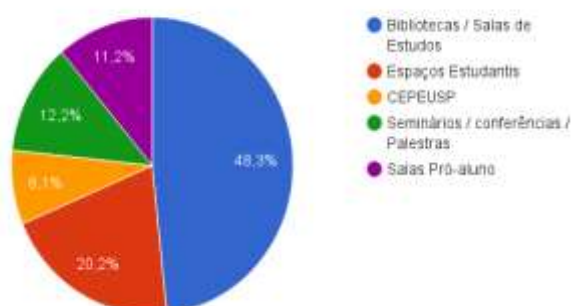
- Por fim, é recorrente e comum a ambas as categorias (estudantes em curso e egressos, mas também dos evadidos, conforme explicitado acima) apontar as dificuldades de quem trabalha e a precariedade das políticas universitárias de **permanência estudantil**: “é complicado trabalhar e se dedicar ao curso no nível esperado pelos professores”; “obrigatoriedade da presença em aula como limitador das possibilidades de administração do tempo. O que interfere diretamente na qualidade e na própria leitura dos textos para estudantes que trabalham e possuem apenas o período noturno para o estudo”.

Os seguintes gráficos representam as respostas dos alunos referentes à sua estadia na Universidade além dos horários de aula, e os espaços frequentados por eles nesses períodos:

PERFIL DO ALUNO EM CURSO - TEMPO EXTRACLASSE



PERFIL DO ALUNO EM CURSO - LOCAIS FREQUENTADOS PELOS ALUNOS NO PERÍODO EXTRACLASSE



Resumidamente, vê-se que todas essas críticas são recorrentes, mas, decididamente, aquela que é mais presente diz respeito à deficiência da **formação profissional dos futuros professores**, seguida das críticas a alguns **professores** e à **grade curricular** (esta desdobrada nos temas da (a) fragmentação, (b) do eurocentrismo vs. lacunas respeitantes a áreas geográficas e civilizações, (c) do balanceamento entre metodologia, historiografia e crítica de fontes, (d) da falta de oferta de disciplinas optativas, contrastada ou complementada com propostas de ciclo básico e/ou tutoria, (e) da falta de estratégias que aprofundem o convívio e a experiência acadêmica).

3. PERFIL DOS PROFESSORES

Ao longo de 2014, a Comissão de Avaliação do Departamento de História da Universidade de São Paulo (DH-USP), elaborou, com a colaboração dos professores, pequenos textos contendo a descrição das suas respectivas especialidades. O levantamento concentrou-se nas pesquisas dos docentes em atividade naquele momento. Posteriormente, a Comissão sugeriu aos aposentados que quisessem colaborar, que enviassem os seus descritivos, mas houve poucas adesões. Assim, o resumo ora apresentado baseia-se mais na produção dos docentes que estavam na ativa em 2014.

O objetivo do quadro descritivo que se segue a esta introdução é destacar as potencialidades a serem exploradas numa eventual reforma curricular, quando não somente publicizar e socializar estas informações, com vistas aos diversos tipos de interação possíveis que podem suscitar. Os termos utilizados respeitam as formas adotadas pelos próprios autores nos textos enviados por eles, ou presentes em seus currículos. De fato, o corpo de professores do Departamento de História tem, em seu conjunto, uma produção marcada por grande **diversidade** e ampla **abrangência** no que se refere às linhas de investigação, bem como às **interfaces** com outras áreas do conhecimento e com diferentes linguagens artísticas. Tais características – diversidade, abrangência e inter-relações – não impedem, contudo, que possam ser identificadas amplas **afinidades**. Por exemplo, na área de história cultural, no entrecruzamento entre cultura e política, na abordagem historiográfica dos respectivos objetos de investigação etc. Para além dessas convergências, que potencializam interações entre os docentes e suas disciplinas para além das usuais proximidades temporais e espaciais, vale destacar a pluralidade das temáticas centrais das pesquisas. Destacamos este ponto, pois, a esta Comissão, pareceu que o chamado “gigantismo” do nosso Departamento, detraído em certas situações (por exemplo, nas avaliações da CAPES), é antes uma riqueza que pode ser ainda melhor explorada, para além do que já constitui a qualidade certificada de nosso curso.

Descritivo temático da produção dos docentes do Departamento de História - USP

1. Adone Agnolin

Atua na área de História Moderna, com enfoque na Antropologia Histórica. Seus trabalhos enfatizam a História das Religiões, especialmente no contexto da Reforma e da Contra Reforma, e abordam temas relacionados à Catequese e Missionação. As pesquisas abarcam processos no escopo espacial da Europa, América e Ásia. Dedicar-se ao estudo do tema das identidades e alteridades envolvendo os indígenas na América Portuguesa. Outras temáticas pesquisadas são: relações entre indígenas e jesuítas na América Portuguesa; cultura afro-brasileira; catequese jesuítica em língua indígena; missionação jesuítica na Ásia; produção de catecismos jesuíticos e o projeto evangelizador em Goa; Budismo como mediação missionária no contexto asiático dos séculos XVI e XVII; cultura barroca e arte sacra colonial; antropofagia; literatura de viagem; historiografia das religiões, com enfoque na produção italiana no século XX.

2. Ana Maria de Almeida Camargo (aposentada)

Obs.: não foi possível acessar o currículo Lattes da professora; as informações abaixo foram obtidas junto ao site do DH-FFLCH-USP.

É professora de Metodologia da História e possui trabalhos sobre arquivística, documentação, periódicos, historiografia.

3. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi

É professora de História Medieval. Desenvolveu pesquisa a respeito dos conflitos e relações de poder no interior da Ordem Franciscana entre os séculos XIII e XIV. Ocupa-se do tema das relações entre o império e o papado na obra política de Guilherme de Ockham (século XIV). Desenvolve projeto sobre a tradução e análise de documentos ligados à História da Educação, focando especialmente a universidade medieval e a escola pública no contexto da Revolução Francesa. Outros temas relacionados a suas pesquisas na área de História Medieval são: pensamento franciscano; historiografia alemã do século XIX; heresias, pobreza e religiosidade popular.

4. Ana Paula Torres Megiani

É professora de História Ibérica. As áreas de especialização concentram-se em História da Cultura na Baixa Idade Média e Época Moderna, atuando principalmente nos seguintes temas: história de Portugal e Espanha, memória política, monarquia filipina e união ibérica. Publicou textos sobre messianismo régio em Portugal; festa e cultura política no período dos Filipes; produção escrita e impressos no período da união das coroas ibéricas; cultura letrada no mundo ibérico no período moderno; alimentação e cerimonial de etiqueta no contexto filipino.

5. Ângelo de Oliveira Segrillo

É professor de História Contemporânea, com ênfase em Ásia. É especialista em História da Rússia e ex-URSS eurasiática. Seus trabalhos se inscrevem na interface entre História, Ciência Política e Relações Internacionais. Pesquisa as causas do declínio da União Soviética, analisando como vários aspectos (dos econômicos aos atrelados às

nacionalidades/identidades), influenciaram no processo que deu início à Perestroika. Trabalha com outras temáticas, como as relações entre Rússia e Brasil e entre Índia e Brasil nas últimas décadas; historiografia da Revolução Russa; os comunistas e a democracia na Rússia no pós-URSS; as políticas interna e externa na Rússia contemporânea.

6. Antônia Terra de Calazans Fernandes

É professora de Ensino de História. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, formação de professores, livros didáticos, educação de jovens e adultos, memória e currículo de história. Pesquisou sobre artesãos em São Paulo; emancipação dos escravos no Brasil; Ensino de História por meio das Histórias em Quadrinhos, Memória da USP por meio de acervo fotográfico; Ensino de História e a questão indígena; livros didáticos para escolas indígenas; materiais didáticos de Estudos Sociais ao longo do século XX; estudo de meio; Ensino de História e visitas a museus.

7. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron

É professor de História da América Colonial e realiza pesquisas sobre a escravidão indígena e africana, sobre a legislação indigenista na América de colonização portuguesa e espanhola e sobre o pensamento jurídico moderno (com ênfase nas obras produzidas pelos teólogos da Companhia de Jesus e por juristas espanhóis e portugueses). Pesquisou outros temas como: narrativas de colonização do Brasil; a tentativa de colonização da bacia amazônica pelo Grão-Duque de Florença, Ferdinando I, no início do século XVII; missões católicas na América Portuguesa, Antilhas e Guiana; cotidiano e alimentação na História do Brasil. Anteriormente em sua trajetória pesquisou sobre engajada no Brasil na década de 1960.

8. Carlos Augusto Ribeiro Machado (demissionário)

É professor de História Antiga. Suas pesquisas lidam com as relações entre História Social e Política, Arqueologia e Epigrafia, no estudo da História Romana, com ênfase na Antiguidade Tardia. Trabalha, especificamente, com as transformações na definição do sagrado entre o reinado de Aureliano e o episcopado de Gregório I. Realizou investigações sobre a prática de dedicação a estátuas honoríficas como forma de entender a vida cívica e condições materiais em cidades da Itália e África na Antiguidade Tardia. Também estudou o declínio e abandono da produção de estátuas no mesmo período.

9. Carlos de Almeida Prado Bacellar

É professor de História do Brasil Colonial. Desenvolve projetos na área de Demografia Histórica e História Social da População, com enfoque nos seguintes temas: história da família, demografia da escravidão, compadrio e elites agrárias. Estudou família e sociedade em Sorocaba entre os séculos XVIII e XIX; investigou o tema das sucessões entre senhores de engenho no Oeste paulista no mesmo período; integrou projeto sobre demografia nos extremos dos domínios portugueses da América (em especial do Norte e Nordeste); colaborou em projeto sobre imigração de origem latina a São Paulo (1850-1950); fez levantamento de listas nominativas de

habitantes da capitania e província de São Paulo (1836); desenvolveu projeto sobre povoamento de São Simão e Ribeirão Preto entre os séculos XVIII e XX e sobre a formação fundiária da Freguesia de Batatais. Atualmente desenvolve pesquisa sobre regimes demográficos na Vila de Itu (séculos XVII ao XIX) e sobre escravidão no Vale do Paraíba paulista.

10. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira

É professor de História Medieval, com pesquisas principalmente nos seguintes temas: Igreja, cristianismo e feitiçaria em Portugal e Espanha. Atualmente investiga o reinado de Pedro I de Portugal e a crise do século XIV. Outros temas atinentes ao período medieval foram abordados, tais como: milenarismo; imagens da feitiçaria na literatura, imagens do diabo no imaginário, ordens mendicantes, a diabolização da mulher; as relações entre poder temporal e espiritual. O tema principal (bruxaria/satanismo), também é abordado no contexto do mundo contemporâneo e na historiografia.

11. Daniel Strum

Professor de História do Brasil colonial. Pesquisa os instrumentos, estratégias e mecanismos oficiais e informais que promoviam a integração e expansão dos mercados no comércio transatlântico no período colonial e os condicionamentos tecnológicos, políticos, sociais, legais e religiosos a que estava sujeito. O comércio de açúcar (Brasil, Portugal e Países Baixos), nos séculos XVI e XVII, constitui-se como um dos temas principais das pesquisas. Analisa a participação dos judeus e cristãos-novos no comércio de açúcar. Estudou as reflexões políticas de dois autores do século XVIII: Manuel Severim de Faria, cônego da Sé de Évora, e Isaac de Pinto, filósofo holandês de origem judaica portuguesa, que foi tesoureiro da comunidade judaica de Amsterdã.

12. Dario Horácio Gutierrez Gallardo

É professor de História da América Colonial, estudando em particular os seguintes temas: identidades americanas, escravidão, história agrária e história demográfica. Pesquisou a questão da estrutura fundiária, a pecuária e a escravidão na colônia e no Império (em especial no Paraná); o casamento de escravos no Paraná no século XIX; pluralidade étnica e identidade nacional no Chile (especialmente a representação dos mestiços); o trabalho infantil nas Minas Gerais no século XIX; mulheres viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX; o tráfico de crianças escravas no Brasil no século XVIII; historiografia da escravidão.

13. Eduardo Natalino dos Santos

Leciona principalmente as disciplinas História da América Pré-hispânica e História da América Colonial e se dedica a pesquisas sobre as concepções de história, tempo e cosmogonia dos povos mesoamericanos e andinos de períodos pré-hispânicos e coloniais. Alguns temas de seus principais trabalhos são: comparações entre narrativas espanholas e nativas; calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas, maias e mixtecos; as cidades pré-hispânicas da América Central e México. Realizou análises sobre procedimentos metodológicos nos estudos a partir das fontes nativas na Mesoamérica nos Andes e de fontes coloniais de matriz europeia e examinou os usos historiográficos dos códices mixteco-nahuas

14. Elias Thomé Saliba

Professor de Teoria da História, especializou-se em História da Cultura, com ênfase no Brasil do período republicano. Desenvolve projetos na área de história cultural do humor brasileiro. Publicou textos da área de Teoria e Epistemologia da História, Metodologia e História da historiografia. Seus estudos recentes giram em torno da história do humor no Brasil, envolvendo as diversas linguagens da representação cultural. Dedicou-se a outros temas de pesquisa, como: ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as ideias de Cincinato Braga, 1890-1932; crônicas e escritos efêmeros na constituição de uma memória paulista, 1910-1945; produção cultural sobre a Revolução de 1932; utopias românticas; análises sobre historiografia cultural e sobre tendências da historiografia recente; relações entre cinema e história, literatura e história, imagem, semiótica e história, música e história.

15. Elizabeth Cancelli

É professora de História do Brasil Independente, atuando principalmente nas seguintes abordagens: História das Ideias e da Cultura, História Política, Estado e violência, redes intelectuais. Dentre os temas trabalhados estão: violência policial, controle prisional e repressão na Era Vargas; o diário do editor norte-americano Alfredo Knopf ao Brasil (1969); reflexões sobre o testemunho na História, abordando a crítica à violência totalitária no século XX; a questão da democracia racial nos anos 1950/60 e a sua relação com a questão dos direitos civis; interpretações historiográficas dos anos 1960/70 e a ruptura com os mitos e da identidade nacional; Oliveira Vianna e símbolos de brasilidade. A pesquisa atual analisa o envolvimento norte-americano na criação e sustentação do Congresso pela Liberdade da Cultura e estuda as intervenções do Departamento de Estado norte-americano, para criar um suporte cultural e redes de intelectuais que envolveram o Brasil.

16. Everaldo Andrade

É professor na área de História Contemporânea. Estudou os temas da democracia e revolução na experiência da Assembleia Popular na Bolívia, em 1971. Também se dedicou a estudar o *Partido Obrero Revolucionário* e a Revolução Boliviana de 1852. Outros temas de pesquisa são: análise da obra intelectual, do pensamento político e econômico de Mário Pedrosa; estudos sobre o movimento operário em São Paulo; investigação sobre movimentos operários, indígenas e nacionalistas no Peru, Bolívia e Equador no período independente; História da cidade de Guarulhos e região; Evo Morales e as comunidades indígenas; a luta de classes e a Revolução Mexicana; Trotsky e a Revolução Mexicana; o Massacre de Tlatelolco no México, em 1968; o muralismo do boliviano Miguel Alandia Pantoja; a Guerra do Chaco; neoliberalismo e privatizações; revoluções na América Latina no século XX; memória e história de Itaquaquecetuba; camponeses e reforma agrária na Bolívia.

17. Flávio de Campos

Professor de História Medieval. Transcreveu e comentou o manuscrito autógrafa intitulado *Tardes de Verão e Conversação Honesta de Vária História*, do frei Jerônimo Baía, que reúne diversos gêneros, como prosa didática dialogal, história, poemas, epístolas e que constituem-se como modelares das práticas de convívio e

comportamento dos membros da Sociedade de Corte. Realizou trabalho sobre a escravidão africana nos sermões de Antônio Vieira e escreveu artigo sobre o Tratado de Tordesilhas. Atualmente tem desenvolvido trabalhos sobre o tema do futebol: a confecção de dicionário bilíngue (português, inglês) de fraseologias do futebol; o estudo da diversidade da sociedade brasileira por meio da análise da composição dos torcedores; a construção das memórias de boleiros; a investigação sobre a importância dos portos fluviais na disseminação dos clubes ao longo do Tietê; a recuperação da história de vida de atletas e equipe técnica que viveram no exterior.

18. Francisco Assis de Queiroz

É professor de História da Ciência e pesquisa na área de tecnologia e política científica no Brasil. Estudou personagens que se destacaram no campo da tecnocrônica. Está em andamento um projeto que visa estudar os 50 anos da FAPESP baseando-se em pesquisas documentais, orais e imagéticas sob a perspectiva da política de Ciência e Tecnologia. Desenvolve investigação sobre as implicações da microeletrônica e da biotecnologia na configuração da sociedade e política contemporâneas. Outros temas pesquisados foram: industrialização e modernização no Brasil (décadas de 1930 a 60); turbulência política e criatividade nos anos 1960; desenvolvimentismo (décadas de 1960 a 80); ciência e religião; ciência e utopia.

19. Francisco Cabral Alambert Junior

É professor de História do Brasil Independente e tem experiência na área de História Social da Arte e da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: história da cultura, história da arte, intelectuais, modernismo e crítica de arte. Estudou as representações culturais e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República. Também investigou sobre a obra do modernista Sergio Milliet. Alguns de seus textos tratam de temas como: a Semana de Arte Moderna em São Paulo; Pablo Picasso e *Guernica*; corpo e arte na estética da guerra; Walter Benjamin no Brasil; Mário de Andrade e *Macunaíma*; Dom Pedro I; Bienais de São Paulo; política e arte em Mário Pedrosa; tradição e modernidade do tropicalismo à indústria cultural; artes plásticas na América Latina; as cidades no romantismo; as cidades e as ideias no Brasil; literatura e política em Visconde de Taunay; literatura e história.

20. Francisco Carlos Palomanes Martinho

É professor de História Ibérica. Suas pesquisas se concentram nas análises comparativas dos corporativismos português e brasileiro, nos regimes autoritários e antiliberais, nos estudos a respeito dos intelectuais e do sindicalismo. Estudou temas como: historiografia e memória do Estado Novo português; sindicalismo corporativista português; o sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro na redemocratização; Vargas e o legado da democracia; o modernismo ibérico de António Ferro; a grande depressão: política e economia na década de 1930; organização sindical em Portugal e no Brasil; Lula e a esquerda no Brasil; populismo; Revolução dos Cravos; imigração portuguesa e inserção no mundo do trabalho; operários e mulheres na luta contra o capitalismo; historiografia do fascismo; historiografias brasileira e portuguesa sobre a transição democrática para a democracia.

21. Gabriela Pellegrino Soares

É professora da área de História da América Latina Independente, sendo sua produção principalmente focada em estudos sobre Peru, México, Argentina e Brasil nos séculos XIX e XX. As relações entre política e cultura constituem a abordagem principal dos trabalhos, que giram em torno de temas como: confecção e circulação de impressos; produção escrita para a formação de leitores, especialmente crianças (Brasil e Argentina) e indígenas (*pueblos* do Centro-Sul mexicano); reformas políticas e modernização (Peru em meados do século XX); mediadores e gestores culturais como agentes propiciadores da circulação de saberes; trocas culturais entre Argentina, Brasil e França no século XX. Publicou ainda trabalhos sobre exilados da Guerra Civil Espanhola na Argentina e no México; bibliotecas e mercado editorial na Argentina; democracia na América Latina.

22. Gildo Magalhães dos Santos Filho

É professor de História da Ciência e seus trabalhos concentram-se em História das Ciências e da Tecnologia, atuando principalmente nos seguintes temas: história da eletricidade, história da ciência e da tecnologia no Brasil, epistemologia, divulgação científica e política científico-tecnológica. Tem desenvolvido pesquisas sobre o conceito de progresso; desenvolvimentismo e informática; a profissão do biólogo no Brasil; ciência e literatura; ciência e religião; ciência e técnica; ciência e ideologia. Realiza trabalho a partir de diferentes abordagens, como História Oral, além de reflexões sobre a construção da memória em processos relacionados à história da ciência.

23. Henrique Soares Carneiro

É professor de História Moderna e desenvolve pesquisas em História da Alimentação, das Bebidas e das Drogas. Relacionado ao estudo das drogas, produziu trabalhos sobre sua presença no ensino de História, suas relações com a política, as alterações do conceito ao longo do tempo, desde o período moderno até hoje. Produziu também textos de análise historiográfica. Estudou os herbários modernos e textos de Medicina, Economia e Filosofia para investigar a embriaguez. Tem estudos sobre o tema do desejo feminino na literatura, bem como sobre amor, sexo e moral médico-clerical na época moderna. Publicou ainda trabalho sobre a Guerra dos Trinta Anos.

24. Íris Kantor

É professora de História Ibérica e leciona também Historiografia do período colonial e História da cartografia. Nestas áreas, pesquisou e publicou trabalhos sobre os seguintes temas: Historiografia Lusoamericana (século XVIII); festas no Brasil colonial; cartografia; estruturas, dinâmicas, territorialidade, imaginário político e redes de sociabilidade no Império Português; a fundação do Estado e da nação brasileiros; ciência, arte e poder nas expedições científicas no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Possui pesquisas sobre Indianismo e indigenismo no século XVIII, a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda; a etiqueta em Minas colonial; o tráfico negreiro em livros didáticos e impressos flamengos nos impérios ibéricos.

25. João Paulo Garrido Pimenta

É professor de História do Brasil Colonial. Atua principalmente nos seguintes temas: América portuguesa, séculos XVIII e XIX; Independência do Brasil e da América espanhola; Império do Brasil; questão nacional e identidades políticas; história do tempo histórico. Nas pesquisas que atrelam a Independência do Brasil à América espanhola, enfocou as relações com o Rio da Prata, particularmente a Banda Oriental. Privilegiou também as temáticas do Estado e nação na crise dos impérios ibéricos na região. Aborda as independências a partir da historiografia, da guerra e do direito; da imprensa, dos significados dos conceitos e do vocabulário político da época. Vem desenvolvendo estudos das concepções não-acadêmicas sobre a Independência do Brasil; o fim do Antigo Regime no mundo Iberoamericano; a inserção do Brasil no mundo ocidental, com atenção sobre os tempos e espaços das independências.

26. Jorge Luís da Silva Grespan

É professor de Teoria da História e estuda principalmente os seguintes temas: Dialética, Crise, Crítica, Desmedida, Necessidade Relativa e Temporalidade. Dentre outros, publicou trabalhos sobre a Revolução Francesa e o Iluminismo; o estruturalismo da CEPAL na obra de Raul Prebisch; marxismo de Néelson Werneck Sodré; Hegel e o historicismo; a Teoria da História em Caio Prado Jr.; as representações da modernidade em Benjamin; o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política; Hannah Arendt e a "banalidade do mal". Também publicou texto sobre metodologia em História.

27. José Antônio Vasconcelos

É professor de Metodologia da História e trabalha na interface com a Educação, Literatura, Filosofia e Historiografia. Estudou a historiografia norte-americana analisando a *American Historical Review* e discutindo os temas da História Intelectual e Pós-Modernismo. Também se dedicou ao estudo sobre anarquismo e utopia em Giovanni Rossi. Em trabalhos recentes tem abordado as relações entre ética, História e discurso memorialista na contemporaneidade; a memória e a imaginação utópica na obra de autores do século XIX; as relações entre memória, história e ficção e a questão da narrativa na História. Tem publicações sobre Metodologia do Ensino de História, Didática em História e sobre Filosofia da Educação, bem como sobre os conceitos de pós-estruturalismo, pós-modernismo e desconstrução.

28. José Geraldo Vinci de Moraes

É professor de Metodologia da História e trabalha os temas: música popular, futebol, cultura brasileira. Estudou História e música popular em São Paulo em diferentes contextos: entre o fim do século XIX e início do século XX e, posteriormente, nos anos 1930. A estes estudos estão relacionados diferentes temas como a modernização urbano-industrial; cidade e cultura urbana; a indústria cultural; a análise de ritmos, como modinha e samba. Atualmente tem trabalhado com as escrituras da memória e da história da música popular no Brasil, abordando a música em perspectiva historiográfica ao longo do século XX. No tocante aos trabalhos sobre futebol, o projeto analisa a sociedade brasileira através dos torcedores das arquibancadas, enfocando a diversidade e desigualdade sociais ao analisar as formas

de torcedor público de futebol das Séries B e C, em geral preteridos pela cobertura jornalística nacional.

29. Júlio Cesar Magalhães de Oliveira

É professor de História Antiga e atua principalmente nas seguintes áreas e recortes: História Romana, Antiguidade Tardia, África romana. Privilegia a abordagem do trabalho e dos movimentos sociais urbanos, analisando a participação popular e ação coletiva. Possui reflexões metodológicas sobre textos e artefatos nos trabalhos de Arqueologia Clássica. Publicou artigos sobre diferentes temas relacionados à História Romana, como, por exemplo, fortes, habitações e sociabilidades. Atualmente investiga as relações entre boato e poder na Roma antiga, realizando estudos comparados sobre a comunicação informal no último século da República e na Antiguidade Tardia, para entender a lógica dos comportamentos populares e a política do cotidiano.

30. Júlio Cesar Pimentel Pinto Filho

É professor de História da América Independente e dedica-se a estudar as relações entre História e Literatura. Analisou, sob este prisma, a obra do argentino Jorge Luis Borges, detendo-se no tema da memória. Também estudou produções da ficção policial em diferentes autores, como Borges, Adolfo Bioy Casares; Andrea Camilleri; Leonardo Sciascia; W. G. Sebald. Anteriormente, em sua trajetória, investigou a participação política dos militares argentinos, durante os anos 1970. Nos estudos que envolvem a história e a literatura as cidades constituem um tema importante. Em suas publicações aborda diversos aspectos da história latino-americana, tais como: o caudilhismo no Rio da Prata, a atuação de José G. Artigas; a produção de Octavio Paz e as representações da América Latina; vanguardas latino-americanas.

31. Karen Macknow Lisboa

É professora de História do Brasil Independente (Império e Primeira República) trabalha principalmente com literatura de viagem, transferências culturais e de saberes (sobretudo entre Alemanha e Brasil), relação entre historiografia e literatura de viagem, discurso racial, lugares da memória e narrativas de imigrantes. Estudou os olhares sobre a sociedade e cultura brasileiras pelos viajantes de língua alemã entre fins do século XIX e durante a primeira metade do XX; analisou os temas da natureza e civilização nos relatos dos naturalistas Spix e Martius, no início do século XIX, abordando também as noções de eurocentrismo e romantismo. Investiga ainda sobre a memória de imigrantes alemães em perspectiva transnacional. Outros temas abordados na literatura de viagem são: insalubridade, doenças, imperialismo, indianismo, questão racial, iconografia.

32. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez

É professora de História da África. Pesquisa História da África nos séculos XIX e XX, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: colonialismos, resistências e diálogos, movimentos de independência e nacionalismos. Publicou trabalhos sobre a formação do estado-nação em Cabo Verde e estuda também outros países, como Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Escreveu textos que refletem sobre a África na sala de aula. Analisa criticamente o conceito de resistência, trabalha com circulação de

ideias e examina a produção historiográfica recente sobre História da África. Antes de voltar-se para esta área, desenvolveu pesquisa sobre movimentos político-ideológicos no Brasil nos anos 1930, estudando a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora.

33. Lincoln Ferreira Secco

É professor de História Contemporânea e realizou estudos sobre os seguintes temas: imperialismo no sul da Europa entre 1870 e 1900; crise do Império Colonial Português (1961-1975); Revolução dos Cravos; Revolução Chinesa; Partido dos Trabalhadores no Brasil; as ideias de Gramsci no Brasil; Gramsci em perspectiva historiográfica; o marxismo e o sentido da Revolução em Caio Prado Jr.; o pensamento econômico de Mao Tse-Tung; a difusão da literatura marxista na América Latina.

34. Luiz Bernardo Murtinho Pericás

Luiz Bernardo Pericás é professor de História Contemporânea. Dedicou-se ao estudo dos movimentos sociais e políticos, abordando diferentes personagens da esquerda latino-americana, como Che Guevara, Caio Prado Júnior e José Carlos Mariátegui. Também estudou o cangaço, no Brasil, e a figura de Lampião. Outros temas presentes em seus textos são: o Movimento de Trabalhadores Sem Terra no Brasil; a Revolução na Bolívia; o movimento operário nos Estados Unidos; socialismo no Terceiro Mundo; Revolução Cubana.

35. Marcelo Aparecido Rede

É professor de História Antiga e especialista em História da antiga Mesopotâmia. Seus trabalhos de pesquisa tratam da apropriação do espaço em Larsa durante o Período Babilônico Antigo. Vários temas são investigados neste período. Dentre outros, a trajetória da família Sanum; vendas e aquisições imobiliárias; família, parentesco, patrimônio; mulheres, herança e dote; relações internacionais, diplomacia e direito; práticas funerárias e cultos aos ancestrais. Publicou trabalhos sobre documentos e a escrita cuneiforme, iconografia, cultura material e historiografia econômica da antiga Mesopotâmia.

36. Marcelo Cândido da Silva

É professor de História Medieval e especialista em Europa franca durante a Alta Idade Média. Tem pesquisado vários temas relacionados a estes recortes, tais como a ideia de Estado; o problema da legitimidade; o roubo; sujeitos e bens nas construções normativas; o espaço público e o sujeito político. Tem se dedicado, atualmente, ao estudo do combate à fome, além de participar de projeto que investiga a competição, mediação e mobilidade social na Alta Idade Média.

37. Márcia Regina Barros da Silva

É professora de História da Ciência. Tem estudado, principalmente, a produção do conhecimento médico, as revistas de medicina, o ensino médico e suas instituições, marcadamente a Faculdade de Medicina de São Paulo, a EPM/Unifesp e a Santa Casa de Misericórdia. Quanto ao trabalho focado no tema da ciência médica, produziu textos sobre: a relação entre texto científico e discurso político, e entre a medicina e a urbanização; a análise do cinema científico de Benedito Junqueira Duarte, cuja

produção foi realizada com diferentes nomes da medicina paulista; da política sanitária; das concepções de saúde e de doença. A maior parte dos estudos é sobre em São Paulo, entre finais do século XIX e início do XX, mas tem trabalhos que abarcam o território nacional e também a América Latina. Mais recentemente, tem estudado o acervo do Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

38. Márcia Regina Berbel (aposentada)

É professora de História Ibérica e estudou, principalmente, liberalismo e nação no contexto da independência, sobretudo a partir da participação dos Deputados do Brasil nas Cortes Constituintes de 1821-1822. Publicou trabalhos associados a este contexto, com análises sobre: a Constituição de Cádiz e as relações com o mundo luso-americano e hispano-americano; a escravidão e cidadania nas cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte, entre 1821-24; o projeto paulista na desintegração do Império Português; as noções de pátria em Pernambuco entre 1817 e 22. Em etapa anterior em sua trajetória, realizou pesquisa sobre o Partido dos Trabalhadores, analisando a tradição e a ruptura na esquerda brasileira entre 1978 e 1980; estudou o sindicalismo brasileiro e publicou trabalho sobre revoluções no século XX.

39. Marcos Antonio da Silva

É professor de Metodologia da História. Atua principalmente nos seguintes temas: caricaturas; ditadura civil-militar; imprensa brasileira. Analisa diferentes linguagens (Artes visuais, Música, Cinema, Literatura) e suas historicidades, em diálogo com múltiplos contextos sociais, principalmente do período republicano. Outra frente de trabalho é o Ensino de História, por meio da qual reflete: sobre a produção e a divulgação do conhecimento histórico; as relações entre conhecimento histórico erudito e memória social; as tradições do Ensino de História (cultura escolar, livro didático, legislação, formação de professores). Estudou a obra de autores como Câmara Cascudo e Nelson Werneck Sodré e, na análise de caricaturas, charges e quadrinhos enfocou a produção de Henfil sobre a ditadura, bem como personagens como “O Amigo da Onça” e “Zé do Povo”.

40. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio

É professor de História do Brasil Independente e especialista no período republicano, com ênfase no regime militar e na área de história da cultura, especialmente nas relações entre música popular e política. Possui experiência na área de história e cinema e no uso do audiovisual no ensino. Desenvolveu pesquisas abordando diferentes temas, tais como: protestos de rua na Grande São Paulo, nas décadas de 1970 e 80; engajamento político na Música Popular Brasileira entre 1959 e 69 e a oposição, por meio dela, ao regime militar entre 1969 e 81; música brasileira no cinema nos anos 1950, vinculando o ambiente musical à cultura brasileira projetada pela esquerda influenciada pelo Partido Comunista; correntes de resistência cultural ao regime militar, como comunistas, católicos, liberais e movimentos contraculturais. Atualmente, desenvolve pesquisa sobre a participação da grande imprensa, entre 1974 e 1994, na construção da memória de uma “resistência civil” à ditadura.

41. Maria Cristina Correia Leandro Pereira

É professora de História Medieval. Tem pesquisas na área de História Medieval, com ênfase em História da arte medieval e História da arte sacra, atuando principalmente nos seguintes temas: imagens, arte medieval, arte barroca, arte sacra. Realizou pesquisas sobre temas como: as contribuições do monacato beneditino à cristianização do mundo rural na Itália ostrogótica; as esculturas do claustro da Abadia de Moissac, na França; as imagens da Bíblia de Saint-Bénigne de Dijon; a violência e o consenso na construção do cristianismo na América do Sul (séculos XVI-XIX). Atualmente desenvolve trabalho sobre os diferentes modos de funcionamento das imagens em uma série de Tábuas de Cânones em manuscritos iluminados do Ocidente medieval (séculos IX-XIII)

42. Maria Cristina Cortez Wissenbach

É professora de História da África e trabalha com temas relacionados à história da África pré-colonial. Atua também nas áreas de especialização: escravidão e tráfico, história social de São Paulo, história da medicina e sua relação com o comércio de escravos. Estudou sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940) e as formas de vida de escravos e forros em São Paulo entre 1850 e 1888. Realizou levantamento da documentação cartorial do século XIX, da região do Fundo do Vale do Paraíba e pesquisou temas da sociedade cafeeira do século XIX relacionados à escravidão, como estruturas fundiárias, trabalho escravo, técnicas agrícolas, criminalidade. Atualmente estuda relatos de viagem e de negócios nas intersecções das rotas comerciais sertanejas e atlânticas na África Central, séculos XVII ao XIX. Também tem participado de projeto sobre conexões históricas, circulações e desafios epistemológicos entre Brasil e Moçambique, nos séculos XVIII a XX.

43. Maria Helena Pereira Toledo Machado

É professora de História do Brasil Independente e especialista em história social da escravidão, abolição e pós-emancipação. Estudou temas como criminalidade e resistência escrava, movimentos abolicionistas, viagens científicas e debates sobre raça. Publicou, dentre outros, trabalhos sobre a visão do Brasil por William James, 1865-1866; o Quilombo do Jabaquara e o problema da cidadania no Brasil do final do século XIX; viagens e ciência no Brasil: Charles Darwin, Louis Agassiz e William James. Estudou diários íntimos, como o de José Vieira Couto de Magalhães e abordou a questão de gênero por meio de estudos de escravas e de amas-de-leite. Tem trabalhado com a coleção fotográfica da expedição coordenada por Louis Agassiz entre 1865 e 1866, que registrou amplamente a população não-branca no Brasil. Também estuda a circulação de ideias sobre escravidão, abolição e raça no Brasil do Império e nos Estados Unidos da Guerra Civil.

44. Maria Helena Rolim Capelato (aposentada)

É professora de História da América Independente. Estudou o liberalismo e a imprensa paulista na primeira metade do século XX, enfocando particularmente *O Estado de São Paulo*. Investigou a propaganda política nos governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. Estudou os governos de Vargas, Perón e Cárdenas, refletindo sobre o uso do conceito de *populismo* para interpretá-los. Realizou pesquisas sobre as vanguardas artísticas latino-americanas; a Geração de 1898 na Espanha e as relações

dos intelectuais espanhóis e latino-americanos neste contexto; o nacionalismo nas obras de intelectuais latino-americanos da primeira metade do século XX. Tem desenvolvido trabalhos sobre a memória das ditaduras civis-militares na América Latina, no contexto da redemocratização. Possui reflexões teórico-metodológicas sobre o uso da imprensa como fonte para o historiador.

45. Maria Inez Machado Borges Pinto (aposentada)

É professora de História do Brasil Independente, atuando principalmente nos seguintes temas: história sociocultural, literatura, cinema, cultura de massa, urbanização, imigração, identidades modernas. Estudou urbanização, cinema e literatura em São Paulo, entre 1920 e 1930 e pesquisou a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo entre 1890 e 1910. Investigou ainda a radiofonia e a difusão cultural em São Paulo entre 1920 e 1950.

46. Maria Lêda Oliveira Alves da Silva

É professora de História Moderna e desenvolve trabalho de pesquisa sobre o Brasil na cartografia portuguesa (1500-1650) e na área de Historiografia Moderna (séculos XVI-XVII). Interessa-se por ideias políticas no Império português (séculos XVI e XVII), Historiografia Barroca, História Moderna, História do Brasil e Edição de texto. Estudou história e política no Brasil de Seiscentos pela obra de frei Vicente do Salvador. Pesquisou sobre Floresta do Navio, uma cidade pernambucana do gado (1850-1888). Atualmente pesquisa a trajetória do baiano Antônio Dias Quaresma, que viveu entre 1681 e 1756, e que acreditava em profecias que indicavam ter uma missão sagrada. Também tem trabalhado com a memória falada FFLCH/USP, analisando o acervo documental do Centro de Apoio à Pesquisa em História, a partir da transcrição das informações existentes em suporte magnético, em específico em fitas cassetes.

47. Marina de Mello e Souza

É professora de História da África e dedica-se à história da África centro-ocidental nos séculos XVI-XVIII, com atenção especial aos temas ligados à presença do catolicismo entre os povos centro-africanos e suas articulações com o comércio e com as organizações políticas. Realizou pesquisas sobre: poder, catolicismo e comércio na África Centro-Occidental, séculos XVI-XVII; história, mito e identidade na festa de coroação de rei congo no Brasil escravista; cotidiano e festas religiosas em Paraty. Publicou sobre: ensino de História da África; os reis do Congo no Brasil; o catolicismo negro no Brasil e a miscigenação cultural; patrimônio imaterial e festas em Paraty; quilombo em Angola; religião e poder no Congo e em Angola.

48. Marlene Suano

É professora de História Antiga e trabalha com cultura material, com atuação principal na área das culturas pré-romanas e com estudos sobre metalurgia antiga. Pesquisou aspectos da Idade do Ferro em Abruzzo, Itália. Tem se dedicado a investigar Metalurgia e Culturas Metalúrgicas por meio da coleção de bronzes itálicos do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Também tem pesquisado a individualização sociocultural na Itália Meridional Pré-Romana, analisando dados de campo coletados em pesquisas na Frentania e Escavações nas necrópoles de Termoli, Guglionesi, Larino e, em curso, sítio de habitação de Contrada Arcora.

49. Mary Anne Junqueira

É professora de História da América Independente, com ênfase em História dos Estados Unidos. Estudou as imagens da América Latina na revista *Seleções*, entre 1942 e 1970, e pesquisou a viagem de circum-navegação científica da U. S. Exploring Expedition, entre 1838 e 1842. Publicou trabalhos que abordam diversos temas voltados História dos Estados Unidos e à análise das relações entre Estados Unidos e América Latina, tais como: a independência e a formação da nação nos Estados Unidos; a literatura sobre a conquista do Oeste; os discursos sobre o excepcionalismo norte-americano; a discussão historiográfica sobre colônia de povoamento e exploração; a questão da circulação de saberes que ocorreu com as viagens científicas, nas quais estavam implicados também interesses políticos norte-americanos. Aborda temas atrelados às relações interamericanas e às manifestações transnacionais, privilegiando abordagens que enfocam a política e a cultura.

50. Maurício Cardoso

É professor de Ensino de História. Estudou as relações entre Cinema e História através do filme de Leon Hirszman, *São Bernardo* (1972). Pesquisou política, estética e revolução no cinema de Glauber Rocha. Atualmente desenvolve pesquisas sobre: as relações entre a indústria cultural e o campo educacional; o diálogo entre a indústria do entretenimento e a reflexão sobre as tradições culturais do Brasil entre 1980 e 2010, por meio dos trabalhos de dois diretores de televisão e cinema (Guel Arraes e Jorge Furtado); as expressões culturais de grupos sociais específicos, envolvidos em projetos de construção de novas legitimidades e de direitos não estabelecidos, como os novos imigrantes, a população indígena e as minorias étnicas. Desenvolveu projeto de extensão sobre materiais de ensino para a Educação Básica, pautado na problemática dos Direitos civis, políticos e sociais.

51. Miguel Soares Palmeira

É professor de Metodologia e Teoria da História. Estudou a obra de Moses Finley sobre economia antiga, analisando suas inovações em termos historiográficos. Desenvolve projeto sobre inovações historiográficas no campo da Antiguidade Clássica, comparando as perspectivas de Moses I. Finley (1912-1986) e Jean-Pierre Vernant (1914-2007). Atualmente está pesquisando a produção intelectual de docentes da Universidade de São Paulo a partir dos arquivos privados do CAPH.

52. Miriam Dolhnikoff

É professora de História do Brasil Independente, com ênfase no período do Império, atuando principalmente nos seguintes temas: representação política, organização institucional do Estado, parlamento. Estudou os projetos das elites no Brasil na primeira metade do século XIX, analisando a unidade nacional e o pacto federativo. Pesquisou o poder provincial em São Paulo. Trabalhou com os recenseamentos de 1872 e 1890, visando disponibilizá-los em plataforma acessível ao público. Atualmente está investigando os debates sobre as reformas eleitorais no Brasil no século XIX, com atenção ao parlamento e à imprensa. A questão do governo representativo do Império também é visto a partir das relações de representação com setores provinciais. Investiga a organização do Estado Brasileiro no século XIX,

buscando compreender o funcionamento do regime, do poder judiciário e dos espaços de contestação.

53. Modesto Florenzano

É professor de História Moderna e atua principalmente nos seguintes temas: História do pensamento político e História das Revoluções no Ocidente entre os séculos XIV e XIX. Desenvolveu estudos sobre Thomas Paine, analisando as noções de liberdade, democracia, igualdade, aristocracia, república e monarquia. Realizou uma revisão historiográfica da *Revolução em França*, de Edmund Burke. Desenvolveu projeto sobre História e Historiografia das Revoluções Burguesas e Repúblicas e Republicanismo no Ocidente moderno. Atualmente tem desenvolvido projeto sobre História e Historiografia da Política (Cultura, Pensamento e Práticas) no Ocidente (entre os séculos XV e XIX). Publicou trabalhos sobre a Revolução Russa em perspectiva comparada; sobre as origens e o desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente; sobre a historiografia da Revolução inglesa; sobre o pensamento de personagens como Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville e Edmund Burke.

54. Norberto Luiz Guarinello

É professor de História Antiga e Arqueologia Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: história romana, cultura e sociedade no mundo antigo, Mediterrâneo clássico, teoria da história e cultura clássica. Estudou a arqueologia das casas de fazenda da Itália Romana e o consumo cognitivo da cerâmica etrusca de Bucchero. Publicou trabalhos sobre diferentes temas relacionados ao mundo romano na Antiguidade, sobre: ordem, integração e fronteiras; sobre escravidão, trabalho e poder no mundo romano; as cidades; a arqueologia rural; festa, trabalho e cotidiano.

55. Osvaldo Luis Angel Coggiola

É professor de História Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: marxismo, América Latina, movimento operário, capitalismo e socialismo. Desenvolveu pesquisas sobre o movimento operário e partidos de esquerda na Argentina, estudando especialmente os trotskistas, entre 1929 e 1969. Também pesquisou a História Contemporânea da URSS e do Leste Europeu.

56. Pedro Luis Puntoni

É professor de História do Brasil Colonial. Atua principalmente nos seguintes temas: história indígena, história política, história militar, historiografia e arquivos. Realizou pesquisas sobre o Estado do Brasil, as relações de poder e a política na Bahia colonial; os povos indígenas e a colonização do sertão Norte do Brasil entre os séculos XVII e XVIII; a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, entre 1621 e 1648. Atualmente tem realizado trabalhos sobre cultura política, negócios e missão no Brasil sob a Monarquia Hispânica (1580-1668); investiga a formação e consolidação da açucarocracia baiana e as estruturas políticas do governo geral, na segunda metade do século XVII, trabalho que integra um estudo da vida de Bernardo Vieira Ravasco; tem desenvolvido pesquisas na área da Ciência da Informação, com especial interesse em bibliotecas digitais, e na área de Humanidades Digitais.

57. Peter Robert Demant

Professor de Relações Internacionais, especializado em questões do Oriente Médio, o mundo muçulmano e as relações islã-ocidente, conflito Israel-Palestina e a hegemonia do ocidente e sua contestação. Estudou a política de assentamentos israelenses em territórios ocupados e tem trabalhado em projetos que buscam entender as percepções e influências recíprocas entre o mundo muçulmano e as sociedades do ocidente, no que diz respeito aos desafios da coexistência e ao diálogo das civilizações. Fundamentalismo, terrorismo, globalização, dentre outros, são aspectos trabalhados nas pesquisas.

58. Rafael de Bivar Marquese

É professor de História da América Colonial. Estudou a construção da ordem escravista brasileira e a administração de escravos nas Américas, entre os séculos XVII-XIX. Posteriormente, pesquisou, em perspectiva comparada, a ideologia pró-escravista em Cuba e no Brasil, da ilustração luso-brasileira e hispano-cubana de fins do século XVIII à aprovação das leis que libertaram o ventre das escravas em Cuba (Lei Moret, 1870) e no Brasil (Lei Rio Branco, 1871). O projeto atual articula as dimensões da cultura material e da cultura política da escravidão atlântica, examinando a paisagem e a arquitetura das *plantations* escravistas de café americanas em um período que compreende de meados do século XVIII ao término da escravidão no Brasil.

59. Robert Sean Purdy

É professor de História da América Independente, com ênfase em Estados Unidos e estudos comparados sobre as Américas. Estudou projetos de regulação territorial e reforma habitacional, bem como a resistência social a esses projetos em Toronto, na segunda metade do século XX. Atualmente realiza trabalho comparativo entre *slums*, guetos e favelas em São Paulo, Chicago e Toronto. Lidera projeto que visa resgatar a memória das vítimas da ditadura na USP. Possui um grupo de estudos sobre a Guerra Fria, com enfoque sobre a produção historiográfica. Produziu textos teórico-metodológicos para refletir sobre a História Comparada e transnacional, bem como verbetes sobre antiescravismo e abolição nas Américas.

60. Rodrigo Monteferrante Ricupero

É professor de História do Brasil Colonial. Estudou o nordeste brasileiro, particularmente a Bahia, no período colonial, analisando como se deu a formação da elite e suas formas de afirmação em relação à posse da terra, à dominação sobre os índios, à distribuição de mercês. Na pesquisa atual, continua analisando como a capacidade de administração desses recursos foi a tônica na formação do Antigo Sistema Colonial. Publicou ainda trabalhos sobre a produção de Nelson Werneck Sodré.

61. Sara Albieri

É professora de Teoria e Filosofia da História, tendo desenvolvido diferentes pesquisas nesta área. Teve como objeto de estudo a obra e as ideias de David Hume. Também abordou as relações entre História Filosófica e Teoria da Historiografia. Realizou análise dos modelos de interpretação em Teoria da História e investigou sobre a teoria da crença, em relação com a questão da justificação racional.

Atualmente tem se dedicado a estudar a história da cultura intelectual, refletindo sobre as formas de análise (internalista e contextualista) de textos. Desenvolve projeto de montagem de banco de dados com depoimentos de intelectuais que participaram da formação do pensamento brasileiro. Em textos publicados abordou a obra de autores, tais como Peirce, Veyne, Maquiavel e Gramsci. Examinou ainda condição de “obras fronteiriças” na produção historiográfica brasileira.

62. Stella Maris Scatena Franco Vilardaga

É professora de História da América Independente. Tem estudado principalmente os seguintes temas: formação do Estado nacional na América Latina, viajantes e relações de gênero, com enfoque no século XIX. Pesquisou as representações de nação em manuais de História argentina na segunda metade do século XIX e analisou, em outro trabalho, relatos de viagem à Europa e Estados Unidos por escritoras latino-americanas do século XIX. Atualmente estuda relatos de viagem de autoria masculina e feminina, produzidos por latino-americanos que estiveram na Europa e nos Estados Unidos no século XIX. O objetivo é analisar a conformação das identidades (nacionais, continentais, de gênero) e as condições materiais das viagens. Produziu textos sobre produção historiográfica relacionada a viajantes latino-americanos e sobre uso do relatos como fonte para a História. Analisou a participação das mulheres na independência da América Latina e na produção escrita no Brasil oitocentista.

63. Vera Lucia Amaral Ferlini (aposentada)

É professora de História Ibérica e História do Brasil Colônia, estudando açúcar, escravidão, imigração, estrutura agrária e núcleos coloniais. Seus trabalhos focaram engenhos do nordeste colonial, especialmente as relações entre terra, trabalho e poder. Pesquisou administração, exploração e acumulação mercantil na colonização portuguesa da América, com relevo especial para a Capitania de São Paulo, entre 1764 e 1808; crise colonial e questão agrária no pensamento reformista português do século XVIII. Tem liderado projetos que objetivam o desenvolvimento de programas culturais e educativos voltados ao público, tratando das expansões ibéricas, das culturas e sociedades açucareiras no Brasil colonial e também, especificamente, do Engenho São Jorge dos Eramos. Além destes, tem pesquisado as mudanças econômicas e sociais, com ênfase na reconfiguração fundiária e na adoção do trabalho livre, entre finais dos séculos XVIII e XIX.

64. Zilda Marcia Gricoli Iloki

É professora História do Brasil Independente, atuando na linha de pesquisa História das Relações e dos Movimentos Sociais, nos temas da educação, lutas camponesas, políticas públicas, imigração contemporânea, humanidades, direitos e outras legitimidades. Estudou o legislativo paulista na construção da República, no Brasil; a Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo no Brasil e no Peru entre as décadas de 1960 a 80; as memórias da repressão política no Brasil durante a ditadura; a escola no mundo contemporâneo, realizando depoimentos em escolas de São Paulo. Produziu textos sobre metodologia da História e historiografia dos movimentos sociais. Tem trabalhado com tema dos movimentos migratórios contemporâneos, analisando as situações de deslocamentos, as negociações, as

relações com o Estado, e aborda comparativamente grupos de africanos deslocados para o Brasil e para Portugal. Outro enfoque presente na obra é o da tolerância/intolerância.

4. MEMÓRIA DAS REFORMAS CURRICULARES (1978-2011)

I - Apresentação

O principal propósito deste texto é apresentar um breve histórico da formação do currículo do curso de graduação em História e suas principais alterações ou tentativas de reforma, desde os anos 1970, momento em que suas bases foram constituídas. Ao incorporar não apenas o que de fato constitui o atual currículo, mas também as principais ideias norteadoras de tentativas de reforma, esse histórico pretende ser também uma forma de explicitar as principais demandas por mudanças no currículo ao longo dessas quatro últimas décadas.

O material documental reunido pela Subcomissão de Memória das Reformas Curriculares possui três características distintivas, em comparação com aquele coletado pelas demais subcomissões que compõem a Comissão de Avaliação do Curso de História.

- Primeiramente, ele se mostra extremamente *lacunar*. Não encontramos, no Departamento de História, qualquer seção do seu arquivo dedicada a esse aspecto de suas atividades. O material recolhido tem sua origem basicamente em guardados de alguns professores (sobretudo Sylvia Bassetto e Carlos Zeron), além de algum material conservado por ex-alunos que participaram de Semanas de Graduação organizadas pelo Centro Acadêmico de História (CAHIS) e um ou outro ofício conservado na Secretaria do Departamento de História.
- A segunda característica, decorrente da primeira, diz respeito à sua *heterogeneidade*: o material é composto por propostas, ofícios, reações escritas oriundas de pessoas e grupos diversos (alunos ou professores), algumas atas de reuniões etc.
- A terceira característica, enfim, é que esta Subcomissão analisou um conjunto documental que se estende para além do marco de 2004, chegando até 1976-78, momento em que o Departamento de História abandonou sua organização em *cátedras*, depois em *setores* e, finalmente em *áreas*, as quais caracterizam sua configuração atual.

Tendo em conta essas características (mas, sobretudo, as duas primeiras), não foi possível construir senão uma síntese parcial. O que apresentamos aqui é um texto introdutório, contendo alguns comentários que visam compendiar as principais propostas de reforma curricular, fazendo ressaltar especialmente continuidades e descontinuidades entre elas. Este texto faz-se acompanhar de um “Quadro sinóptico

das várias reformas curriculares propostas no Departamento de História entre 1978 e 2011”, organizado em torno de dois aspectos principais: *diagnósticos* e *propostas*, reportados por meio seja de citações, seja de breves resumos. Este quadro sinóptico pareceu-nos a melhor maneira de introduzir os interessados àquele material, ao mesmo tempo amplo, lacunar e heterogêneo.

II - Análise e comentários

Cronologicamente, o primeiro aspecto a se destacar no histórico da organização do curso de História é a diferença entre a estrutura e o funcionamento do Departamento em 1976 (analisado em 1978) e hoje (2015): 65 professores ofereciam 15 disciplinas para 260 alunos ingressantes por ano, mais 20 disciplinas para outros departamentos e unidades.⁶ Para além da tradicional organização cronológica e ocidental, uma parte significativa da oferta de disciplinas concernia à história das civilizações (com cursos sobre História da Armênia, da China, da Índia, do Japão, do Islã e dos Judeus) e às disciplinas afins (Geografia, Sociologia e Antropologia), além de disciplinas específicas de História Econômica e História Política.

Ressalta, por outro lado, desde 1978, uma crítica à *fragmentação* dos cursos do Departamento (também nomeada em termos de *compartimentação* e *heterogeneidade* dos programas), a qual, é importante notar, se mostrará constante ao longo de todo o período aqui considerado.

A partir da identificação e crítica à *fragmentação* do curso, o diagnóstico feito em 1978 resultou em propostas que contêm três elementos que importa destacar aqui porque se tornaram recorrentes em propostas posteriores: a) a busca por uma maior “*convergência de disciplinas, setores, especialistas*” (cf. documento de 1978); b) a interdisciplinaridade; c) a articulação dos programas das disciplinas em torno do ensino da metodologia da pesquisa em história.

⁶ É importante atentar, contudo, para a súbita massificação do ensino no Departamento de História:

ANO	VAGAS VESPERTINO / VAGAS NOTURNO
1956 a 1959	40 / 40
1960 a 1966	30 / 30
1967 a 1968	100 / 100
1969 a 1998	130 / 130
1999 até 2016	130 / 140

Essas propostas não foram implementadas, mas algumas delas foram pontualmente retomadas em outras ocasiões, minimizando alguns dos problemas então diagnosticados. Entre elas, podemos destacar: a) a opção por cursos monográficos ou panorâmicos; b) a necessidade de complementação de formação por meio do estudo de línguas; c) a tutoria e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); d) as formas e critérios de avaliação; e) a ausência de “turmas”. É importante destacar todas essas questões exatamente por serem recorrentes e por não terem sido resolvidas de modo satisfatório.

Com relação ao último exemplo (ausência de “turmas”), vemos que um dos eixos da proposta de reforma curricular formulado em 1984-5 é contraditório com a de 1978⁷, em virtude de pretender viabilizar que os alunos venham a assumir sua própria trajetória de formação. Esta proposta de *autonomia* do estudante quanto à sua formação foi retomada posteriormente, tornando-se um quarto eixo recorrente, ao lado dos princípios de *convergência*, *interdisciplinaridade* e *centralidade da metodologia*.

Contra a “fragmentação” diagnosticada desde 1978, e ainda não superada em 1985⁸, a qual se pretendia combater por meio dos “eixos temáticos”, propôs-se, em 1995, uma organização do curso em núcleos básicos, reunidos em “áreas”, com aulas no formato chamado “módulo 4”⁹. No mesmo sentido, implantou-se também o semestre ideal com vistas à reconstituição das “turmas”, o que contribuiu para a integração dos estudantes que ingressam em um mesmo ano. Por outro lado, essas medidas não solucionaram o problema da convergência entre disciplinas e articulação entre docentes, ressurgindo nos diagnósticos de 2003, 2006 e 2007, sem contudo ser resolvido.

⁷ Observe-se, contudo, que a interpretação, em 1984-5, é de uma retomada das propostas de 1978 e de 1982 (o que não nos parece exato): “A Comissão de Reforma Curricular procurou inspirar seu projeto nas duas propostas anteriores de mudança do currículo do Departamento de História (1978 e 1982). (...) Estando a ênfase do Documento de 1978 voltada para a articulação do curso em eixos temáticos e a de 1982 preocupada com a redução do currículo ao mínimo de disciplinas obrigatórias, em favor de um máximo de optativas (...)”.

⁸ Na avaliação da primeira Comissão de Ensino do Departamento de História, demissionária devido à “força de consistência numérica de um grupo de docentes cuja atuação deixa transparecer resistências quanto à implementação e conseqüente desdobramento da Reforma Curricular e reestruturação departamental”.

⁹ Aulas de quatro horas de duração.

O Grupo de Estudos de 1978 destacava ainda que *“a compartimentação que tem caracterizado os setores é uma forma de preservar, nos seus aspectos mais negativos, a extinta cátedra.”* Entretanto, avaliava-se também que a extinção dos setores não seria possível enquanto não se criasse outra estrutura organizacional. Os setores foram substituídos pelas áreas em 1994.

Em 1994, considerava-se:

temos hoje dois problemas básicos: de um lado, a fragmentação do trabalho dos docentes, com prejuízo às pesquisas (desarticuladas) e à docência (cursos atomizados). Do outro, os alunos se queixam da falta de um semestre básico e da existência de turmas.

Várias propostas foram feitas:

Com relação às disciplinas obrigatórias, foi proposta a criação de História da África e de História de Portugal, e a volta de Sociologia e Antropologia. Com relação às optativas, a criação de Paleografia, Pesquisa Histórica, História Comparada e Ética e Direito do Trabalho na Área de História, assim como a extinção de História Econômica e Social do Brasil, havendo já quatro semestres de História do Brasil no programa.

Ressaltam dessas propostas a retomada da História das Civilizações e a demanda por interdisciplinaridade e a formação em metodologia.

O documento também aponta outras preocupações:

[...] o controle sobre os “alunos fantasmas”, a eliminação da superposição de programas, o julgamento da relevância dos cursos, a uniformização da avaliação e, finalmente, a criação da tutoria, organizando a graduação em (ciclo) “básico” (1 ou 2 anos) e “tutoria” (a partir do segundo ou terceiro ano). O ensino e a pesquisa ficariam organizados em 4 áreas (básico, tutoria, extensão e pesquisa em laboratório), cada uma com seu respectivo coordenador.

Em 1995 ainda se diagnostica a *atomização* do Departamento, o que provocava, avaliava-se, *“sérias distorções na formação do aluno de graduação”*. Mesmo que não haja menção ao diagnóstico de 1978, parece-nos que a *atomização* ecoa a crítica então feita à *fragmentação*. Isso se evidencia na análise dos seus efeitos:

redundâncias e/ou desencontros na programação, disparidade de experiências entre os alunos de uma mesma classe, ausência de “turmas” que configurem ou propiciem uma vivência acadêmica em seu mais pleno sentido, dificuldade de identificar o real perfil do Departamento, entre outros, são fatores responsáveis pela desorientação manifestada pelos alunos, impedindo que a diversidade de enfoques, critérios e métodos praticados pelo conjunto dos docentes apresente seu lado positivo e fértil.

Esse diagnóstico acrescentava outro problema: o “*número excessivo de alunos*”, relativamente ao de professores. Esse desequilíbrio aparece agravado em 1999 devido à diminuição do número de docentes, conforme documento produzido na Semana de Graduação deste ano. Ressaltou-se também a persistência da *fragmentação* ou *atomização* do curso. Apesar disso, algumas propostas então formuladas poderiam acentuar estes mesmos problemas caso não fossem implementadas com cuidado: por exemplo, o aumento significativo da carga de disciplinas optativas.

Destacamos este exemplo porque, a partir deste momento, a reivindicação por um maior número de créditos a serem cumpridos em disciplinas optativas torna-se forte e recorrente. Talvez identificando o risco de reforço dos problemas derivados da fragmentação, em 2003 formula-se a ideia de que a oferta e os programas das disciplinas optativas deveriam ser guiados por eixos temáticos, possibilitando especializações; e, em 2006, propõe-se a criação, no âmbito da Comissão de Ensino, de uma área de optativas. Mas, ao mesmo tempo, também foi proposto o desmembramento de algumas áreas.

Nessa ocasião, foi criada a área de Formação de Professores, atendendo demandas da legislação federal, que exigiam a articulação mais estreita entre bacharelado e licenciatura.

Os problemas não resolvidos poderiam se agravar com efetivação das propostas de 2006, de modo que, em 2007, o documento da Semana de Graduação perguntava:

- a) Como articular disciplinas de caráter cronológico-espacial e disciplinas com eixo temático, para além da dicotomia “obrigatórias”/“optativas”?
- b) Como articular as questões historiográficas com as práticas de pesquisa, para além do programa de Iniciação Científica ou da disciplina de Introdução à pesquisa?
- c) Como incorporar ao currículo as práticas de leitura (e outras práticas formativas realizadas fora da sala de aula) que sejam avaliadas institucionalmente e integradas na forma de créditos?
- d) Como permitir maior liberdade de opções curriculares para o aluno, sem fragmentar a sua formação ou estimular a “especialização precoce”?
- e) Como integrar as áreas e disciplinas como espaços institucionais e organizativos da grade curricular, indo além do “espírito de cátedra”?

Para responder a essas indagações, o documento propôs cinco diretrizes para orientar a reforma do curso de História: flexibilização da grade curricular; maior

atenção ao ano de ingresso; circulação do estudante de História por outros cursos da USP; formalização dos grupos de estudo e leitura; trabalho de conclusão de curso.

Detecta-se, nesses últimos trabalhos (da Semana de Graduação de 2007 e da Comissão de Reforma Curricular 2008-2009), a ênfase em dois problemas: a persistência da crítica à desarticulação do corpo docente e das disciplinas; a demanda por mais liberdade para cursar disciplinas em outros departamentos da FFLCH ou unidades da USP. Objetivando resolver esses problemas, as principais propostas de reforma curricular foram as seguintes: a) a transformação das atuais cinco áreas, consideradas muito amplas e inoperantes, em doze núcleos, responsáveis pelas disciplinas obrigatórias; b) diminuição da carga dessas disciplinas, que passariam a ter caráter introdutório e seriam pré-requisito para as disciplinas eletivas; c) aumento da carga de disciplinas optativas.

Em 2011, essas propostas foram levadas para debate entre estudantes e professores, mas os trabalhos não prosperaram e nenhuma mudança foi realizada. Diante desse cenário, se constitui a atual Comissão de Avaliação do Curso de História, em 2014, pois se considerou que os trabalhos anteriores não prosperaram, entre outras coisas, por falta de propostas embasadas em avaliações mais sólidas e precisas do nosso corpo discente e docente. Além disso, também se considerou que essa avaliação deveria incluir nossas estruturas física e administrativa.

Para concluir estas “análises e comentários”, cabe destacar os conceitos complementares mais recorrentes ao longo de todo o período examinado: fragmentação e integração.

**QUADRO SINÓPTICO¹⁰ DAS VÁRIAS REFORMAS CURRICULARES PROPOSTAS
NO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FFLCH (1978-2011)**

PERÍODO	DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS
1978	<p>DIAGNÓSTICO (referente a 1976): O Departamento tinha 15 disciplinas, divididas em semestrais (Geografia e 3 optativas), bi-semestrais (Moderna, Brasil Colonial e Independente, América Colonial e Independente, Metodologia e Teoria) e tri-semestrais (Antiga, Medieval, Ibérica e Contemporânea), mais duas disciplinas de outras unidades (Sociologia e Antropologia). O departamento oferecia 20 disciplinas para outros departamentos ou unidades (além de História Econômica, História Política e História do Brasil, eram oferecidos cursos sobre História da Armênia, da China, da Índia, do Japão, do Islã e dos Judeus). Havia 65 professores em 1978. O DH estava estruturado em 9 “setores” que tinham substituído as antigas cátedras, englobando disciplinas afins e traduzindo critérios cronológicos e espaciais. Setores: História Antiga; História Medieval; História Moderna e Contemporânea; História Ibérica Medieval e Moderna; História do Brasil Colonial e Independente; História da América Colonial e Independente; Metodologia e Teoria da História; Optativas; e disciplinas extradepartamentais. <i>“A própria nomenclatura, como se vê, é inadequada, pois traduz critérios cronológicos e espaciais tradicionais, que nem sempre correspondem às necessidades impostas por um tratamento temático, ou por áreas que não estejam vinculadas à civilização ocidental, em particular europeia. Entretanto, mais que tudo isso, a compartimentação que tem caracterizado os setores é uma forma de preservar, nos seus aspectos mais negativos, a extinta cátedra.”</i> (Entretanto, à época, avaliou-se que a extinção dos setores não era ainda viável, na falta de outra estrutura organizacional substitutiva.)</p> <p>Comissões existentes à época: de Graduação, de Pós-graduação, de Biblioteca, de Transferências, de Horário, de Estrutura curricular e de Recepção-intercâmbio cultural.</p> <p>Proposta: necessidade de planejamento e avaliações constantes.</p> <p>DIAGNÓSTICO (1978): Discussões ocorridas entre 1969 e 1973 conduziram a um projeto de reforma em 1978. Reclamava-se de <i>“inexistência de referenciais comuns que tornasse assimilável e fertilizante a extrema variedade de critérios, enfoques, propósitos, métodos, níveis de exigência, em suma, fragmentação que, em todos os seus níveis, caracteriza o Departamento”</i>. O curso não estaria formando bem nem professores, nem pesquisadores. Inexistência de um Regulamento do Departamento (dificuldades em discutir aspectos da estrutura departamental e reflexos de seu funcionamento). Principais falhas no rendimento do Departamento não por conta da estrutura curricular (apesar de esta não corresponder às novas exigências), mas sim na compartimentação e heterogeneidade dos</p>

¹⁰ Documentação consultada disponível. Palavras em negrito, nas citações, são destaques nossos.

	<p>programas. Três problemas em relação aos recursos didático-pedagógicos: programas panorâmicos x monográficos, aulas expositivas x seminários e avaliações (prova escrita, fichas de leitura, entrevistas, participação em seminários, relatórios, trabalhos escritos). Necessidade de mais professores.</p>
	<p>DIAGNÓSTICO (1978): questionário respondido por 46 dos 65 docentes (<u>obs.</u>: não encontramos os referidos questionários). Previa contatos “<i>de outro tipo após a sistematização das respostas aos questionários</i>”. Com o corpo discente: quatro reuniões e uma “<i>pesquisa de opinião</i>”.</p>
	<p>DIAGNÓSTICO (1978): em 6 de novembro de 1978, o “Grupo de Estudos” composto por Ulpiano T.B. Meneses (presidente), Ana Maria Camargo, Arnaldo Contier, Hélcio Pereira, Jônatas Batista Neto, José Carlos Sebe Bom Meihy, Laima Mesgravis, Paulo de Castro (“<i>Todos os setores produziram documentos; alguns bastante longos, acerca das reformas propostas, e acerca do curriculum e do curso de História em geral, que contêm valiosas indicações metodológicas, com vigência até hoje. Houve também debates sobre o ano inicial do aluno ingressante.</i>”) apresentou um relatório final, após 14 reuniões, com a seguinte estrutura: 1. Premissas; 1.1. Formação do professor/pesquisador: equívocos da dicotomia; 1.2. Informação / formação; 1.3. Valorização do professor como orientador; 1.4. Planejamento intersectorial; 2. Estrutura; 2.1. Setores; 2.2. Comissões; 2.3. Hierarquia; 3. Currículo; 3.1. Eixos temáticos (a. objetivos; b. sistemática; c. natureza dos seminários; d. vantagens; e. obstáculos a serem removidos); 3.2. Exemplo (experimental) de um eixo temático; 3.3. Sequência cronológica/ seriação; 3.4. Metodologia/ teoria da história; 3.5. Optativas; 3.6. Cursos extracurriculares; 4. Recursos didático-pedagógicos; 4.1. Programas panorâmicos/ monográficos; 4.2. Aulas expositivas/ seminários; 4.3. Avaliação de atividades didáticas (a. prova escrita; b. fichas de leitura; c. entrevistas; d. participação em seminários; e. relatórios; f. trabalhos escritos); 5. Corpo docente; 5.1. Caracterização; 5.2. Admissão de novos docentes; 5.3. Mudança de regime de trabalho; 5.4. Docentes voluntários; 5.5. Professores visitantes; 6. Biblioteca; 7. Setor de documentação histórica.</p>
	<p>DIAGNÓSTICO E PROPOSTA (1978): Currículo: “<i>Os problemas de maior gravidade se localizam essencialmente nos programas, onde a compartimentação e a heterogeneidade já apontadas (item 1.4.) acentuam possíveis deficiências pessoais. A fim de atenuar e, progressivamente, eliminar as distorções, isolamentos, choques, duplicações e outras deficiências do gênero, sem, de fato, subverter a atual estrutura curricular, recomenda-se a instalação gradual de eixos temáticos, concebidos como troncos de convergência de disciplinas, setores, especialistas.</i>” O documento especifica (a) objetivos (informação e formação), (b) sistemática (aulas expositivas articuladas com seminários; duração mínima de dois semestres, com o primeiro funcionando como pré-requisito); (c) seminários (de erudição, metodológicos e monográficos); (d) vantagens (integração, aprendizagem de métodos e técnicas, domínio de questões historiográficas, constituição</p>

de um pensamento histórico); **(e)** obstáculos (escolha inadequada de temas, integração puramente formal, dificuldades de planejamento, heterogeneidade do pessoal docente e necessidade de ruptura de certos hábitos).

Metodologia: *“O curso de metodologia poderia ser desmembrado em função dos vários eixos temáticos, com a participação de seus docentes não só sob a forma de assessoria permanente, mas também de responsabilidade direta na condução de aulas expositivas e seminários.”*

Optativas: colaboração **interdepartamental** deve ser incentivada.

Cursos extracurriculares: línguas, sobretudo; extensão de serviços à comunidade.

Recursos didático-pedagógicos: sugeriu-se a possível modificação do critério cronológico de organização, passando Antiga e Medieval para o final do curso, *“em função de melhor capacitação dos alunos, nessa etapa, para o estudo das sociedades pré-capitalistas”*. O projeto de 1978 desaconselhava os *“programas panorâmicos”* (devido ao *“risco dogmático”*), contrapondo-lhes os *“monográficos”*. Conviria evitar o curso panorâmico em benefício da problematização de questões. *“A preferência deve ser orientada para os programas monográficos, isto é, os que se desenvolvem em torno de um tema ou foco de problemas. O nível de especialização deverá ser graduado pela relevância e pela possibilidade de fornecer modelos de análise, discussão de categorias históricas, conceitos-chave etc.”*

Aulas expositivas/seminários: *“Aulas expositivas são aquelas em que é exposto, para discussão, um conjunto articulado de problemas. (...) O seminário, por sua vez, deveria corresponder a uma ‘oficina em que se aprende a fazer’”*.

Avaliação das atividades didáticas: **(a)** prova escrita: não é aconselhável; exceto, talvez, com consulta bibliográfica e com proposição de problemas em lugar de temas; **(b)** fichas de leitura: não se recomendam; **(c)** entrevistas: podem ser aproveitáveis; **(d)** participação em seminários: é importante, mas com acompanhamento; **(e)** relatórios (“papers”): é recomendável; **(f)** trabalhos escritos: somente seriam admissíveis aqueles que propõem o desenvolvimento de um problema específico; **(g)** TCC: *“A ‘monografia de graduação’, de caráter interdisciplinar, seria proposta interessante, não fossem as incontáveis dificuldades de ordem prática, os riscos (já embutidos) de formalização pura e simples, e, finalmente, os desacertos que provocaria o encaminhamento compulsório para a pesquisa de todo o corpo discente.”*

PROPOSTA (1978):

- *“A preocupação central do curso não deveria estar em ser tão abrangente quanto possível, mas em providenciar a aquisição de hábitos de trabalho, que a seguir nortearão a vida profissional”*.
- *“Não há projeto comum, isto é, projeção, percurso proposto. É preciso, ao contrário, que o professor seja visto antes como o interlocutor capaz de orientar essa construção comum, sempre aberta. Daí a importância de se valorizar a ‘tutoria’ como sistema crucial, ainda que*

	<p><i>se deva reduzir a duração das aulas formais. Fica óbvio, também, que a matéria-prima indispensável para essa construção comum é fornecida pelas leituras feitas. (...) Sem formar, incentivar e questionar hábitos de leitura, fica comprometido qualquer objetivo pedagógico.”</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de planejamento integrado (“integrar não é embotar as diferenças”); planejamento e avaliação.
1982	[Não há documentação disponível. Menção é feita em documentos de 1984-5.]
1984-5	<p>PROPOSTA (1984-5):</p> <p>Composição da Comissão de currículo: <i>docentes:</i> Adalberto Marson, Isabel Marson, Maria Lígia Coelho Prado, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Nicolau Sevckenko, Raquel Glezer, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses; <i>discentes:</i> Antônio Carlos Pereira Júnior, Falamarion Maués Pelucio Silva, Luiz Carlos Villalta (1984), Mônica Zarattini.</p> <p>I. Pressupostos</p> <p>Diretrizes pedagógicas: a) oferecer orientação mais próxima, constante e metódica aos alunos para que eles possam assumir o seu processo de formação intelectual; b) possibilitar o aprendizado de diversos métodos e técnicas do ofício; c) criar condições para que as habilidades, talentos, especializações e interesses dos docentes sejam valorizados e incorporados no processo de ensino; d) ampliar o contato dos alunos com as demais ciências humanas; e) mobilizar todos os docentes diretamente envolvidos no processo de ensino por meio da valorização de grupos informais e pela permanente reformulação de programas, trânsito entre as disciplinas e variação no estilo de trabalho; viabilizar que os alunos venham a assumir sua própria trajetória de formação; f) dar ao curso de graduação um caráter formativo, sem dissociar o professor do pesquisador.</p> <p>Imposições da legislação: a) três ordens de disciplinas (currículo mínimo); b) duração mínima do curso (licenciatura plena): 2.200 horas.</p> <p>Antecedentes: “A Comissão de Reforma Curricular procurou inspirar seu projeto nas duas propostas anteriores de mudança do currículo do Departamento de História (1978 e 1982). (...) Estando a ênfase do Documento de 1978 voltada para a articulação do curso em eixos temáticos e a de 1982 preocupada com a redução do currículo ao mínimo de disciplinas obrigatórias, em favor de um máximo de optativas (...)”.</p> <p>II. Princípios gerais</p> <p>a) Semestralidade das disciplinas e parcelamento do curso; b) Disciplinas obrigatórias e optativas: b.1) Liberdade na composição de currículos pessoais; especialização dos docentes; acompanhamento dos avanços do conhecimento histórico e oportunidade de satisfazer interesses individuais dos alunos; b.2) Disciplinas obrigatórias são apenas as definidas pela legislação federal; b.3) Aumento do número mínimo de optativas; c) Semestres de iniciação: orientação aos alunos ingressantes;</p>

d) Conjunto de disciplinas: desfazer setores em favor de grupos de trabalho cuja composição terá estabilidade somente durante a execução de um conjunto previsto nos semestres ideais (i.e. por períodos previstos de execução de programas).

III. Grade curricular proposta

a) Disciplinas e carga horária: bacharelado de História (8 semestres e carga horária de 2.130 horas); *Disciplinas obrigatórias*: História Antiga I e II, História Medieval I e II, História Moderna I e II, História Contemporânea I e II, História do Brasil Colonial I e II, História do Brasil Independente I e II, História da América Colonial I e II, História da América Independente I e II, Metodologia I e II e Estudo de Problemas Brasileiros I e II; *Disciplinas complementares*: Antropologia e Sociologia. *Disciplinas optativas*: 4 no Departamento de História e 4 em outros departamentos.

b) Quadro de semestres ideais: bacharelado (139 créditos, 2.130 horas), disciplinas pedagógicas (22 créditos, 480 horas), licenciatura (161 créditos, 2.610 horas).

c) Composição dos semestres ideais: explica a definição dos semestres.

IV. Mecanismos

a) Coordenação do 1º semestre de iniciação.

b) Comissão de Ensino (4 docentes, coordenador do 1º semestre e 5 representantes discentes): definem-se a composição, a competência e as atribuições, os mecanismos gerais de seu funcionamento.

POSICIONAMENTO DOS SETORES: *Setor de História Ibérica*: eliminação dos setores; realocação dos professores por disciplinas; existência de um programa oficial para efeito de carreira; manutenção da grade curricular; liberdade de programas; comissão de ensino restringindo-se à consultoria e planejamento; iniciação à pesquisa histórica no primeiro ano; trabalho final de graduação e abertura de maior número de optativas. *Setor de História Medieval*: eliminação das disciplinas História Antiga III e História Medieval III caso haja compromisso no oferecimento de optativas; cursos regulares oferecidos como disciplinas optativas; não é contrário ao aumento do número de optativas; contrário a uma comissão departamental para organização do currículo e favorável à conservação dos setores. *Setor de História Antiga*: contrário à Comissão de Ensino prevista na proposta de reforma curricular; a favor do aumento de optativas e contrário à “*orientação definidora de eixos temáticos*”. *Setor de História Contemporânea*: fim dos atuais setores e liberdade de proposta de programas. *Setor de Metodologia*: apoio à dissolução dos setores e à maior possibilidade dos alunos cursarem disciplinas em outros departamentos. *Setor de História do Brasil*: concordância com a adoção do currículo mínimo federal; considera válida a sugestão de eixo temático para o funcionamento do 1º semestre ideal; necessidade de maior discussão acerca da extinção dos setores. *Setor de História Moderna*: acordo com a extinção dos setores; contra a redução da carga horária; contrário à organização por eixo temático (porque iria contra uma maior flexibilidade e liberdade das atividades de ensino); contrário à transposição de História Moderna para os primeiros semestres;

necessidade de planejamento das mudanças. *Setor de Teoria da História*: manutenção dos setores; contra a criação da Comissão de Ensino; pela manutenção de Teoria da História como disciplina obrigatória.

1ª COMISSÃO DE ENSINO: composta por Carlos Alberto Vesentini, Francisco Murari Pires, Janice Theodoro da Silva, Augustin Wernet e Vera Lúcia Amaral Ferlini.

O documento detalha os princípios gerais da reforma departamental e as atribuições da Comissão de Ensino: **a)** quanto à distribuição de encargos docentes e a relação docente/disciplina; **b)** quanto à relação alunos/programas nas disciplinas; **c)** quanto à organização da carreira docente; **d)** quanto à reformulação da grade curricular; **e)** quanto à criação de uma C.E. e revisão do entendimento de disciplina, **e.1)** organização da CE e sua relação com a plenária do DH; **e.2)** funções da CE, **e.3)** relação plenária/CE; **e.4)** composição e mandato da CE. O documento detalha ainda os princípios organizadores das atividades da CE (isonomia nos encargos docentes; liberdade e autonomia para cada docente quanto à sua alocação pelas disciplinas e semestres; liberdade limitada por mecanismos específicos de escolha pelo aluno da disciplina, do período e do programa que pretende cursar), entre outros aspectos menos relevantes, circunstanciados a ajustes feitos no período (por exemplo: oferecimento das disciplinas para Geografia e Ciências Sociais; número máximo de alunos por programa (80); relação do número de alunos entre dois programas da mesma disciplina (60%/40%)).

Outro documento é uma **carta de demissão dos membros da 1ª Comissão de ensino** (assinam o documento: Carlos Alberto Vesentini, Francisco Murari Pires e Janice Theodoro da Silva), detalhando suas justificativas: ***“a força de uma concepção hegemônica atuante na Plenária docente, ancorada no entendimento imediato do Departamento como um conjunto de disciplinas e que vêm atuando de forma obstacularizadora [sic] quanto à plena implantação da reforma. Constatamos, nesse mesmo sentido, como sujeito agente na Plenária docente, a força de consistência numérica de um grupo de docentes cuja atuação deixa transparecer resistências quanto à implementação e consequente desdobramento da Reforma Curricular e reestruturação departamental. Essa concepção hegemônica ensejou a deterioração do atual processo de discussão tanto no que se refere ao aprofundamento da Reforma, quanto na questão das contratações [de docentes]. (...) consumando-se todo o processo nas decisões da Plenária que indicaram que as contratações de docentes deveriam ser efetivadas em disciplinas localizadas. (...) Ora, desde as discussões de aprovação da Reforma, vimos manifestando nosso entendimento sobre a necessidade do Departamento definir princípios que ordenem a questão da contratação de docentes em consonância com as diretrizes intelectuais e acadêmicas que fundamentam a reforma curricular. Claramente, essas diretrizes têm se chocado com aquele entendimento burocratizado que circunscreve o princípio intelectual no quadro das disciplinas oficiais. (...) Nesse sentido, nossas manifestações como Comissão de Ensino não situam o interesse***

geral do Departamento em disciplinas, entendendo que a mediação dessas disciplinas para a avaliação das qualidades intelectuais do docente apenas parece atender a interesses pessoais ou de grupos. (...) Nesse sentido esperamos, a partir da nossa decisão, propiciar a oportunidade para a formação de uma Comissão de Ensino composta por docentes perfeitamente afinados com o entendimento que tem comandado a plenária, e que possa conduzir o trabalho da Comissão em consonância com a percepção dominante.”

1994-6	<p>DIAGNÓSTICO (1994): <i>“Em 1994, a Comissão de Ensino [composta pelos profs. Maria Inês Borges Pinto, Mary del Priore, Maria Aparecida de Aquino, Modesto Florenzano, Marcos Silva e Laura de Mello e Souza] fez um balanço do período decorrido desde as reformas de 1985, adotadas em 1986: ‘A reforma eliminou os ‘setores’ tradicionais e, apresentada aos alunos a possibilidade de comporem um currículo de forma totalmente livre, dissolveu as classes. Portanto, temos hoje dois problemas básicos: de um lado, a fragmentação do trabalho dos docentes, com prejuízo às pesquisas (desarticuladas) e à docência (cursos atomizados). Do outro, os alunos se queixam da falta de um semestre básico e da existência de turmas, conforme deixam entrever as pesquisas realizadas em 1990 pela Profa. Esmeralda Bolsonaro e em 1993-94 pela Profa. Marlene Suano. Em ambos os casos, ocorreu um reforço das atividades individuais.’ A comissão fez três propostas básicas: ‘1) mudança do horário de aulas do DH, mediante consulta ao corpo docente; 2) adoção de um semestre ideal; 3) introdução de disciplinas novas e supressão de algumas, destituídas de significado.’ As ‘áreas’, surgidas para substituir os setores, discutiram as propostas.”</i></p> <p>PROPOSTA (1994): criação de um curso de pós-graduação em ensino de história (um documento propõe a especialização, com justificativa, perfil do profissional, proposta de curso e regulamento).</p> <p>PROPOSTA (1994): <i>“Com relação às disciplinas obrigatórias, foi proposta a criação de História da África e de História de Portugal, e a volta de Sociologia e Antropologia. Com relação às optativas, a criação de Paleografia, Pesquisa Histórica, História Comparada e Ética e Direito do Trabalho na Área de História, assim como a extinção de História Econômica e Social do Brasil, havendo já quatro semestres de História do Brasil no programa. Outras preocupações foram o controle sobre os ‘alunos fantasmas’, a eliminação da superposição de programas, o julgamento da relevância dos cursos, a uniformização da avaliação e, finalmente, a criação da tutoria, organizando a graduação em (ciclo) ‘básico’, (1 ou 2 anos) e ‘tutoria’ (a partir do segundo ou terceiro ano). O ensino e a pesquisa ficariam organizados em 4 áreas (básico, tutoria, extensão e pesquisa em laboratório), cada uma com seu respectivo coordenador.”</i></p>
--------	---

	<p>DIAGNÓSTICO (out. 1995): <i>“Dentre os temas de maior abrangência, foi unânime o entendimento de que a extrema atomização do Departamento de História tem provocado sérias distorções na formação do aluno de graduação. Redundâncias e/ou desencontros na programação, disparidade de experiências entre os alunos de uma mesma classe, ausência de ‘turmas’ que configurem ou propiciem uma vivência acadêmica em seu mais pleno sentido, dificuldade de identificar o real perfil do Departamento, entre outros, são fatores responsáveis pela desorientação manifestada pelos alunos, impedindo que a diversidade de enfoques, critérios e métodos praticados pelo conjunto dos docentes apresente seu lado positivo e fértil.”</i></p>
	<p>DIAGNÓSTICO E PROPOSTA (out. 1995): <i>“número excessivo de alunos; contratação de novos professores; infraestrutura de apoio pedagógico; introdução de trabalho de final de curso como quesito obrigatório para todos os alunos, enquanto parte indissociável de sua formação básica.”</i></p>
	<p>PROPOSTA (out. 1995): <i>“as disciplinas obrigatórias são consideradas básicas, isto é, todas elas devem se programar em torno de núcleos básicos de formação, com conteúdos e procedimentos comuns mínimos obrigatórios”. Definição de núcleo básico: “os núcleos básicos são compostos por: a) temas e conceitos fundamentais, como referência necessária para todos os programas oferecidos na disciplina; b) relação de textos cuja leitura for considerada essencial para o conhecimento dos temas e conceitos centrais da disciplina (‘bibliografia básica’); c) instrumental adequado à aquisição de informações e à abordagem dos problemas específicos da disciplina, com ênfase na perspectiva historiográfica. O núcleo básico, apesar de obrigatório em todos os programas da disciplina, não deve impedir a plena liberdade de conteúdos, enfoques e bibliografia que os professores apresentarão, semestralmente, como formas de viabilizar em seus cursos o substrato comum.” “As disciplinas obrigatórias passam a dispor, do ponto de vista organizacional, de uma segunda forma de articulação: as chamadas áreas, que reúnem uma ou mais disciplinas obrigatórias ou optativas afins, para efeitos de planejamento. As áreas nada mais são que instâncias de organização pedagógica interna do Departamento e contam com um coordenador, escolhido pelos seus pares (sem qualquer quesito hierárquico) e substituído periodicamente (de dois em dois anos, por exemplo), em regime de rodízio. Às áreas compete analisar o planejamento das disciplinas, de modo a evitar sobreposições e lacunas no que diz respeito aos núcleos básicos, encaminhando-o à Comissão de Ensino/Comissão de Graduação do Departamento.” Hipótese de estabelecer pré-requisitos descartada. “Quanto às disciplinas optativas, (...) serão objeto de programas livremente organizados pelos professores que as propõem.” Também “(...) foi programada uma seriação ideal para a graduação. Assim é que, em nome da distribuição mais homogênea e equilibrada de alunos por classe e da já referida necessidade de dinamizar a vida acadêmica a partir de ‘turmas’ com identidade estável, as disciplinas deverão ser escalonadas em semestres ideais.” “Entre outros</i></p>

	<p><i>argumentos, levantaram-se em favor do chamado ‘módulo 4’ [quatro horas de aula por semana, disciplina oferecida nos dois períodos (vespertino e noturno) no mesmo dia da semana], para além das de ordem prática (compatibilização de horários, possibilidade de os alunos transitarem livremente em ambos os períodos etc.), razões de natureza pedagógica. Os períodos de quatro horas constituiriam, com efeito, espaço mais adequado para as novas modalidades de encaminhamento das disciplinas em torno dos núcleos básicos, mediante a substituição das longas aulas expositivas por atividades que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos formativos ora preconizados. (...) abriu-se a possibilidade, inclusive, de dois ou mais professores dividirem o mesmo programa.”</i></p> <p>Formação de uma Comissão de Aconselhamento para, quando necessário, resolver questões referentes à matrícula de alunos em disciplinas fora de seu semestre ideal.</p> <p>Questões em aberto: número excessivo de alunos, contratação de novos professores, infraestrutura de apoio pedagógico, trabalho de conclusão do curso, inclusão de créditos-trabalho.</p> <p>PROPOSTA (out. 1996): um semestre a mais para História Ibérica, dois semestres a mais para História da América (um para Colonial e outro para Independente) e nova disciplina (História da África).</p>
--	--

1999	<p>Semana de graduação (23-27/8/1999). Relatório do corpo docente.</p> <p>DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS: a) Falta de professores (não foi descartada a ideia de o DH não iniciar as aulas no ano letivo de 2000); b) Abaixo-assinado contra o sistema Júpiter (que a pré-matrícula fosse feita pelo DH); c) Expansão do limite da Resolução 3045 no âmbito da FFLCH; facilitar as transferências tendo em vista a taxa de evasão; d) Fim do limite institucional de orientandos por orientador na pós-graduação; e) Gestão paritária do DH e/ou das áreas e da Comissão de Graduação; f) Falta absoluta de integração intra-departamental (alunos, professores): organização das áreas (“<i>a semana chegou à conclusão de que a atual configuração não atende os objetivos para os quais foi criada; que se volte à organização em torno das disciplinas</i>”); que as reuniões de áreas e da Comissão de graduação sejam abertas a alunos e professores; oferecimento de plantões, concebidos como espaço de formação; disponibilização com antecedência dos programas dos cursos a serem oferecidos; g) Organização falha da grade curricular e da carga horária: críticas ao semestre ideal; carga horária excessiva; partilha 50% obrigatórias e optativas; disciplinas compartilhadas; disciplina ofertada no vespertino e no noturno em dias diferentes; h) Falta prática da pesquisa na graduação para efetiva formação do professor-pesquisador: democratização do acesso à IC; TCC optativo; universalização das disciplinas FLH-639, “Prática de Pesquisa I e II” (optativo); integração Graduação e Pós-graduação: murais, seminários de pesquisa e participação em aulas; i) Valorização e reconhecimento de outros espaços de aprendizagem: grupos de estudo poderiam contabilizar créditos; adoção de crédito-trabalho; falta de salas de estudo; j) Sistema que</p>
------	--

	<p>propicie maior possibilidade de cursar matérias em outros departamentos (interdisciplinaridade).</p> <p>Proposta para reconfiguração do curso de graduação em História (40 p.), assinada por um “Grupo de Estudos sobre a Graduação” (composto por Daniel Vieira Helene, Isadora Lins França, Renata Rodrigues Mesquita, Talia de Amorozo Moreira Martins, Uiran Gebara da Silva): <i>“o grande problema do Departamento hoje, tal como identificamos, reside numa imensa e generalizada falta de integração. (...) Não há, no curso nenhuma integração (interação, talvez) entre as diversas disciplinas cursadas pelos alunos de História. (...) Falta uma efetiva integração entre o corpo docente e os alunos, em diversos sentidos. (...) Não se formam turmas no decorrer do curso de graduação. (...) A graduação e a pós-graduação são entes absolutamente desvinculados em nosso Departamento. (...) O departamento de História, assim como quase todos da FFLCH, funciona isolado dos outros Departamentos da Faculdade [propõem a instalação de um Ciclo Básico].”</i> Propostas: a) conclusão em 4 anos, cursando 4 disciplinas por semestre, b) que não haja limite para as disciplinas cursadas através da Resolução 3045 como optativas; c) transferência intra-unidade; d) interdisciplinaridade dentro do próprio Departamento; e) aulas em módulo 2; f) máximo de 40 alunos por sala de aula; g) acesso facilitado à iniciação científica; h) implementação do TCC; i) apoio a um Jornal de Resenhas; j) combate à “cultura do xerox”; k) valorização de grupos de estudo; l) espaços de sociabilidade adequados.</p>
2003	<p>DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS (2003)¹¹: 1. Concepções: concepções de história; perfil do formando. 2. Temas: 2.1. ensino, 2.2. pesquisa, 2.3. turma, 2.4. grade curricular (que o currículo contemple experiências práticas referentes à formação do historiador; flexibilizar o curso com o intuito de tornar mais abrangente as possibilidades de escolha dos alunos; optativas e obrigatórias; infraestrutura de currículo [sic]; núcleo básico; 2.5. áreas e organização do Departamento; 2.6. tutoria; 2.7. práticas de aula; 2.8. interdisciplinaridade/ optativas externas; 2.9. relação com a pós-graduação; 2.10. horário; 2.11. eventos; 2.12. burocracia; 2.13. biblioteca; 2.14. necessidade de melhor infraestrutura.</p> <p>PROPOSTAS (2003): a) Obrigatórias: diminuição do número de créditos necessários para o bacharelado até próximo do mínimo legal, sem alterar a grade; discussão conceitual das áreas e explicitação através de cadernos, seminários, aulas abertas, conferência do mês do CAPH, semana de calouros, apresentação de uma história do Departamento na semana de calouros e/ou primeiras aulas de cada disciplina; repensar a estrutura das áreas através da agregação de conteúdos pedagógicos. Turma: só no primeiro ano? curso seriado? sem turmas? turma nos seminários? b) Optativas: diminuição da quantidade de optativas a serem</p>

¹¹ Há muitas críticas e propostas num caderno de quatro páginas, as quais foram discutidas e votadas em assembleia. Aparentemente, nenhuma medida foi implementada (exceto algumas relativas à estrutura física do prédio). As propostas não se encontram detalhadas a seguir (algumas delas aparecem no campo “propostas”, abaixo), mas apenas os seus eixos.

	<p>cursadas e aumento do leque de ofertas a partir da contratação de novos professores; optativas guiadas por eixo temático, possibilitando especializações; negociar/reivindicar a possibilidade de fazer um maior número de optativas fora do Departamento (ref. Resolução 3045); transformação da optativa “Introdução à pesquisa em história I e II” em optativa de fato; oferecimento de novas disciplinas na área de educação; disponibilizar obrigatoriamente optativas iguais à tarde e à noite; matérias interdepartamentais, com professores das unidades envolvidas. Obrigatórias e optativas: diminuição ou aumento da carga horária de disciplinas obrigatórias? Redução da carga das optativas e aumento da oferta, transformar obrigatórias II em optativas, cortar obrigatórias pela metade, criação de matéria optativa de pesquisa, criação de optativas (História da Educação e História do Ensino de História), mínimo de optativas por área, disciplinas optativas iguais no vespertino e no noturno, criação de disciplinas (Brasil Pré-Colonial, mais disciplinas de Brasil, mais uma América Colonial, mais uma História da África, História da Ásia), teoria para alunos mais adiante no curso <i>versus</i> teoria desde o início do curso, eixo temático para eletivas. Núcleo básico: primeiro ano introdutório (metodologia e teoria). Necessidade de reformular áreas. c) Relação com a pós-graduação: monitoria de pós-graduandos; conferências do mês de pós-graduandos, abrir seminários de pesquisa da pós para a graduação. d) Tutoria: sim ou não? tutoria por professores ou por veteranos? tutoria só no primeiro ano? e) Pesquisa: iniciação científica como parte do currículo, TCC, curso de monografia, ampliação do modelo PET. f) Grade curricular: laboratórios para estágios, grupos de estudos de práticas e teorias pedagógicas, atividades como visitas a museus contadas como horas de estágio, experiência de produção de material didático, criação do crédito-trabalho. g) Infraestrutura: diversas questões relativas ao Júpiter, biblioteca, horário (aumentar o noturno para cinco anos, dividir o curso em três turmas – matutino, vespertino e noturno –, relação alunos x salas de aula x turmas x banheiros, aumentar número de salas de aula.</p>
2006-9	<p>PROPOSTA (set. 2006): reforço da ideia do semestre ideal, TCC; definir e delimitar aquilo que seriam “<i>atividades práticas</i>”; a ampliação do alcance da disciplina “Introdução à Pesquisa em História” e sua incorporação às chamadas atividades de “Prática”; atividades dos alunos junto aos laboratórios já existentes no departamento, do que poderia resultar a provisão de 1 (um) crédito-trabalho por disciplina realizada; criação de módulos obrigatórios a cada quatro anos nos quais professores de diferentes áreas e dedicados a temáticas afins comporiam projetos comuns (esses constituir-se-iam de atividades destinadas à prática da pesquisa por parte dos alunos: organização de exposições, elaboração de material didático, elaboração de instrumentos de pesquisa, trabalhos de resenha e monografia. Dessas atividades resultariam também créditos-trabalho que se enquadrariam nas exigências das “<i>atividades práticas</i>”. Reservar-se-ia, ainda, a possibilidade de que tais módulos se tornassem</p>

	<p>optativos a partir da realização, por parte do aluno, de um ou dois deles, a discutir).</p>
	<p>PROPOSTA (out. 2006): <i>“criação, no âmbito da Comissão de Ensino, de uma área de optativas; estabelecimento das disciplinas obrigatórias como pontos de partida e como base programática, a partir das quais se formariam as disciplinas optativas; redução a 4 (quatro) créditos para todas as disciplinas obrigatórias e optativas; que a disciplina Geografia Humana, Geral e do Brasil, atualmente obrigatória em nosso Departamento, fosse [sic] extinta, em função da amplitude do título e da indeterminação dos conteúdos a cada ano; formalizar, junto ao Departamento de Geografia, a oferta de um determinado número de vagas para os alunos de História; desmembramento de algumas áreas; criação de uma nova área, a saber, aquela da Formação de Professores.”</i></p>
	<p>PROPOSTA (nov. 2006): <i>“passar a atribuir 5 (cinco) créditos a todas as disciplinas, obrigatórias e optativas, tendo como consequência o aumento da carga horária obrigatória do curso de 2340 h para 2550 h; [que] a disciplina Geografia Humana, Geral e do Brasil, atualmente obrigatória em nosso Departamento, fosse [sic] extinta, em função da amplitude do título e da indeterminação dos conteúdos a cada ano; formalizar, junto ao Departamento de Geografia, a oferta de um determinado número de vagas para os alunos de História; [que] a disciplina de História da Ciência passasse [sic] a ser obrigatória; estabelecimento das disciplinas obrigatórias como pontos de partida e como base programática, a partir das quais se formariam as disciplinas optativas; desmembramento de algumas áreas, resultando na criação de novas áreas; cada uma das áreas estaria obrigada a prover a oferta de ao menos (01) uma disciplina optativa por ano.”</i></p>
	<p>DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS (jun. 2007): <i>“1) Gargalo na oferta de optativas, prejudicando, sobretudo, os alunos formando e causando superlotação em algumas classes. 2) Estrutura curricular muito rígida no tocante às disciplinas obrigatórias, dificultando o trânsito dos alunos por disciplinas de interesse em outros departamentos e por outras práticas e eventos formativos dentro do próprio âmbito departamental. 3) Excesso de carga horária, tendo em vista a duração legal do curso e as demandas da licenciatura. 4) Falta de critérios teóricos e didático-pedagógicos para definir ‘disciplinas obrigatórias’ e ‘disciplinas optativas’. 5) Necessidade de otimizar, no âmbito curricular, visando matizar o peso da formação historiográfica do aluno, os seguintes pontos: a) formação teórico-metodológica; b) práticas de pesquisa. Neste sentido, é preciso avaliar a possibilidade de criação de um ‘semestre introdutório’, no qual seriam ministradas disciplinas de caráter teórico, metodológico e historiográfico, visando a preparação básica do aluno para dominar procedimentos básicos do ofício de historiador e ter uma visão sintética das principais correntes e problemas teóricos da historiografia. 6) Necessidade de incorporar de maneira sistematizada e institucional, inclusive na forma de créditos-trabalho, as atividades extra-sala e extra-curriculares. 7) Maior valorização dos laboratórios já existentes como espaços formativos do aluno, dentro da grade curricular.”</i></p> <p>QUESTÕES: a) Como articular disciplinas de caráter cronológico-espacial e disciplinas com eixo temático, para além da dicotomia “obrigatórias”/“optativas”? b) Como articular as questões historiográficas com</p>

	<p>as práticas de pesquisa, para além do programa de Iniciação Científica ou da disciplina de “Introdução à pesquisa”? c) Como incorporar ao currículo as práticas de leitura (e outras práticas formativas realizadas fora da sala de aula) que sejam avaliadas institucionalmente e integradas na forma de créditos? d) Como permitir maior liberdade de opções curriculares para o aluno, sem fragmentar a sua formação ou estimular a “<i>especialização precoce</i>”? e) Como integrar as áreas e disciplinas como espaços institucionais e organizativos da grade curricular, indo além do “<i>espírito de cátedra</i>”?</p>
	<p>PROPOSTAS (set. 2007): a) flexibilização do curso; b) maior atenção ao ano de entrada no curso; c) circulação do aluno de História por outros cursos da USP; d) formalização dos grupos de leitura e estudo (transformação em disciplina optativa); e) trabalho de conclusão de curso, ou TCC optativo.</p>
	<p>PROPOSTA (Sylvia Bassetto, 2007): a) questões preliminares: necessidade de adesão às propostas, embora não se considere possível o consenso; necessidade de planejamento conjunto (com uma instância para mediação) e superação da fragmentação; b) esboço de proposta alternativa às apresentadas: b.1) dois primeiros anos de cursos integrados (obrigatórios e pré-requisitos para a segunda fase de formação), com núcleos básicos, e dois anos de cursos escolhidos pelos alunos a partir de propostas de conjuntos igualmente planejados (linhas temáticas, recortes cronológicos ou espaciais); a definição de “núcleo básico” é retomada de um documento referente à reforma de 1995.</p>
	<p>DIAGNÓSTICO (abr. 2009): <i>“Na base dessa integração, evidentemente, está o reconhecimento de que a natureza do conhecimento histórico jamais pode se adequar, perfeitamente, a qualquer divisão de cunho fundamentalmente didático ou operacional, tal qual a atual divisão do curso de História em disciplinas e seu funcionamento prático. Da mesma forma que a formação acadêmica do historiador deve contemplar, simultaneamente, a sua dimensão de generalista e especialista, sem que uma possa jamais prescindir da outra.”</i></p>
	<p>DIAGNÓSTICO E PROPOSTA (abr. 2009): <i>“caráter meramente formal do atual agrupamento das disciplinas obrigatórias em grandes áreas, por vezes muito amplas (como é o caso de História Moderna, o que dificulta enormemente a efetiva integração entre seus membros). Como o funcionamento dos núcleos seria fundamental para a estruturação e andamento do curso, tem-se como pressuposto que obteríamos um nível mais elevado de integração entre os professores que o nível atual (das grandes áreas), integração esta que seria facilitada pelo tamanho reduzido do núcleo em comparação com as atuais áreas.”</i></p>
	<p>PROPOSTA (abr. 2009): cinco diretrizes básicas que, de modo sintético, são as seguintes: a) flexibilização do curso; b) maior atenção ao ano de entrada no curso; c) circulação do aluno de história por outros cursos da USP; d) formalização dos grupos de leitura e estudo, transformando-os, eventualmente, em disciplinas optativas; e) trabalho de conclusão de curso.</p>
	<p>PROPOSTA (abr. 2009): <i>“transformação de todas as atuais disciplinas obrigatórias em 12 núcleos; a criação desses doze núcleos não resultaria, necessariamente, na extinção das atuais áreas, tampouco demandaria a</i></p>

	<p><i>sua manutenção (...), pela reconhecida importância de obtermos uma maior integração entre professores que compartilhem uma mesma disciplina.”</i></p> <p>PROPOSTAS:</p> <p>Proposta curricular I: a) Cada núcleo será responsável por duas disciplinas por ano, uma em cada semestre; b) Disciplinas de primeiro semestre (obrigatórias): discussões mais gerais, conteúdo básico de cada núcleo; c) Disciplinas de segundo semestre (eletivas): caráter temático mais específico, terão como pré-requisito a matéria do primeiro semestre do respectivo núcleo; d) Disciplinas optativas: um semestre de duração e não vinculadas formalmente a nenhum núcleo; e) Para se formar, o estudante deveria cursar uma obrigatória e uma eletiva por núcleo e completar os créditos necessários com disciplinas optativas (todas as disciplinas valerão 6 créditos); f) Problemas: aumento da carga e de professores em América Colonial e África, entraves gerados pelos pré-requisitos e possível falta de optativas.</p> <p>Proposta curricular II: a) Cada núcleo será responsável por uma disciplina obrigatória no primeiro semestre; b) No segundo semestre apenas disciplinas optativas; c) Sem pré-requisitos para qualquer disciplina; d) Problemas: possível insuficiência de um semestre para abordar minimamente os temas de cada núcleo, curso mais fragmentado, menor compromisso dos professores com seus núcleos e não aumento efetivo da oferta de disciplinas optativas.</p> <p>Proposta curricular III: a) Ciclo introdutório com ênfase em aspectos metodológicos e teóricos da formação do historiador (metade inicial do curso); b) Segunda metade do curso: disciplinas optativas (recortes temáticos); c) Cada núcleo responderá por duas disciplinas por ano, sendo uma obrigatória e uma optativa (uma em cada semestre), com exceção de Teoria e Metodologia, que ofereceriam duas disciplinas obrigatórias por ano; d) Ciclo básico como pré-requisito. e) Problemas: disciplina “Ensino de História: teoria e prática” é, atualmente, obrigatória apenas para a Licenciatura e passaria a ser também para o Bacharelado; entraves do pré-requisito; mudanças radicais nos dias de aula de várias disciplinas/professores; cisão do curso em dois blocos (descolamento entre obrigatórias e optativas).</p>
2011	<p>DIAGNÓSTICO E TEMAS: 1) 1.1. reestruturação dos cursos, diretrizes e currículos; 1.2. segurança do campus; 1.3. terceirização; 2) currículo e matrícula: formação interdisciplinar, línguas, maior oferta de optativas; poucos professores lecionando por semestre; avaliação dos professores pelos estudantes; grade eurocêntrica; nenhum semestre de História da Ásia, apenas um semestre de América colonial, África, dois de Ibérica; falta uma disciplina mais didática, introdutória para o primeiro semestre em Metodologia; sistema de matrículas; 3) estrutura física do prédio: reforma do espaço aquário; discussão sobre o termo de compromisso de uso; 4) estrutura de poder no departamento: instâncias burocráticas e plenária departamental: representação; plenárias no período entre as</p>

	aulas.
	PROPOSTA: retoma-se o projeto de reforma de 2009.
	PROPOSTA (cf. boletim do Cahis): 1) Currículo e matrícula: criação de uma comissão de reforma curricular; criação de uma comissão de avaliação do curso; abolição da restrição de matrícula a estudantes de períodos diferentes; requerimentos devem priorizar formandos; atualização dos programas das disciplinas; periodicidade das optativas; retificação da matrícula até segunda semana de aula; curso de redação científica; que as disciplinas optativas tenham um professor responsável por sua existência de acordo com sua demanda, garantindo que ela ocorra com determinada periodicidade. 2) Espaço: computadores e impressoras na pró-aluno; espaço estudantil: gestão, chave. 3) Estrutura de poder: plenária deve ser no horário entre as aulas, paritária, composição da mesa, divulgação de pauta para todos os alunos; comissões: efetivação da comissão de orçamento; funcionamento de todas as comissões no horário entre as aulas; regularidade da comissão de qualidade de vida e espaço.

5. ESTRUTURA E DINÂMICA CURRICULAR (2004-2014)

I - Introdução

A tentativa de apresentar um quadro geral da grade curricular e dos cursos oferecidos no Departamento, tendo em foco os anos de 2004-2014, está sujeito, inevitavelmente, a críticas e contraposições. Tanto a quantidade de cursos oferecidos (que apresenta um crescimento gradual, de 74 cursos, no ano de 2004, a 101, em 2014), quanto a vastidão dos temas neles tratados exigem cuidados e ressalvas de qualquer síntese.

Dito isso, o texto a seguir visa expor comentários referentes, sobretudo, aos principais enfoques temáticos, metodológicos e pedagógicos dos cursos oferecidos no Departamento de História, tendo como base os programas oferecidos pelos docentes no período considerado.

Atualmente, a graduação em História requer o cumprimento de 190 créditos (3.270 horas). Deste total, 136 são de matérias obrigatórias e 54 eletivas, sendo que até 18 créditos podem ser feitos fora do Departamento (*optativas livre*). Praticamente todas as disciplinas oferecidas pelo Departamento (sigla FLH) contam como cinco “créditos aula” e um “crédito trabalho”, somando assim seis créditos por disciplina.

As 22 disciplinas obrigatórias (uma é oferecida pelo Departamento de Geografia) dividem-se entre as cinco áreas gerais da seguinte forma: História Antiga, duas; História Medieval, duas; História Moderna, cinco; História Contemporânea, seis; Teoria e Metodologia, quatro. Os programas de algumas disciplinas (Brasil Colonial II, Ibérica II, África) dividem-se entre as áreas Moderna e Contemporânea. Uma delimitação geográfica geral apresenta uma maior dificuldade. Porém, ao analisarmos os programas oferecidos, vê-se que apenas os cursos de Antiga I e África não tem como foco exclusivo o que chamamos de Civilização ocidental.

As matérias optativas, cuja natureza é mais diversificada, parecem cumprir apenas parcialmente a função que lhes dá nome. As disciplinas que enfatizam áreas tangentes à História (arquivologia, museologia etc.) encontram-se bastante isoladas dos demais cursos da grade curricular, ao passo que áreas (p.ex. Moderna) e temas (p.ex. escravidão, política, sistema colonial) recorrentes na grade obrigatória mostram-se preponderantes também no currículo optativo.

II – Tendências hegemônicas ou dominantes

Neste quadro, podemos mencionar algumas tendências hegemônicas ou ao menos dominantes no curso de História.

Em primeiro lugar, o seu caráter eurocêntrico. O Ocidente – sobretudo a Europa – mostra-se nitidamente como o espaço geográfico-cultural mais abordado nas diferentes disciplinas oferecidas, em comparação a outras regiões e/ou civilizações. Em segundo lugar aparecem disciplinas que têm como foco a América, sendo majoritário o estudo deste continente a partir da Idade Moderna; ou seja, com a conquista e colonização pelos impérios ibéricos (e, em menor medida, pelas colonizações holandesa, francesa e inglesa). Como extensão do enfoque ocidental, o cristianismo apresenta-se como a única religião a ser debatida, salvo raríssimas exceções.

Podemos tomar como exemplo o currículo do primeiro semestre (obrigatório e pré-determinado): das quatro matérias iniciais que cursará o aluno ingressante, três tem como foco a Península ibérica e/ou a América em processo de colonização. Assim, a entrada do curso para os alunos de primeiro ano faz-se em história moderna, conduzindo-o especificamente para o estudo da colonização do Brasil e da América pelas Coroas ibéricas, com vistas aos debates historiográficos predominantes na década de 1970: a transição do feudalismo ao capitalismo, os limites de nossa formação nacional e da revolução burguesa no Brasil, as características da nossa identidade cultural... Ora, muitos desses debates foram abandonados, ou não foram continuados pelos professores contratados desde então: por assim dizer, ficou a forma e foi-se diversificando o conteúdo.

A contrapartida desta tendência é o número diminuto de matérias ligadas ao estudo das culturas africanas e indígenas, e a ausência quase total de disciplinas relacionadas à Ásia. Isso se explica, historicamente, devido ao abandono, pelo Departamento de História (ver os resultados da Subcomissão “Memória das reformas curriculares”), do enfoque alternativo em história das civilizações e suas áreas culturais: lembre-se que, ainda que com as limitações inerentes à formação dos professores à época, o Departamento de História já ofereceu cursos de História da Armênia, da China, da Índia, do Japão, do Islã, dos Judeus etc.

A segunda tendência dominante manifesta-se no âmbito das áreas (Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, Teoria e Metodologia e Ensino de História): é considerável a preponderância da área de História Moderna, seguida pelas de História Contemporânea e Teoria e Metodologia.

Também se constata que o estudo predominantemente historiográfico está presente no programa de disciplinas de todas as áreas. Já as disciplinas vinculadas à História Antiga e ao Ensino de História são pouco numerosas e com baixa oferta de matérias eletivas.

Nota-se ainda a adesão por parte de alguns docentes não ligados estritamente à área de Ensino de História a esse campo de estudos, através de atividades e avaliações que requerem produção de material didático, planos de aulas etc. No entanto, é uma iniciativa individual, e não uma tendência ou política coletiva.

Uma terceira observação importante, enfim, diz respeito ao caráter panorâmico da grande maioria das disciplinas. Trata-se de tendência extensiva na grade obrigatória, mas que se mantém hegemônica também nas disciplinas optativas, com poucas exceções (História da Alimentação, História Social do Tempo, alguns programas oferecidos em História da Cultura...). Como possíveis consequências, podemos mencionar uma tendência à leitura cronológica linear da História e um reducionismo historiográfico, visto que diferentes temáticas não são estudadas em seus processos, mas limitadas a coordenadas espaço-temporais.

III – Interdisciplinaridade

Apesar da abrangência natural e do caráter sintético da História, o Departamento realiza poucas atividades formais multidisciplinares ou em conjunto com outros departamentos da FFLCH ou da Universidade. Afora alguns docentes que atuam junto ao Instituto de Relações Internacionais (devido à origem mesma desse Instituto, apoiado nos Departamentos de História, Ciências Sociais, Direito e Economia), alguma oferta de disciplinas pelo Departamento de Geografia, e raras iniciativas individuais de professores, as possíveis cooperações com outros Departamentos e Institutos se deve, sobretudo, à iniciativa individual do aluno, condicionada, no entanto, à oferta e aceitação das “*eletivas livres*”.

IV – Métodos de avaliação

A análise dos métodos de avaliação utilizados pelos professores (a Comissão de Avaliação observou o que foi efetivamente praticado no ano letivo de 2015) mostra que cerca de 60% dos cursos valem-se, parcial ou exclusivamente, da realização de ao menos uma prova escrita. Já a demanda de monografias e/ou projetos de pesquisa é bastante esporádica. Levando em conta a ausência de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou de Trabalho de Graduação Individual (TGI), verifica-se uma formação lacunar no que diz respeito ao desenvolvimento das competências em pesquisa. Ademais, as avaliações ligadas ao ensino de história, como organização de sequências didáticas ou elaboração de materiais didáticos, mostram-se também pouco habituais. Tendo em consideração as várias críticas dos estudantes relativas à licenciatura oferecida pela Faculdade de Educação, podemos questionar a orientação e as ferramentas que o Departamento proporciona para a atuação dos seus alunos como futuros professores. De fato, são muito frequentes as manifestações críticas dos estudantes que concluíram a graduação quanto à falta de preparo para o ensino.

V – Conclusão

Podemos concluir que, apesar da diversidade e da abrangência das disciplinas oferecidas no Departamento de História, bem como da abertura de um leque relativamente amplo de enfoques historiográficos, o curso de graduação apresenta-se pouco heterogêneo. Seu tradicional caráter crítico não repercute extensivamente na formação que oferece aos alunos: se ainda é forte e relativamente estruturada a formação no que concerne ao pensamento e à teoria críticos (sobretudo marxista), muitos professores contratados após a greve de 2002 atuam dentro de uma grade curricular pouco afeita a novos programas que vêm adotando um enfoque culturalista, e sempre de maneira descoordenada. Da mesma maneira, as recentes demandas estudantis por uma formação mais aprofundada em questões étnico-culturais não encontram espaço.